

**IUNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA –UFRB  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS - CCAAB  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL - MPGPPSS**

**OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO  
DE COMERCIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA  
OLERICULTURA EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE**

**Bruno Leonardo da Silva Dias**

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA**

**2017**

# **OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA OLERICULTURA EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE**

**Bruno Leonardo da Silva Dias**

**Bacharel em Administração**

**Universidade do Estado da Bahia, 2013**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, área de concentração Ciência Política.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Lúcia da Silva Sodré

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA**

**2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

D541d	<p data-bbox="683 1249 1018 1279">Dias, Bruno Leonardo da Silva.</p> <p data-bbox="683 1279 1252 1417">Os desafios na formação de um circuito curto: uma análise da olericultura em Conceição do Jacuípe / Bruno Leonardo da Silva Dias._ Cruz das Almas, BA, 2017. 131f.; il.</p> <p data-bbox="727 1444 1161 1473">Orientadora: Maria Lúcia da Silva Sodré.</p> <p data-bbox="683 1500 1252 1585">Disserta�o (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.</p> <p data-bbox="683 1612 1252 1751">1.Agricultura familiar – Economia rural. 2.Alericultura – Prática agrícola. 3.Bahia – Avalia�o. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.</p> <p data-bbox="922 1778 1098 1807">CDD: 338.10981</p>
-------	---

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA –UFRB  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS - CCAAB  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL - MPGPPSS**

**OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE  
COMERCIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA OLERICULTURA EM  
CONCEIÇÃO DO JACUIPE**

"Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de"

Bruno Leonardo da Silva Dias

Aprovada em: 27 de Janeiro de 2017.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia da Silva Sodré  
UFRB - Orientadora

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Alexandre Américo Almassy Junior  
UFRB - Examinador Interno

---

Prof<sup>o</sup> Dra Auceia Matos Dourado  
UFAL - Examinador Externo



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com a realização deste trabalho, direta ou indiretamente, foram de grande valor tanto para minha vida pessoal quanto profissional;

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, sem ele nada disso seria minimamente possível;

Aos meus pais que sempre acreditaram e acreditam em mim, no meu potencial, mesmo que às vezes eu mesmo duvide disso, a eles os meus sinceros agradecimentos;

À minha namorada pela ajuda e coorientação (risos), sem aqueles puxões de orelha valiosos talvez eu nem chegasse até aqui, agradeço cada transcrição das entrevistas feitas, me poupou um tempo valiosíssimo. Obrigado meu bem!

Agradeço a minha avó Senhora pela preocupação em eu estar me alimentando direito! Vó, aqueles lanches da tarde talvez tenham sido o combustível que meus neurônios precisavam;

Aos meus amigos que foram sensatos pela minha ausência, sabiam que este momento seria de afastamento, de privação. Não posso nem mensurar as incontáveis vezes que quis estar junto nos momentos de descontração com nossa turma. Agradeço pela amizade de cada um!;

Aquela que me conduziu durante toda a jornada, minha orientadora Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Sodré, agradeço por toda paciência nesse período. Cada puxão de orelha foi essencialmente construtivo pra mim, tanto na condução deste trabalho, quanto para minha própria vida, vou levar cada ensinamento transmitido daqui pra frente. A você minhas sinceras desculpas e meu muito obrigado por ter feito acontecer!!!

Não poderia esquecer dos meus colegas de mestrado, que juntamente comigo tiveram inúmeras dificuldades pra conciliar o tempo nessa jornada. Todos são importante pra mim, mas o meu abraço especial vai pra Alexandra, Giovanni e Janilda que estiveram mais próximos.

Em especial meu muito obrigado a Edna. Dessa turma do mestrado, acredito que você foi a peça fundamental para a finalização desse mestrado. Cada mensagem enviada pra saber como estava meu trabalho, cada ligação pra saber se eu tinha pegado no TCC hoje (risos). Edinha acho que você em especial é a colega a quem mais eu devo nessa caminhada, e a ti meu obrigado especial!!

Aos agricultores familiares entrevistados nas comunidades do Bessa e Oitizeiro por cada informação prestada, pela boa vontade em parar um minuto do seu trabalho pra me atender mesmo com tanta coisa pra fazer. Agradeço a todos que me presentearam com hortaliças nos dias de pesquisa. Obrigado pelos ensinamentos,

entender a diferença entre "móião" e "mólho de feira", pra mim, foi de grande valor nesta pesquisa;

Ao Secretário de Agricultura do município de Conceição do Jacuípe pelas informações prestadas, tanto na entrevista quanto as preliminares na coleta de dados básicos, sem isso seria quase impossível realizar este trabalho;

Ao professor PhD.Luiz Gonzaga Mendes que nos deixou em 2016, todo conhecimento transmitido foi valioso nessa jornada, as risadas em sala de aula nos momentos de descontração, ao gosto em comum pelo mesmo time, Baêa!!! Agradeço a ti grande mestre;

Aqueles que porventura não agradei, mas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, minhas sinceras desculpas, vocês também tem grande valor, eu é que tenho memória falha! Obrigado.

Muito obrigado a todos vocês! Este trabalho não é somente meu, nele tem um pouco de cada um. A todos meus sinceros agradecimentos.

"Apenas os que arriscam a ir longe, são capazes de saber até onde podem chegar!" T.S. Eliot

# OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA OLERICULTURA EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

## RESUMO

A agricultura familiar vem exercendo papel de fundamental importância na produção de alimentos no país, e, principalmente na consecução dos níveis de segurança alimentar sustentáveis à população brasileira. Neste cenário, faz-se necessário que os agricultores tenham condições de produzir alimentos e dali retirar o sustento da sua própria família, seja por intermédio das políticas públicas a eles destinadas, seja no aperfeiçoamento dos sistemas de comercialização que os beneficiem. O presente estudo buscou identificar quais os principais desafios na formação de um circuito curto de comercialização olerícola no município de Conceição do Jacuípe, considerando que o fortalecimento da agricultura familiar é o principal requisito para manter a reprodução econômica das famílias que vivem do que retiram da terra. Quanto aos objetivos esta pesquisa é do tipo exploratória e descritiva. Quanto a abordagem, este estudo apresenta-se como de natureza qualitativa, uma vez que não está preocupado com a representatividade numérica, mas sim na compreensão do segmento produtivo local. O recorte da amostra se deu nas comunidades do Bessa e Oitizeiro, onde foram entrevistados 21 agricultores, além do gestor da secretaria de agricultura do município. Os resultados apontaram que os desafios da olericultura no município não se restringem somente a comercialização, aspectos como: presença do atravessador, oscilação constante de preço, efetividade das políticas públicas e principalmente informação e integração dos atores locais foram alguns dos aspectos observados durante o percurso de pesquisa. Além destes, a faixa etária elevada dos agricultores se mostrou como um aspecto igualmente relevante na realização do diagnóstico de comercialização em circuitos curtos.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Hortaliças Herbáceas; Políticas Públicas

# OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA OLERICULTURA EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

## ABSTRACT

Family farming has played a fundamental role in food production in the country, and especially in achieving sustainable levels of food security for the Brazilian population. At this juncture, it is necessary for farmers to be able to produce food and from there to draw their own family's livelihood, either through public policies intended for them or in the improvement of marketing systems that benefit them. The present study sought to identify the main challenges in the formation of a short circuit of commercialization olerícola in the municipality of Conceição do Jacuípe, considering that the strengthening of family agriculture is the main requirement to maintain the economic reproduction of the families who live from what they remove from the land . Regarding the objectives, this research is exploratory and descriptive. Regarding the approach, this study presents a qualitative nature, since it is not concerned with numerical representativeness, but rather with the understanding of the local productive segment. The sample was cut in the communities of Bessa and Oitizeiro, where 21 farmers were interviewed, as well as the manager of the municipality's agriculture department. The results showed that the challenges of the olericultura in the municipality are not only restricted to commercialization, such as: the presence of the middleman, constant price fluctuation, the effectiveness of public policies and especially information and integration of local actors were some of the aspects observed during the course of search. In addition, the farmers' age range was shown to be equally relevant in the commercialization diagnosis in short circuits

**Key Words:** Family Farming; Herbaceous Vegetables; Public Policies

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
APP	Análise de Política Pública
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CC's	Circuitos Curtos
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP's	Políticas Públicas
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria de Agricultura
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Participação da agricultura familiar na produção de alimentos.....	33
Figura 02: Concentração de terras na Bahia: agricultura familiar vs. não familiar.....	34
Figura 03: Localização topográfica das hortaliças herbáceas.....	52
Figura 04: Localização geográfica de Conceição do Jacuípe.....	63
Figura 05: Distribuição de agricultores por faixa etária e sexo.....	68
Figura 06: Escolaridade dos entrevistados.....	72
Figura 07: Política Pública conhecida pelos entrevistados.....	74
Figura 08: Forma de conhecimento sobre Políticas Públicas.....	75
Figura 09: Agricultores e acesso às Políticas Públicas.....	76
Figura 10: Extensão da leira em produção olerícola.....	79
Figura 11: Diferença entre "mólho de feira" e "mólhão" .....	80
Figura 12: Contabilização por área disponível para plantio.....	81
Figura 13: Formas de contabilizar a produção olerícola.....	81
Figura 14: Visão dos agricultores sobre a importância da divulgação de PP's.....	89
Figura 15: Intenção de agricultores em associar-se a uma cooperativa.....	91
Figura 16: Local de abastecimento dos produtos: dentro ou fora .....	92
Figura 17: Modal logístico de escoamento da produção olerícola.....	95

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de filhos e participação destes nas atividades do campo.....	71
Tabela 02: Razões para ampliação ou não da produção por ocorrência.....	83
Tabela 03: Uso de Políticas Públicas em olericultura por frequência.....	88



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Portfólio MDA de políticas públicas para a agricultura familiar.....	35
Quadro 02: Incidência de municípios abastecidos por frequência.....	93

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
1.1 Contexto e surgimento das políticas públicas no Brasil.....	21
1.2 O modelo up-down de política pública.....	26
<b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>29</b>
2.1 Agricultura familiar no Brasil: cenário e implicações.....	29
2.2 Políticas públicas para a agricultura familiar.....	35
<b>3. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.....</b>	<b>41</b>
3.1 Circuitos de proximidade: conceitos e aproximações.....	41
3.2 Vantagens competitivas da comercialização em circuitos curtos.....	44
3.3 A influência das PP's na formação de circuitos.....	48
<b>4. OLERICULTURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....</b>	<b>51</b>
4.1 Olericultura e produção familiar: conceitos e aproximações.....	51
4.2 Agricultura familiar e olericultura: diversificação ou especialização?.....	53
4.3 Desafios e possibilidades da agricultura familiar no cenário da olericultura.....	57
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>63</b>
5.1 Aspectos éticos da pesquisa.....	66
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>68</b>
6.1 Perfil sociocultural e econômico dos agricultores familiares.....	68

a) Faixa etária, gênero e escolaridade dos agricultores.....	68
b) Nível de conhecimento e integração com as políticas públicas.....	73
6.2 Produtividade, associativismo e políticas públicas em olericultura.....	78
a) Produção agrícola da região do Bessa e Oitizeiro.....	78
b) Incidência de políticas públicas na olericultura.....	87
c) Participação em associações e cooperativas de produtores rurais.....	90
6.3 Comercialização e logística em olericultura.....	92
a) A clientela.....	92
b) Logística e distribuição.....	95
c) Qualidade das vias de escoamento: possíveis gargalos.....	97
d) Desafios e potencialidades da atividade olerícola.....	98
6.4 Olericultura e políticas públicas sob a ótica do gestor local.....	103
a) Políticas públicas implementadas no município.....	103
b) Indicadores, gestão de dados e diagnóstico.....	105
c) Informação e divulgação.....	107
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, segundo aponta Hoffman (2014), é um segmento que vem exercendo papel de destaque em relação a uma gama cada vez maior de culturas produtivas, algumas delas, a exemplo do feijão, da mandioca, do leite e das hortaliças de um modo geral, chegam a representar mais de 70% de toda a produção nacional oriunda a partir de estabelecimentos rurais desta natureza.

As hortaliças de um modo geral, desde muito tempo têm desempenhado papel importante na composição da mesa dos brasileiros, uma vez que possuem grande diversidade de vitaminas, sais minerais, fibras e antioxidantes. Por isso, escolher bem os alimentos, tendo sempre uma boa referência na hora de comprá-los, dando preferência pelos produtos limpos, livres dos agroquímicos, pode se constituir numa ferramenta eficaz na busca de uma dieta verdadeiramente saudável.

Em se tratando da produção de hortaliças, cabe destacar ainda, que este é um tipo de cultivo com vasta participação do segmento da agricultura familiar em razão das próprias características produtivas deste tipo de alimento que possuem geralmente um "ciclo de produção curto e tratos culturais intensivos, cujas partes comestíveis são utilizadas diretamente na alimentação humana sem que haja a necessidade de industrialização prévia" (BEVILLACQUA, 2008, p.2), e por representar também uma produção com demanda garantida de mercado, dado o seu consumo diário pelas as pessoas, o que tende a beneficiar ainda mais o segmento produtivo familiar.

É justamente por essa razão que se faz necessário destacar a importância que tem a agricultura familiar na produção das hortaliças no país, ou, como definido por Filgueira (2005) no cultivo de olerícolas. Cabe destacar ainda que a importância da agricultura familiar na atividade não está restrita ao ponto de vista econômico, através da geração de emprego e renda, mas, também pela importância social que esta possibilita aos pequenos agricultores pelas relações estabelecidas na atividade, por possibilitar conservação do ambiente, assim como, para a manutenção da segurança alimentar.

Numa visão mais holística, a agricultura familiar historicamente foi um segmento marginalizado pelas políticas públicas, talvez por não se entender como específica essa categoria de agricultores como familiares, ou simplesmente pela inobservância da atividade como importante para a segurança alimentar do país em contraposição a agricultura de larga escala para fins de exportação que até meados de 1970 fora o foco das políticas públicas.

Ainda que com os diversos avanços ocorridos no decurso do tempo, principalmente com o reconhecimento do agricultor familiar como destinatário de políticas públicas específicas, este grupo tem enfrentado dificuldades para se manter no campo em condições mínimas existenciais. Primeiro pela falta de recurso para manutenção da atividade produtiva e reprodução da família, segundo pela falta de efetividade das políticas oficiais que nem sempre conseguem chegar ao agricultor, e, por fim, pelas dificuldades de comercialização dos produtos que os agricultores familiares vem enfrentando, que tende a torná-los cada vez mais dependentes de intermediários, os chamados atravessadores.

No quesito comercialização, vale ressaltar que o cultivo de hortaliças, por exemplo, favorece a comercialização em circuitos curtos, tanto pela proximidade geográfica entre os agentes quanto pela característica do produto que geralmente é consumido *in natura*. Além da conformação de circuitos curtos como facilitadores à comercialização, outros fatores se incluem nesse processo como auxiliares da atividade agrícola, como as formas associativas de trabalho no campo, o olhar sensível dos agentes políticos e econômicos e, o acesso às políticas públicas já existentes com vistas a minimizar problemas desta natureza, como por exemplo os mercados institucionais de alimentação escolar e de aquisição de alimentos.

A investigação em questão se baseia principalmente nos relatos de experiência de gestores e produtores locais, inclusive sobre a possibilidade de as políticas públicas contribuírem no processo de conformação destes circuitos. Cabe destacar, que atualmente as políticas voltadas ao fortalecimento do segmento da agricultura familiar são contempladas em um portfólio de 12 políticas (MDA, 2013). Dentre elas, destacou-se para investigação neste estudo, as políticas públicas que possuem aplicabilidade direta na olericultura no contexto do local da pesquisa, sendo elas: PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE – Programa

Nacional de Alimentação Escolar, PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

Um aspecto relevante acerca do local escolhido para a realização do estudo é que a circunscrição territorial da Bahia abrange 417 municípios, deste total, 48 deles possuem população superior a 50 mil habitantes, (IBGE, 2010). Os demais municípios com população de até 50 mil habitantes, nestes incluído Conceição do Jacuípe, concentram a maioria de suas atividades no setor de serviços com uma representatividade de 63% do PIB baiano (SEI, 2014), seguido pelo setor agropecuário na qual a olericultura esta inserida.

Este outro setor produtivo da economia baiana responde por 7% do total produzido no estado, sendo que boa parte dos municípios de pequeno porte direcionam seus esforços na busca por geração de renda para o sustento da família e para a própria subsistência, com foco na agricultura familiar. Nesse contexto, alguns municípios baianos já figuraram como destaque no cenário produtivo do estado como especialistas em determinadas culturas produtivas; como o algodão de São Desidério, o abacaxi de Itaberaba, a laranja de Rio Real, a mandioca de Cruz das Almas, etc.

Conceição do Jacuípe, por sua vez, concentra grande parte de seus esforços produtivos no cultivo de hortaliças herbáceas, que são um tipo de vegetal cuja parte comestível encontra-se acima do solo, e, no caso específico de Berimbau, como é conhecido o município popularmente, predomina o cultivo da alface, coentro, cebolinha e hortelã. Não é difícil encontrar nas comunidades do Oitizeiro e Bessa, pertencentes ao município e recorte da amostra, grandes “cinturões-verde” deste cultivo. Nestas comunidades inclusive, estão concentradas o maior número de famílias produzindo hortaliças. Atualmente, cerca de 56 famílias vivem do cultivo de hortaliças no município, segundo dados preliminares levantados na secretaria de agricultura do município (SEAGRI 2016).

A principal motivação deste estudo recai sobre o fato de buscar compreender porque alguns municípios tem conseguido agregar valor aos seus produtos agrícolas de tal forma que estes já figuram como expoentes de determinados segmentos produtivos, enquanto que Conceição do Jacuípe tem enfrentado dificuldades. Na região de Santa Bárbara na Bahia, por exemplo, localizada a 147 km da capital

Salvador, já é comum associar o município como um grande produtor de requeijão da região, atendendo inclusive a outros municípios do entorno. Outro caso em que a agricultura familiar tem recebido o mesmo tipo de associação é o de Cruz das Almas na Bahia, onde o cultivo de mandioca se destaca como sobrepujante no município.

Isto posto, e, considerando que os municípios interioranos da Bahia, em sua grande maioria, possuem características produtivas que os destacam, surge o problema que norteia o foco deste estudo: Quais os fatores que dificultam a formação e consolidação de um circuito curto de comercialização olerícola no município de Conceição do Jacuípe?

Além da legislação que estabelece critérios objetivos para identificação do agricultor como familiar materializados na Lei 11.326/2006, a literatura têm sido gradualmente condensada no sentido de caracterizá-la como uma atividade de produção diversificada ao invés de nichos, com uso de mão de obra predominantemente familiar. Contudo, ao contrário do que a leitura inicial remeta erroneamente a associar, o que se pretende com este estudo não é o de descaracterizar a agricultura familiar nos seus elementos basilares, mas sim de estabelecer aproximações deste segmento com termos pouco usuais como a conformação de circuitos curtos comercialização, a profissionalização do segmento como mecanismo crescente de qualificação do produtor e do produto, a integração do binômio qualidade/produtividade, e, principalmente, o favorecimento à especialização da agricultura como ferramenta de solidificação dos municípios como especialistas.

O presente estudo se justifica pela importância do tema em questão para abrir novos horizontes de estudo aos que se dedicam à temática da agricultura familiar com foco na criação/fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, uma vez que esta se constitui numa vertente ainda pouco estudada, se levado em consideração o tema com este enfoque, e, principalmente para o local em que se realiza o estudo, já que tem o intuito de realizar uma análise dos desafios para o setor, assim como, das influências das políticas públicas para a pequena agricultura no município em prol da formação de um circuito curto de comercialização olerícola.

O presente estudo tem como objetivo geral identificar quais os fatores que dificultam a formação de um circuito curto de comercialização olerícola no município

de Conceição do Jacuípe. Para atender ao objetivo geral, foram elencados ainda os seguintes objetivos específicos: Delinear o perfil sociocultural e econômico do agricultor familiar, com a identificação do nível de conhecimento desses produtores acerca das políticas públicas que lhes são disponíveis, bem como a aplicabilidade destas na sua propriedade rural; Compreender, na percepção dos gestores locais, o nível e os tipos de divulgação das políticas públicas implementadas no município para os produtores de hortaliças e a sua efetividade na consolidação dessa atividade na região; e, Conhecer os produtos produzidos pela agricultura familiar do município, o volume e a rota de escoamento da produção olerícola do município para abastecimento externo.

Na consecução do objetivo pretendido, foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando-se como procedimento entrevistas semiestruturadas com os agricultores das comunidades do Bessa e Oitizeiro, incluindo na amostra ainda o gestor municipal de agricultura para que fosse possível identificar as possíveis dificuldades na formação dos circuitos curtos de comercialização. Quanto aos objetivos a pesquisa é do tipo exploratória e descritiva. Exploratória porque se buscou conhecer as realidades vividas em ambas as comunidades, e, descritiva pois a pesquisa se ateve a descrever estritamente a realidade encontrada. Por fim, a pesquisa possui natureza aplicada uma vez que objetiva gerar conhecimento dirigido a solução de problemas específicos.

Para discussão do que se propõe, esta pesquisa está estruturada e alicerçada sob um tripé conceitual, composto pelas seguintes vertentes: políticas públicas, circuitos de proximidade e olericultura. Sobre políticas públicas buscou-se inicialmente contextualizar o tema a partir de elementos básicos como o conceito e o surgimento da ciência, fazendo as observações pertinentes à construção de um pré-conceito. O capítulo seguinte tratou de políticas públicas específicas para o segmento da agricultura familiar, fazendo inclusive as observações atinentes a esta temática que basicamente é o objeto de estudo da pesquisa. Estes dois capítulos somados tem o condão de sustentar a hipótese de que as políticas públicas podem auxiliar a formação de CC's, objetivo principal que guia este estudo.

A segunda vertente que trata dos circuitos curtos de comercialização é o principal arcabouço teórico deste estudo e busca conceituar como se formam os



circuitos de proximidade, apropriando-se da ideia de circuitos curtos como o conceito que melhor define a ideia. Neste capítulo foram levantados todos os aspectos relevantes sob a perspectiva de dois teóricos em maior escala. Bava (2012) que trata dos circuitos de proximidade como curtos, semelhantes ao conceito Francês já consolidado e Maluf (2004) que desenvolve o conceito de circuitos regionais para tratar da mesma ideia central, da noção de proximidade geográfica entre os agentes, bem como da diminuição de intermediários entre produção e consumo como elementos basilares dessa temática.

A terceira base de sustentação do tripé versa sobre a olericultura, haja vista que esta é a categoria de análise dentro do segmento agricultura familiar que se buscou também compreender. A produção de hortaliças no município de Conceição do Jacuípe fora também um dos aspectos que motivou a pesquisa, acrescente-se a isso que o município até duas décadas passadas havia se destacado como um grande produtor de hortaliças da região, mas desde então vem perdendo pouco a pouco a expressividade que tinha nesse aspecto.

## **1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

### **1.1 Contexto e surgimento das políticas públicas no Brasil**

Os estudos sobre políticas públicas, enquanto área do conhecimento e disciplina acadêmica nasce, segundo Souza (2006), nos Estados Unidos como um rompimento à concepção tradicional europeia que focalizava suas análises basicamente sobre o Estado e as instituições que o compõe. A visão estadunidense, que deu início a esta área do conhecimento, debruçava-se sobre a produção do próprio Estado delineando seu papel com ênfase nas ações do governo, contrapondo duas vertentes que são as políticas sociais e a política pública propriamente dita dos estudos norte americanos.

Ainda segundo Souza (2006), o interesse pelos estudos sobre políticas públicas no Brasil emerge a partir das políticas restritivas de gastos já adotadas em outros países que, na busca pelo equilíbrio fiscal e de contenção de gastos, passaram a adotar tais políticas como forma de equilibrar as receitas e despesas dos países em desenvolvimento como o Brasil.

A política pública designa ainda, neste contexto de surgimento e consolidação no país, como uma subárea da Ciência Política a partir dos modelos de Análise de Política Pública (APP), sendo gradativamente legitimada e institucionalizada no Brasil, tanto por parte da academia quanto do próprio governo e setores civis da sociedade. Destarte, ainda que possua como berço a Ciência Política, esta área do conhecimento ao longo do tempo veio tomando forma e robustez de tal modo que passou a ter aplicabilidade em diversas outras áreas do conhecimento, com modelagens próprias, teorias e métodos que não mais se resumem somente à Ciência Política. Admite-se a partir de então a ideia de multidisciplinariedade do estudo das políticas públicas.

Admitindo que o ramo da política pública é um campo abrangente com reflexos em diversas áreas, de fato, faz-se necessário reconhecer que o Estado não é o único a conceber a política, ou pelo menos não inicia toda política implementada em um país, existem pressões e demandas que tendem a impulsionar a concepção de uma dada política pública, como por exemplo na atuação das Organizações não

Governamentais (ONG's), dos partidos políticos que também exercem grande influência na seleção da agenda de políticas de um dado governo, e dos sindicatos de classe que são grupos de interesse que tendem a exercer pressão e/ou influência sobre os governos para que estes saiam da inércia para agir ou omitir-se frente a uma demanda coletiva.

Pensar em política pública nesse contexto requer uma visão holística de quem a pretende, pois a trajetória de pensamento do pesquisador acaba ficando condicionada ao entendimento de outros ramos da ciência além da Ciência Política, como a Economia, a Geografia, a Sociologia, o Direito, a Gestão Pública e diversos outros sub-ramos das Ciências Sociais Aplicadas, e isto requer um conhecimento profundo acerca desta temática.

Vale destacar, que ainda não há consenso sobre uma definição única nem melhor para designar o que seja política pública, conforme menciona Souza (2006). Este ramo de estudo da ciência política ainda tão díspare busca, dentre as diversas definições aceitas, explicar o que de fato todas elas concordam: Política Pública é o “Estado em ação”, e ação não só no sentido de fazer, mas também do não fazer do Estado (ação omissiva do Estado), visto que a não intervenção do poder público frente a uma demanda, numa dada sociedade, é também uma forma de se conceber a política pública. Partilhando do mesmo entendimento Dye (1984, p.17) define o termo como sendo “o que o governo escolhe ou não fazer”.

Consoante já mencionado, a omissão do Estado frente a uma demanda pública coletiva é também uma forma de concepção de política pública, mas é importante deixar claro que o “não fazer” não faz nenhum tipo de correspondência com a inércia ou o descaso dos decisores públicos quando estes são demandados em resolver o problemas de pública relevância. As políticas ambientais são um bom exemplo de ação omissiva do Estado, quando este por sua vez frente a um problema público de relevância coletiva, a degradação do meio ambiente, decide estabelecer faixas de preservação, impedindo que o próprio Estado intervenha naquele espaço.

Um outro exemplo ainda mais elucidativo do que se trata a ação omissiva do Estado, seria pensar na hipótese de que este, por meio das concessionárias de energia elétrica, poderia suspender o fornecimento de energia elétrica em caso de

inadimplemento da obrigação de pagar. Ocorre que em se tratando de hospitais públicos, o próprio Estado estabelece em Lei que ainda que haja o inadimplemento da obrigação contratual (pagamento da conta energia), o serviço não poderá ser suspenso, configurando-se como um exemplo claro do “não fazer” do estado como uma política pública de garantia a continuidade da prestação de saúde garantido constitucionalmente aos cidadãos.

Todavia, resumir o termo política pública tomando por base apenas esta concepção anteriormente aluzida do fazer ou não fazer do Estado ainda é muito superficial para discernir todas as nuances que este ramo do conhecimento precisa para dar conta de um tema desta complexidade e com tantos desdobramentos. Ainda que numa proposição muito fechada esta definição tenha todos os seus méritos, torna-se relevante designar um conceito mais amplo que permita abranger as demais possibilidades do uso do termo, fazendo-se necessário referenciar a ideia de política pública a ser seguida como parâmetro para análise deste estudo. Deste modo, Saraiva (2006, p. 28-29) esclarece o termo da seguinte forma:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a manter desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. **Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas modificações e reações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão.** É possível considera-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um **sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões**, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. **(Grifo nosso)**

Partindo da abordagem de Saraiva (2006), a ideia central aqui adotada é que as políticas públicas surgem a partir das reações e demandas dos atores sociais, que são os destinatários, ou pelas estratégias de governo por meio das decisões daqueles que detêm o poder para tal, ou seja, é possível tanto aos atores sociais impulsionar a implementação de políticas quanto os que detêm o poder para tal iniciá-las, como numa via de mão dupla, de cujo fluxo tende a se adequar conforme as necessidades dos agentes destinatários.

A política se realiza no momento em que as decisões públicas são tomadas no sentido de agir ou omitir-se frente a uma demanda pública coletiva (por isso a ideia de via de mão dupla), pois tanto se operacionaliza sob forma da vontade política do agente como estratégia de governo, ou, em resposta às pressões dos grupos de interesse que tendem a influenciar na decisão deste mesmo gestor no momento de implementar a política.

A política pública no Brasil assim como em outros países é pensada, de maneira holística, para suprir as demandas e anseios da população pela efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos, no caso do Brasil, como: saúde, segurança, educação, moradia, transportes, etc.

Com a diversidade de demandas e atores sociais cada vez mais difusos e plurais, é consenso utilizar-se dos conhecimentos acerca das políticas públicas (inclusive as ferramentas de avaliação) para atender a finalidade social desta, e, para equilibrar os interesses dos grupos de poder, dando preferência na implementação de políticas com maior impacto social e que busquem alcançar cada vez mais os níveis desejáveis do estado de bem-estar, além de um número maior de destinatários, garantindo assim maior efetividade.

Nessa esteira, Lascoumes e Le Galès (2012), trazem a ideia de que a expressão política pública vem sendo, pouco a pouco, substituída por ação pública, ao entenderem que a primeira é mais restrita a ação exclusiva do Estado, enquanto que a segunda revela a pluralidade de agentes, não só a atuação da administração estatal, na conformação e efetivação dos direitos sociais legalmente constituídos, remetendo a ideia de “via de mão dupla” mencionadas anteriormente. Neste cerne, a visão destes autores revela também que os problemas relacionados à governança têm refletido negativamente na efetividade das políticas que tendem a fracassar em muitos casos, “em razão de problemas técnicos, falhas de planejamento, implementação ineficiente e resistência dos grupos de interesse com capacidade de bloquear reformas” (LASCOURMES; LE GALÈS, op. cit., p.15).

Acredita-se que a expressão "política" nesta concepção dos autores se sobrepõe a questão "pública", derivando basicamente da vontade do agente político em implementar ou não determinada política pública, assim, quando erros de concepção e implementação fazem escoar milhares de reais dos cofres públicos por

simplesmente a vontade política do agente do Estado se sobrepor ao planejamento da política pública e efetivação da mesma, há uma relação de causa e efeito que tem sido elemento de debate recorrente nas arenas de políticas públicas. Souza extrapola ainda mais essa visão, ao mencionar que:

No entanto, definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos [...] numa perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (SOUZA, 2006, p.25).

As políticas existem e estão postas, não há o que se falar em novas políticas públicas sem antes tornar operacionalizáveis as já existentes. O papel dos governos nesse sentido é decisivo entre o sucesso e o fracasso de uma política pública na perspectiva da efetividade desta quanto ao custo benefício. A cessão às pressões dos grupos de interesse (numa perspectiva mais pluralista) ou a vontade do agente político na escolha de quais políticas implementar (numa ótica mais elitista) precisam ser acomodadas sob a mesma égide de atuação em que haja uma autonomia do *policy maker* para repousar as duas vias de formação das políticas (decisores públicos e grupos de interesse) na concepção funcionalista da política de abranger o maior número de pessoas.

Souza (2006) traz uma distinção entre política pública e política social ao referir-se da primeira como um campo multidisciplinar que busca explicar a natureza e processos da política, enquanto que a segunda discute em sua gênese o Estado do bem-estar social que está mais ligada à academia europeia. De fato, as políticas sociais tem sido objeto de estudo de grande parte das pesquisas desenvolvidas no Brasil, já que os estudos sobre política pública, por sua vez, segundo a autora:

Não focalizam necessariamente no conteúdo substantivo da política [...] Estudos sobre política social, ao contrário, são demarcados pelo objeto da política pública, focalizando, sempre, as questões que a política buscar resolver, os problemas da área e seus resultados (SOUZA, *op. cit.*, p.71).

Ainda que se perceba a distinção de abordagem entre elas, acredita-se que a política pública mesmo que não se debruce sobre a consequência que ela provoca no tecido social, tais reflexos sejam inevitáveis. Da mesma forma que não há como se conceber uma política social sem ao menos responder aos “por quês” e “como”

atinentes ao processo de formação da política pública e que na concepção da autora difere da política social. Uma política econômica de corte de gastos do governo ou modificações da taxa de juros de um país, por exemplo, tem um reflexo social indireto que demonstra que mesmo com abordagens diferentes (política pública vs. política social) elas tendem a se complementar entre si.

## 1.2 O modelo *up-down* de política pública

Um dos grandes problemas na efetividade das políticas públicas no Brasil atualmente está na forma como as políticas são postas e operacionalizadas seguindo boa parte delas um modelo *up-down* de concepção, em que os “pacotes prontos” são lançados e em menor escala vão recebendo aplicabilidade, sem levar em conta os contextos locais em que operam, principalmente em se tratando das políticas públicas de cunho social. Por outro lado, as questões “políticas” também tendem a influenciar na efetivação desse modelo de política de cima para baixo, e questão política no sentido mais arduo do termo que é a “politicagem” do assistencialismo arraigado presentes em diversos municípios do país, onde o acesso às políticas públicas torna-se moeda de troca eleitoral.

Muitos estudos no Brasil (MOURA, 2007; HIRATA, 2009) têm criticado e mostrado diversas deficiências em políticas públicas como o “Minha Casa, Minha Vida” e o “Bolsa Família” por conta das distorções do programa no contexto local de operação. Outros tantos (SOARES, 2003; SENA *et al*, 2007) têm demonstrado que estas mesmas políticas tem contribuído significativamente com a redução de índices de miserabilidade no país. Mas aí surge um questionamento importante que precisa ser respondido: Por que em alguns locais a política pública funciona bem e em outros não?

Um fato a ser preliminarmente observado é que as políticas públicas não são imutáveis, ou pelo menos não deveriam ser. E não sendo, é possível adequá-las conforme as demandas sociais vão surgindo ou se alterando, o que tende a garantir maior efetividade destas. Acontece que nos modelos *up-down* de política pública, podem ocorrer um descompasso entre aquilo que é pensado pelos *policy makers* (formuladores de políticas) como objetivo a ser alcançado e o que realmente se tem

como resultado final da política. As políticas, especificamente as sociais, deveriam levar em consideração as especificidades do local que opera, costumes e preferências a quem elas se destinam, adequando-as ao contexto de operacionalização e garantindo assim eficácia plena em qualquer local em que seja operacionalizada.

A literatura até o início dos anos 1990, segundo Côrtes (2006), afirmava ser difícil criar canais de participação da sociedade civil na definição de políticas, já que em alguns países, a exemplo do Brasil, estariam supostamente dominados por pactos e acertos prévios. Mas, ao contrário do que se previa até aquela década, os mecanismos de participação da sociedade civil têm funcionado bem, segundo a autora, nos conselhos de políticas públicas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, desenvolvimento rural, educação, meio ambiente, entorpecentes, negros, mulher, idoso e portadores de deficiência.

As políticas sociais inclusive, fazendo menção à distinção colocada por Souza (2006) entre política pública e política social, tem tido maior sucesso quando há a participação dos destinatários como conselheiros das diretrizes da política e principalmente nas atribuições relativas à “fiscalização da aplicação de recursos financeiros transferidas da esfera de governo federal ou estadual e relacionadas ao monitoramento da implementação de políticas” (CÔRTEZ, *op. cit.*, p. 127).

Um caminho oportuno para colocar as políticas no rumo da justiça social, desenvolvimento econômico e bem-estar social coletivo é apostar na ideia de que todo o processo precisa da participação da sociedade que são os destinatários de seus efeitos, seja na definição da agenda ou no processo de avaliação e, acreditar que as políticas públicas não são imutáveis e devem flexibilizar-se para atender aos contextos dos locais nos quais são implementadas, principalmente em se tratando de políticas *up-down* que chegam aos municípios com uma roupagem pré-estabelecida e acabam por funcionar bem em alguns locais e em outros não.

Um problema apontado ainda por Côrtes (2006), nessa vertente, é que o nível de participação dos indivíduos nos conselhos municipais de políticas públicas varia de acordo com as preferências político-ideológicas dos gestores que ocupam os cargos de chefia e que podem influenciar na intensidade dos níveis de participação. Apesar de que os grupos de interesse podem exercer pressão não só através dos



conselhos, mas também diretamente com os gestores públicos por meio dos já conhecidos movimentos populares, institucionalizados ou não.

Percebe-se ainda que, nessa visão de Côrtes (2006), é possível que haja uma fragilidade no processo de implementação de políticas desde a sua gênese, uma vez que sendo possível contaminar os membros que comporão o conselho é possível também que esta não reflita exatamente os anseios da população, representada naquele dado momento pela opinião dos membros civis que certamente comporiam aquele determinado conselho e já estariam previamente contaminados a defender a posição do gestor público, ou seja, a participação da sociedade civil neste caso seria uma extensão da vontade da autoridade pública.

Acrescente-se a isso que, em determinados segmentos, como nos conselhos para articulação de políticas para a agricultura familiar, por exemplo, os membros da sociedade civil que fazem parte destes conselhos, são geralmente os próprios interessados, agricultores que apesar da vontade em ver melhorado o segmento em que atuam, geralmente possuem histórico de baixa escolaridade e desenvolvimento social desfavorável apesar da larga experiência e vivência com a terra. A fragilidade dos conselhos de políticas públicas tendem a fomentar políticas igualmente frágeis, e, em se tratando de políticas públicas para a agricultura familiar as fragilidades são ainda maiores pela própria estrutura dos membros da sociedade civil que os compõem.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

### 2.1 A Agricultura familiar no Brasil: cenário e implicações

A categoria agricultura familiar, segundo Picolotto (2014), veio sendo, pouco a pouco construída na últimas duas décadas, adquirindo seus atores consistência enquanto sujeitos políticos e também como modelo de agricultura. O autor credita o processo de consolidação deste segmento no Brasil a três conjuntos de atores sociais, a saber: **a academia** que trouxe os holofotes para o papel de importância que a agricultura familiar teve no desenvolvimento do país, **o Estado** na legitimação oficial da categoria e conseqüentemente na destinação de políticas públicas específicas e terceiro pelos **movimentos sociais**, organizados (sindicatos) ou não, que fizeram as pressões necessárias ao encaminhamento de projetos de uma nova colocação da agricultura familiar no país.

Essa mesma agricultura familiar, que até o final da década de 1990 fora um segmento não abarcado pelas políticas públicas, sempre exerceu papel importante no abastecimento alimentar nacional. Na verdade sequer se reconhecia - antes da congregação de esforços dos atores formativos (acadêmicos, Estado, movimentos sociais) - a existência desse grupo específico de produtores, colocando-os como margeados dos grandes latifúndios de cujas políticas pouco lhes servia no fomento à produção. Para Picolotto (2014), "A invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação."

Com isso, mesmo no processo de modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, em que já haviam políticas para a área rural, Mattei (2004) sinalizou que as áreas privilegiadas estavam concentradas basicamente em setores mais capitalizados e nos produtores de commodities dos grandes latifundiários do país, com o intuito de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial no período. Nesse sentido, Picolotto coaduna com Mattei quando afirma que:

A agricultura de base familiar na história brasileira, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária. Esta última foi considerada, ao longo do tempo, como a única capaz de garantir divisas para o país através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional. Nas regiões

estratégicas para a exploração de produtos de exportação, coube à exploração familiar funções consideradas secundárias, tais como: a produção de alimentos para o mercado interno (principalmente para as populações das cidades) e servir como reserva de força de trabalho acessória nos momentos em que as grandes explorações necessitassem (PICOLOTTO, 2014, p.2)

Percebe-se ao fazer dialogar as ideologias de ambos os autores que para os agricultores familiares restou apenas “a sombra” dos benefícios da política agrícola macroeconômica, que tinham o condão de alavancar as exportações frente ao mercado internacional, e que pouco modificara a vida destes pequenos agricultores, que sequer eram reconhecidos como uma categoria diferentes da dos tradicionais produtores de grãos e commodities. Neste cenário, a denominação que lhes era atribuída se limitava a lavradores, agricultores de subsistência e camponeses.

Outrossim, a atividade agrícola reconhecida como economicamente produtiva para o país estava adstrita somente aos grandes produtores ou simplesmente latifundiários, enquanto que os agricultores familiares estavam limitados somente a produção de alimentos voltadas a própria subsistência e para o abastecimento do mercado local, ou seja, não se falava em profissionalização da pequena agricultura.

Foi somente na década de 1990, especificamente em 1996, que os pequenos agricultores passaram oficialmente a serem reconhecidos como uma categoria social denominada Agricultor Familiar, sendo estes finalmente legitimados pelo poder público. Cumpre salientar, todavia, que esse reconhecimento só foi possível após as intensas lutas e debates acadêmicos e, sobretudo, dos movimentos sociais no campo, em prol das políticas de desenvolvimento para o maior segmento da agricultura brasileira.

Foi neste momento que surgiu no cenário brasileiro aquela que poderia ser denominada como a "mãe" das políticas públicas para o segmento agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, precursora de diversas outras políticas para a mesma categoria social e primeira política pública do segmento, e que veio responder àquela que era a maior reivindicação da categoria inicialmente, o acesso ao crédito rural para o financiamento da produção agropecuária.

O PRONAF, criado em 1996, foi um divisor de águas nesse processo de amparo das políticas ao segmento da agricultura familiar. Nesse período havia um intenso debate acerca do modelo colonialista de desenvolvimento agrário no Brasil que tendia a estimular a concentração fundiária e a exclusão social dos tradicionais agricultores, que neste cenário assumiram um papel de destaque nas discussões. Soma-se a isso os embates acadêmicos sobre a reforma agrária. Convém destacar contudo que mesmo com todos os avanços das políticas de afirmação da agricultura de base familiar, ainda hoje, se percebe resquícios da estrutura fundiária desigual e injusta no país que tem se perpetuado até nossos dias. Mattei (2004), mais otimista com o cenário em que esta categoria social se encontra afirma que:

Apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldade de acesso aos benefícios das políticas públicas, esta é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso a terra e aos demais meios de produção, como estratégia do desenvolvimento rural sustentável (MATTEI, 2004, p.3).

Em relação ao conceito de agricultura familiar, Denardi (2001), singulariza os empreendimentos familiares como tendo duas características principais: “ [...] eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros” (DENARDI, *op. cit.*, p.57). Já Alfatin (2005) ao fazer uma abordagem mais plural sobre o tema, menciona que a visão moderna de agricultura familiar não guarda ruptura definitiva com a forma camponesa de produzir, entendendo como produção camponesa àquela em que a família produz tanto para sua subsistência quanto para o mercado. Wanderley (1999), na mesma linha, entende que a família ao mesmo tempo em que é detentora dos fatores de produção, assume também o trabalho no estabelecimento produtivo. Bittencourt e Bianchini (1996) fazem uma abordagem ainda mais pluralizada do assunto ao afirmar que:

Agricultor familiar é todo aquele(a) agricultor(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (BITTENCOURT e BIANCHINI, 1996, p.6)

De maneira convergente, ainda que sob perspectivas distintas, todos os autores se aproximam da ideia de que: “[...] não há separação entre gestão da propriedade e execução do trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família” (JUNQUEIRA, 2008), sendo este um aspecto de confluência entre eles. Contudo, a noção que se tem fortemente consolidada sobre a temática no Brasil, não obstante, todas as vertentes teóricas já abordadas se deram fortemente após o marco legal que a legitimou, primeiro com a criação do PRONAF e mais tarde com a Lei da Agricultura Familiar.

Foi a partir da definição legal que se permitiu que órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pudessem traçar um panorama desse segmento no país como o Censo Agropecuário de 2006, que pela primeira vez retratou o cenário da agricultura familiar no país, a partir de uma clara distinção entre agricultura familiar e a não familiar (patronal).

Consoante os dados dispostos pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006, tornou-se clara a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país. Neste Censo ficou evidenciado que 84,39% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar. Em termos absolutos, no Brasil, existem mais de 5,17 milhões de estabelecimentos agropecuários, entretanto a área ocupada pela agricultura familiar é de apenas 80,25 milhões de hectares o que corresponde a 24,32% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Neste cenário, tornou-se de extrema relevância a intervenção do poder público com vistas a tentar sanear as disparidades entre a agricultura familiar e não familiar do país.

O Estado ao reconhecer o papel que a agricultura familiar tem exercido na produção de alimentos no Brasil e a importância que este setor possui na busca por níveis de segurança alimentar desejáveis e capazes de garantir a continuidade e a reprodução social, vem concebendo ações para tentar alavancar a atividade a partir da formulação de políticas públicas que reafirmam a necessidade de se ter um olhar mais atencioso ao agricultor familiar. Entendeu-se ainda que estes são os grandes responsáveis pela geração de empregos do segmento (74,4% da população ocupada na agricultura está no segmento familiar), e também os grandes produtores de alimentos do país, segundo dados do IBGE (2006).

Utilizando como parâmetro de análise a participação da agricultura familiar na produção de certos alimentos consumidos pelos brasileiros, conforme se evidencia na figura 01, nota-se no censo, que produtos relevantes à alimentação como feijão preto e mandioca, são largamente abastecidos pela agricultura familiar, demonstrando assim a importância do segmento. Por outro lado, commodities como o trigo e a soja, bem como a criação de gado bovino para exportação de carne, ainda são cultivos dominados pela grande agricultura.

**Figura 01.** Participação da agricultura familiar na produção de alimentos

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO
Arroz em casca	33,86%
Feijão preto	76,77%
Mandioca	86,69%
Milho em grão	45,93%
Trigo	21,22%
Café arábica em grão	34,15%
Soja	15,73%
Leite de vaca	58,14%
Bovinos (cabeças)	30,29%
Aves (cabeças)	50,01%

**Fonte:** IBGE, Censo Agropecuário 2006

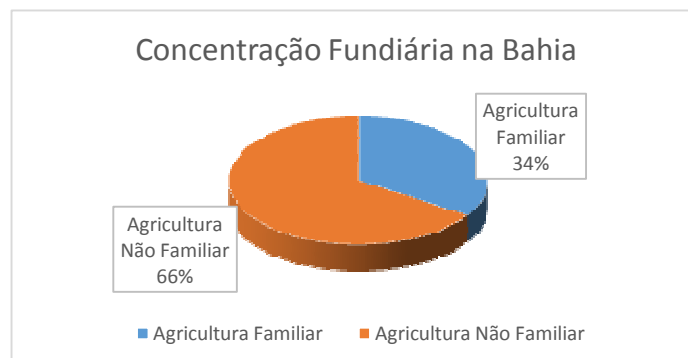
Cabe aqui destacar que a legislação brasileira, que se encarregou de disciplinar os critérios para o enquadramento do agricultor como familiar, está materializada na Lei nº 11.326 no art. 3º (BRASIL, 2006). Esta Lei considera como agricultor familiar àquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende simultaneamente a quatro critérios objetivos, sendo eles: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais (compreendendo módulo fiscal como uma unidade territorial agrária, fixada por cada município brasileiro baseados na Lei Federal nº 6.746/79 que varia de 5 a 100 hectares, conforme o município); utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo; e, dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Seguindo o que estabelece a legislação brasileira acerca desta temática, a Bahia caracterizou-se como sendo o estado da federação com maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, com 665.831 estabelecimentos e uma área

total de 9.955.563 hectares (IBGE, 2006). Por outro lado, este mesmo estado possuía, no mesmo censo, 95.697 estabelecimentos não familiares (patronais) que perfaziam uma área total de 19.224.996 hectares, ou seja, são quase 700 mil estabelecimentos da agricultura familiar em uma área de menos de 10 milhões de hectares, contra os menos de 100 mil da agricultura não familiar que ocupam uma área de quase 20 milhões de hectares.

Percebe-se desta relação inversamente proporcional entre o quantitativo de estabelecimentos agropecuários vs. área total, que existe uma concentração fundiária na mão de poucos produtores e uma distribuição de terras desigual no estado conforme revela a figura 02. Se for feita uma média das propriedades familiares e não familiares do estado à época da realização do censo, tem-se respectivamente, 14,94 e 200,89 hectares de área por estabelecimento, ou seja, é uma diferença muito grande entre minifúndio e latifúndio na Bahia, assim como em todos os estados da federação (IBGE, 2006)

**Figura 02.** Concentração de terras na Bahia: agricultura familiar vs. não familiar



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Insta frisar que o conceito legal de política pública concebida pela Lei da Agricultura Familiar não dá conta de atender a todas as nuances deste segmento elencados pelos autores, preliminarmente citados, contudo, foi justamente após esse marco legal que as políticas públicas puderam ser desenvolvidas, aperfeiçoadas e disseminadas no país. A partir do retrato da agricultura familiar do Brasil permitido pelo censo de 2006 possibilitou-se ao Estado traçar estratégias e ampliar as políticas já existentes para fortalecer este segmento tão importante para a geração de emprego e renda, bem como para a segurança alimentar no país.

## 2.2 Políticas públicas para a agricultura familiar

Percebe-se que antes da Lei 11.326 definir objetivamente quem era o agricultor familiar, distinguindo-o do patronal, era demasiadamente incerto prever políticas eficientes de incentivo e fortalecimento para este grupo em específico. Foi somente após a elaboração de critérios objetivos para classificar o agricultor como familiar e depois de conhecer quanto eles eram e representavam na agricultura do país que o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, hoje extinto, recebeu a missão de operacionalizar um portfólio de 12 políticas públicas direcionadas ao público da agricultura familiar, que estão elencadas na quadro 01 a seguir:

**Quadro 01:** Portfólio do MDA de políticas para a agricultura familiar

<b>Políticas Públicas para a Agricultura Familiar</b>	
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNCF</b>	Programa Nacional de Crédito Fundiário
<b>PAC2</b>	Programa de Aceleração do Crescimento 2
<b>SUASA</b>	Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal
<b>TERRA LEGAL</b>	Programa de Regularização de Terras Públicas na Amazônia Legal
<b>CADASTRO DE TERRA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b>	Programa que assegura juridicamente a posse da terra ao trabalhador do campo
<b>TERRA FORTE</b>	Programa de incentivo às cooperativas e associações de Agricultores
<b>BIODIESEL</b>	Programa que incentiva os agricultores familiares a produzir oleaginosas que possam ser utilizadas na produção de biocombustível.
<b>GARANTIA SAFRA</b>	Seguro que garante indenização ao produtor causado pelo excesso ou falta de chuva.

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) 2013.

São estas as políticas que têm o papel de promover a agricultura familiar no país no atual cenário político em que se encontra (2013-2016). As políticas públicas são sensíveis às variações de governo que se sucedem ao longo do tempo,



podendo inclusive deixar de existir. Diante de todos estes programas operacionalizados pelo MDA, isoladamente ou em parceria com outras pastas ministeriais, é salutar destacar quatro deles que se apresentam com maior relevância para respaldar esse estudo e por terem aplicabilidade direta na olericultura, sendo eles:

- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

"Programa de crédito (custeio e investimento) que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar" (MDA, 2003, p.11). Segundo Becker e Anjos (2014), o PRONAF veio sanear os intensos debates político e acadêmicos em prol de políticas específicas de crédito para a agricultura familiar. Já Mattei (2014) demonstra que do ponto de vista do apoio direto ao sistema produtivo familiar, o programa aumentou sua área de cobertura, diversificando o público beneficiado e criando novas linhas temáticas de crédito que resultaram num sensível aumento de agricultores atendidos pela política.

Tem como principal vantagem o financiamento individual ou coletivo com juros abaixo da inflação, tendo como principais modalidades consoante o disposto pelo próprio MDA (2003), o PRONAF custeio que tem o objetivo de financiar a atividade agropecuária e de beneficiamento; o PRONAF investimento que é uma modalidade de crédito que financia máquinas e equipamentos que visem a melhoria da produção e serviços agrícolas; o microcrédito rural que atende os agricultores de menor renda; o PRONAF agroecologia que atende aos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos; o PRONAF mulher que é uma linha de crédito exclusiva para o gênero; o PRONAF eco para produção de biocombustíveis e outros combustíveis renováveis; PRONAF agroindústria para financiar o beneficiamento, processamento e comercialização de produtos agrícolas; PRONAF semiárido que financiam projetos desta área de abrangência; e o PRONAF jovem que viabiliza proposta de crédito de jovens agricultores de 16 a 29 anos, " [...] deste modo, não parece exagerado afirmar que o PRONAF se tornou um instrumento fundamental para discussão do desenvolvimento rural no país" (MATTEI, *op. cit.* p.5).

- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

É uma política pública que, de acordo com o MDA (2003) leva assistência técnica às propriedades rurais, melhora os processos de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores. As parcerias do MDA com instituições públicas estaduais e privadas, principalmente aquelas sem fins lucrativos, garantem apoio ao produtor desde o início da safra até a disponibilização do produto no mercado. As atividades de ATER são vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e buscam ampliar conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, o acesso as políticas públicas da população rural brasileira, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país.

- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

Política concebida em meio as diversas ações no âmbito do Programa Fome Zero, do Governo Federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é segundo Mattei (2004) uma iniciativa que " [...] visa implementar ações no âmbito das políticas agrícola e de segurança alimentar com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome" (MATTEI, 2004, p.6). Em linhas gerais, o programa tem por objetivo adquirir alimentos agropecuários pelo governo sem que haja a necessidade de licitação prévia, produzidos por agricultores familiares desde que não excedam R\$ 2.500,00 ao ano por agricultor.

Becker e Anjos (2014) afirmam ainda que este programa permite que o governo possa fazer a compra antecipada dos produtos produzidos pela agricultura familiar, também chamados de "beneficiários produtores", destinados aos "beneficiários consumidores" que são as instituições públicas que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entes públicos.

Nessa política existem duas questões a serem observadas, a primeira delas que é a garantia de compra de parte dos produtos oriundos da agricultura familiar e a segunda que é a formação de estoque de alimentos para dar sustentação a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O PAA, consoante o estabelecido pelo MDA (2003), fora criado em 2003 e atualizado pela Lei 12.515 de 2011, possibilitando ao órgãos públicos das três esferas adquirir alimentos diretamente dos produtores por meio de dispensa de licitação desde que os preços

não ultrapassem os valores locais, com exceção dos produtos orgânicos e agroecológicos que admitem sobre-preço de até 30%.

Neste programa, segundo o MDA (2013) existem três modalidades de aquisição de alimentos. A primeira delas é a compra direta operada pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que consiste na aquisição de alimentos dos agricultores organizados em cooperativas ou associações formais e informais à preços fixados pelo grupo gestor e dentro dos praticados na região. A segunda modalidade é a compra com doação simultânea que é a forma de aquisição pela qual os produtos são diretamente destinados a órgãos como escolas, creches, asilos e etc. A terceira modalidade do PAA é a formação de estoques, que tem por objetivo estocar produtos da safra produzida pelos agricultores familiares com vistas a garantir a segurança alimentar no país.

#### PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Instituído pela Lei no. 11.947/2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) prevê a compra de pelo menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino (MDA, 2003). O PNAE, conforme explica Becker e Anjos (2014), representa uma outra estratégia em termos de mercado institucional no Brasil, configurando-se como uma importante política pública para a agricultura familiar que garante o escoamento de parte do que é produzido por estes produtores, possibilitando um incremento de renda para além mercado tradicional, permitindo assim maior estabilidade desta categoria.

Anjos (2014) utilizando a definição de Grisa (2009) caracteriza os mercados institucionais e destaca que:

Os mercados institucionais podem ser conceituados como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas (GRISA apud SACCO, 2014, p 6)

Neste contexto, tanto o PAA quanto o PNAE se apresentam como tentativas do Estado em legitimar a categoria de agricultores familiares com relação à importância que o segmento representa na produção de alimentos no país, na comercialização, e, na geração de emprego e renda em áreas rurais, que se comparado à agricultura patronal é muito mais expressiva nos mesmos critérios. Ao possibilitar ao produtor de que parte do que ele produz vai ser adquirido pelo próprio governo, de fato, o Estado está garantindo uma renda mínima para as famílias rurais, a manutenção da vida do agricultor com sua família no campo e a fidelização da clientela (o próprio governo).

Todavia, convém destacar que mesmo com todas as políticas de incentivo ao fortalecimento da agricultura familiar, como as citadas, no Brasil ainda é longo o caminho a ser percorrido na busca pela reprodução social das famílias rurais, muitas delas, ainda são frequentemente fragmentadas em seu núcleo. Isto ocorre quando um ou mais membros tem que se desvincular do seio familiar em busca de melhores oportunidades de vida e sustento da própria família.

Maluf (2003), inclusive, menciona que nas condições brasileiras a reprodução econômica das famílias rurais não tem guardado relação linear com a atividade agrícola desenvolvida por estas famílias, pois, a maioria delas obteve incrementos de renda por outras fontes que não a sua atividade agrícola mercantil.

É justamente partindo dessa abordagem de Maluf que a interação precisa acontecer, ou seja, entre os elos da cadeia produtiva, representado neste contexto entre a atividade que o produtor desenvolve pra sobreviver e do que realmente ele sobrevive. Nesse contexto, as políticas de mercado institucional PAA/PNAE exercem papel importante nessa interação, mas precisam ter mais efetividade, agregando o produtor local naquilo que ele produz com maior afinco, sem este ter que se desvincular da atividade rural para incremento de renda.

O produtor precisa do crédito sim, mas é preciso assistência técnica para que o produtor agregue valor ao seu produto; a assistência técnica precisa ocorrer nos municípios, mas para isso é necessário levar a informação ao produtor, e esta é de extrema relevância no processo de empoderamento destes atores sociais. As políticas existem e estão colocadas, mas precisam ter maior efetividade nos contextos locais de operação. A informação tem o poder de fazer chegar a estes

produtores as ferramentas que eles precisam pra crescer e se solidificar no local em que estes escolheram para viver com suas famílias. As políticas quando bem utilizadas tem a possibilidade de atingir e fidelizar mercados formais através dos circuitos de proximidade.

### **3. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO**

#### **3.1 – Circuitos de proximidade: conceito e sistematização**

A ideia de circuitos curtos de produção e consumo discutida por Bava (2012) e de circuitos regionais de produção, distribuição e consumo assemelhada nos estudos de Maluf (1995), redimensionam o papel da agricultura familiar nas cadeias produtivas de alimentos, principalmente dos chamados *in natura* e orgânicos no país. A noção de proximidade entre produtor e consumidor, segundo Darolt, Lamine e Brandenburg (2003), traduz basicamente o conceito desta temática, que embora não seja limitadora na conformação desses circuitos (proximidade geográfica entre os agentes), é elemento basilar na realização destes.

O estreitamento das relações sistemáticas entre produtor e consumidor e a adoção de ações integradas entre eles com o intuito de criar laços de confiabilidade, qualidade e continuidade no fornecimento dos produtos, se desdobram na formação destes circuitos de proximidade, ora colocados como curtos por Bava (2012), e, ora apresentados como locais/regionais na visão de Maluf (1995).

Apesar de não haver no Brasil uma definição oficial para caracterizar os circuitos de proximidade, na França, o termo circuitos curtos como colocados por Bava (2012) já é utilizado para definir as relações entre produção e consumo de alimentos que mobilizam até no máximo um intermediário entre produtor e consumidor. Neste aspecto, os estudos de Bava (2012) são os que melhor se aproximam da definição francesa já consolidada. Antes de aprofundar esta abordagem acerca dos circuitos de proximidade é necessário que se faça uma distinção entre circuitos curtos e longos para que se tenha uma visão mais ampla, e, necessária para o aprofundamento das questões aqui trabalhadas.

Por circuitos longos Bava (2012) entende que são um tipo de circuito que requer maiores espaços para o cultivo, uma vez que são produzidos em larga escala, a exemplo da soja, que possui uma plantação extensiva que requer grandes áreas e que acabam por concentrar ainda mais a terra no Brasil, expulsando a agricultura familiar destes espaços. Este tipo de circuito geralmente é dominado por

grandes nomes do agronegócio, exportadores de commodities que Bava denomina de “transnacionais” (*op. cit.*, p.180).

Maluf (2004) na mesma esteira trabalha com a ideia de cadeias integradas para definir o que seriam, os circuitos longos (nacionais, internacionais), ao abordar os vínculos simultâneos que a agricultura familiar mantém com os mercados dos seus produtos, sendo o primeiro destes vínculos a tradução da ideia do autor no momento em que ele menciona que “[...] participam das cadeias integradas as cooperativas de grande porte, as corporações agroindustriais, a indústria alimentar, a intermediação mercantil e as redes de supermercados.” (MALUF, *op. cit.*, p.307).

Por outro lado, por circuitos curtos, Bava (*op. cit.*, p.181) entende que estes “[...] buscam que a produção e consumo, sempre que possível, se deem no mesmo território, beneficiando sua cidade ou região”, em linhas gerais ele ainda afirma que:

Por circuitos curtos entendemos a busca pela aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços; a redução da escala das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados; a diminuição da necessidade de uso de redes de transporte, energia e logística; a utilização de mão de obra do território; o financiamento em condições acessíveis aos micro e pequenos empreendedores com novos mecanismos de intermediação financeira; a maior participação dos atores sociais nos processos de decisão política, o maior cuidado com o meio ambiente do lugar em que vivem (BAVA, 2012, p.181.).

Seguindo as observações de Bava (2012) acerca dos circuitos longos, o que se percebe é que a realidade do país hoje ainda é a concentração de terras na mão de poucos produtores em função da produção de larga escala para exportação, que “[...] ao contrário do que prega a ideologia do mercado, pauperizam o território em que operam, [...] não se preocupam com a degradação ambiental que geram. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável” (BAVA, *loc. cit.*).

A partir dessa abordagem trazida pelo autor acerca da produção de larga escala, já se percebe três vantagens competitivas na utilização de circuitos curtos em detrimento dos circuitos longos. A primeira delas se materializa no momento em que a produção diversificada de alimentos, característica da agricultura familiar, se sobrepõe a inversão da lógica de produção em larga escala de uma específica *commodity*, a soja, por exemplo, que tende a degradar o solo sem uma reposição ou

descanso, portanto, possibilitado a rotação de culturas da agricultura familiar. A segunda se dá quando Bava (2012) menciona a questão da proteção ambiental, que pensada pela lógica da produção orgânica de alimentos, por exemplo, tem-se uma redução ou minimização dos uso de defensivos químicos e conseqüentemente menor dano ambiental. A terceira vantagem se realiza no saldo (retorno social, econômico) para os atores locais, uma vez que, nos processos de produção de larga escala há uma mecanização de quase todo o processo produtivo, que no caso da agricultura familiar deságua na geração de uma gama muito maior de postos de trabalho diretos e indiretos desde o plantio até a colheita de tudo que é por ele produzido.

Ainda que estes dois autores (BAVA, 2012; MALUF, 2004) convirjam na ideia de como são formados os circuitos de proximidade, acredita-se ser oportuno adotar a definição de Bava (2012) ao apropriar-se do termo circuitos curtos, por entender que esta parece estar mais próxima do termo utilizado na França que tem uma experiência mais consolidada acerca da temática. Não obstante, Maluf (2004) denomina de regionais os circuitos de proximidade e esta por sua vez, se assemelha com o que está posto por Bava (2012) quando ele assim expõe:

Os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos **formam-se no âmbito das regiões no interior do País ou no entorno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensões.** Além dos produtores agrícolas, **esses circuitos são integrados por cooperativas ou associações de pequenos agricultores**, constituídas para beneficiar ou processar as matérias-primas agrícolas, e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte, ligados à transformação, à distribuição e ao consumo de produtos alimentares, a saber: pequena indústria alimentar, **pequenos supermercados**, um conjunto diversificado que compõe o varejo tradicional e o comércio especializado de alimentos e de refeições prontas (armazéns, empórios, quitandas, padarias, açougues, rotisseries, casas de frios, etc.), equipamentos de abastecimento (**feiras livres**, varejões, sacolões, etc.). **Nos circuitos regionais, está incluída, ainda, a venda direta aos consumidores realizada pelos próprios agricultores.** (MALUF, 2004, p.307-308, negrito nosso)

Como o elo destes circuitos circundam em torno da agricultura familiar, cujos atores sociais são tidos como inferiorizados em relação aos grandes produtores de larga escala dos chamados circuitos longos, faz-se necessário incluir nesse processo de formação a adoção de “ [...] ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais.” (MALUF, 2004, p.308). Cumpre salientar ainda, que no processo de fortalecimento da agricultura familiar as políticas públicas



afirmativas para este segmento mostram-se relevantes ações que podem corroborar com a construção e solidificação de relações estáveis frente aos mercados de alimentos e tendem a refletir na segurança social dos agricultores familiares.

### **3.2 – Vantagens competitivas da comercialização em circuitos curtos**

Como no Brasil ainda não há uma definição precisa para o termo circuitos curtos, a exemplo da França já consolidada, e, pensando que a lógica do fomento à formação de CC's beneficia um número maior de pessoas, ao contrário dos circuitos longos que tende a abranger somente alguns poucos produtores, reforça-se a ideia de se ter um olhar mais sensível das ações de governo para desenvolver políticas públicas capazes de tornar possíveis o crescimento de circuitos desta ordem.

Se os ideais republicanos e democráticos de direito deste país buscam o estado de bem estar social para sua população, políticas nesse sentido tendem a corroborar com a noção de autonomia da população rural que representa quase 16% (29.830.007 pessoas) da população brasileira segundo IBGE (2010) conferindo-lhes o empoderamento necessário, possibilitado economicamente pela comercialização de produtos em circuitos curtos.

A agregação de valor aos produtos provenientes da agricultura familiar é também uma consequência a ser promovida a partir da formação de circuitos curtos, se levados em consideração o estabelecimento de mercados e a frequência com que o mercado consumidor do entorno vá demandar destes produtores. Com a solidificação dessa forma de comercialização de produtos agrícolas e a partir da fidelização (ou pelo menos continuidade) do consumidor em adquirir os produtos locais, admite-se que de maneira individual ou sob a forma de cooperação, certamente haveria uma melhora contínua na qualidade dos produtos comercializados nestes circuitos.

Maluf (2004, p.303) reporta a importância dos projetos associativos neste processo, quando ele se posiciona no sentido de que:

Há uma importância de se preservar os vínculos estreitos entre a produção da matéria-prima agrícola e a atividade de agregação de valor da mesma, pois o maior ganho gerado pela última pode dar origem a processos de diferenciação econômica entre os agricultores envolvidos

No processo de realização dos circuitos curtos, Darolt, Lamine e Brandemburg (2003, p.9) mencionam “[...] dois casos de circuitos curtos que podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor final) e a venda indireta (que ocorre por via de um único intermediário)”. No processo de venda direta, o produtor realiza o processo diretamente com o consumidor, um exemplo interessante é o das feiras livres. Já no processo de venda indireta existe somente um intermediário na realização do mercado, se for tomado como exemplo o circuito olerícola, poderíamos citar as redes de supermercado como único intermediário na venda de hortaliças dos produtores aos consumidores finais.

Vale ressaltar que, em ambos os casos, o mercado se realiza por via de um circuito curto que permite tanto o produtor na forma direta como o intermediário de maneira indireta, levar produtos de qualidade – adotando inclusive a máxima de que os produtos orgânicos tendem a ser mais saudáveis à vida humana – e por preços justos que certamente não ocorreria se houvesse mais de um atravessador no processo de comercialização.

A ideia defendida pela literatura que trata dos circuitos de proximidade é de que, ao fortalecer os circuitos curtos de comercialização, seja possível criar novas oportunidades para os atores locais, ao permitir-lhes maior segurança no escoamento de produção que os circuitos curtos quando sólidos podem dar, além da possibilidade de que se promova a sustentabilidade do ambiente de produção, a qualidade de vida nos seus locais de trabalho e conseqüentemente a equidade social que tudo isto propicia.

Sob o aspecto da segurança alimentar, tema relevante e tratado com frequência nesta década, o subsídio à consolidação de mercados em circuitos curtos para a agricultura familiar constitui-se numa ferramenta de grande valor quando levado em consideração a participação desta na produção de alimentos no país, alimentos que inclusive são dominados pelo segmento.

Assim, o processo de comercialização em circuitos curtos fortalece os territórios e tendem a favorecer a sua especialização nos mercados formais de produtos agrícolas, e especialização não só no sentido de dar a estes melhores condições de competitividade nos mercados de alimentos, mas também maior

lucratividade para que estes produtores se mantenham continuamente produzindo e, conseqüentemente melhorando seus produtos com agregação de valor em escala. Todavia, o que se sabe é que nenhuma sociedade se sustenta baseada exclusivamente em circuitos curtos, os circuitos longos são extremamente necessários para a sobrevivência dos países, principalmente em se tratando de um país como nosso, que tem como uma de suas bases econômicas os mercados de grãos, comercializados em circuitos longos (internacionais).

No entanto, o convívio com os circuitos longos (cadeias integradas) deve ser harmonioso com os circuitos curtos (locais, regionais) de modo que, em ambos, se busque o desenvolvimento do território como um todo e ao mesmo tempo o desenvolvimento dos atores locais numa perspectiva macroeconômica.

Outro aspecto relevante no quesito vantagens competitivas é a conjunção de esforços em prol de objetivos comuns. Iniciativas bem sucedidas de agricultores familiares que produzem sob bases de cooperação e solidariedade, segundo Bava (2012), apontam para uma alteração das relações sociais entre os agentes econômicos produtor e consumidor que tendem a ser benéficas nesse processo, onde a visão de mercado quando alicerçada por valores éticos e solidários de cooperação mútua entre seus pares tendem a gerar alianças sólidas com ganho de escala para todos os seus membros. Assim, extrapola-se a ideia de desenvolvimento local que se restringe tão somente ao local de operação e passa-se a ideia de desenvolvimento do território, em que todo o entorno se beneficia com a comercialização em circuitos curtos e não mais somente o local de origem.

Em toda e qualquer sociedade sempre haverá um novo modelo de produção e consumo que sucederá o atual, já em processo de criação. Primeiro pela característica da própria sociedade que, por não ser imutável, está em constante adequação de seus próprios valores, como a sobrevivência de seus membros, pelas lutas sociais a favor de um ou outro segmento social, ou pelos conflitos gerados pela concentração ou democratização da riqueza nacional defendidos por uma ou outra parcela da sociedade.

Neste cerne, o modelo de comercialização em circuitos curtos tende a se sustentar na atual conjuntura do país, já que a condição financeira das famílias ainda é o principal condicionante para que as mesmas tenham acesso aos

alimentos, e, conquanto seja este o critério para a garantia da segurança alimentar é também esta a forma mais benéfica de mercado, para além de desenvolver o território dar aos seus próprios agentes os mecanismos necessários para crescer e se desenvolver nos seus locais de origem, ou seja, garantindo renda para que os próprios agricultores sejam capazes de adquirir os alimentos necessários à sobrevivência da própria família.

A agricultura familiar é, nesse contexto, a mais conveniente forma de produção sob o aspecto social para ocupar o espaço agrário no Brasil. Os estabelecimentos produtivos familiares são os que mais empregam em áreas rurais em contraposição aos não familiares de larga escala, e essa constatação vai de encontro ao paradigma de que no país há uma oferta suficiente de alimentos para suprir adequadamente toda sua população, mas que se pensado na condição econômica de uma parcela relevante das famílias brasileiras, percebe-se ser maior o problema. Desta forma é que são destacados os circuitos curtos como os mais sustentáveis, pois além de garantir a continuidade da produção de alimentos, as próprias famílias tendem a se reproduzir economicamente, sendo o último elo deste ciclo de produção e consumo das famílias brasileiras.

A grosso modo, a formação de circuitos curtos de comercialização nos municípios brasileiros podem reduzir, por exemplo, a pluriatividade das famílias rurais (não que este seja um aspecto negativo) ao propiciar a estas famílias, as condições necessárias para que a reprodução econômica destas se deem no próprio local em que vivem. A redução da pluriatividade nesse sentido tende a retornar como vantagem competitiva, fazendo com que o trabalho, renda e qualidade de vida ocorram no mesmo espaço, sem a necessidade de complementação econômica fora dos estabelecimentos rurais.

Em modelos associativos de produção, Maluf (2004) destaca a importância de que se preservem vínculos estreitos entre a produção agrícola e a agregação de valor a estes produtos, sendo esta uma vantagem competitiva que pode dar uma diferenciação econômica para os agricultores envolvidos no processo.

### 3.3 – A influência das PP's na formação de circuitos

Outro aspecto também importante na conformação dos circuitos curtos diz respeito às políticas de acesso ao crédito pelos agricultores, que devem reconhecer o papel que a agricultura familiar exerce na segurança alimentar e na oferta de alimentos de qualidade, principalmente para os de natureza *in natura* e perecíveis. O PRONAF, como política desta natureza, tem fundamental importância na construção destes circuitos pela capacidade de viabilizar os incrementos necessários para que o produtor consiga agregar valor e manter seu produto competitivo e atraente no mercado. Consoante o que afirma Maluf (2004), as questões de mercado trilham lado a lado com a necessidade de acesso ao crédito em condições sustentáveis como forma de dirimir as questões da produção agroalimentar no empreendimento da agricultura familiar.

Tomando como exemplo de circuito curto de comercialização o olerícola, de fato, um simples incremento de embalagem para este tipo de produto, por exemplo, já agregaria o valor inicial como estratégia para impulsionar a consolidação deste circuito na região em que opera. A ideia que se tem dos produtos dessa natureza (folhosas) é a de precariedade na forma de comercialização do produto, causado inclusive pela falta de especialização do produtor no momento de agregar valor ao produto, que pela sua característica *in natura* não é levado em consideração pelo produtor como atrativo a fidelização de clientes, tampouco junto aos mercados formais do entorno.

Lamine (2012) afirma que as iniciativas bem sucedidas de circuitos curtos se realizam em territórios onde existe uma aproximação com o poder público, as ONG's e as associações e cooperativas de agricultores e consumidores, criando laços de estreita parceria entre esses agentes. A ação de assistência técnica de forma continuada para os agricultores familiares é outro grande exemplo de política em favor da consolidação de circuitos curtos (regionais, locais), desempenhando um papel de levar a estes produtores rurais a capacitação e a especialização disponíveis para que possam dar o salto necessário entre a produção precária, comumente vista, para uma produção qualificada. Neste contexto, o binômio qualidade e produtividade ao imbricar-se podem, inclusive, agregar o valor necessário para que estes agricultores familiares ganhem visibilidade no circuito de

alimentos, seja de forma direta ou por via de um único intermediário, observando o conceito Francês de circuitos curtos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao exigir que 30% de tudo que é comprado para a alimentação escolar seja oriunda da agricultura familiar, já é uma iniciativa com vistas a encurtar as distâncias entre produtor e consumidor, tendo a realização do processo de produção e consumo no mesmo território, característica dos circuitos curtos. Além deste, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também é outra política pública com características de circuitos curtos, sob a forma de mercado institucional, que garante aos agricultores de base familiar a destinação de parte do que é produzido de forma direta por estes produtores e que isso teoricamente, traz um retorno econômico maior a estes produtores na eliminação de intermediários nesse processo.

As políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar, cada uma com sua particularidade, acabam por valorizar a formação de pólos produtivos de produtos agrícolas com atributos diferenciados e qualidade que se destacam frente aos tradicionais, favorecidos pela formação de circuitos curtos de comercialização. Nesse aspecto os produtos orgânicos vem ganhando cada vez mais força, dando aos produtores de pequeno e médio porte a oportunidade de alcançar novos mercados que os permita fidelizá-los na sua concepção.

Essa abordagem implica, segundo Maluf (2004), na construção de uma identidade territorial do espaço social alimentar que permite que seus agentes atribuam valor aos bens produzidos, fazendo com que os espaços comuns sejam espaços específicos de produção. Percebe-se que a partir do momento em que se atribui valor ao território e aos produtos, acaba por se estabelecer territórios diferenciados, ou seja, espaços que ganham referência a partir daquilo que produzem com maior afinco.

As formas associativas de produção amplia as possibilidades de aproveitamento das vantagens da aglomeração de produtores, permitindo inclusive outras benéficas como a geração e difusão de novas tecnologias e inovação nos processos, além da apropriação de competências regionais por seus membros, que somados tendem a representar maior força nos mercados que operacionalizam seus produtos. Destarte, as formas individuais de produção também contribuem para a

promoção de uma identidade regional e, em ambos os casos, a cooperação de esforços em torno da produção de escala implica em alguma forma de especialização produtiva e à segmentação de mercado.

O que aqui se defende é a formação de circuitos curtos como mecanismo para dinamizar as relações sociais no universo da agricultura familiar, ainda que o critério para delimitar tal característica seja, em primeira mão, o de proximidade geográfica entre os agentes, existem outras nuances igualmente importantes a serem consideradas no seu processo formativo. Tais relações mercadológicas inclusive são constituídas pela forma como ocupam o território e são condicionadas pelas ações públicas voltadas para o segmento que podem ser favoráveis nesse aspecto.

A especialização produtiva da agricultura familiar fomentar a concentração de esforços em prol de um determinado nicho que possibilita a construção de mercados no âmbito dos circuitos curtos de comercialização. Importante destacar nesse sentido, antes que se faça uma interpretação distorcida do foco de abordagem, que a especialização não implica necessariamente em monocultura (condição a ser evitada em agricultura familiar).

Pensando na formação de circuitos curtos como subsídio à criação de uma identidade produtiva regional e conseqüentemente ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, torna-se inevitável trazer à luz do debate, a especialização produtiva com segmentação de produção. No momento em que o agricultor familiar está engajado na produção agrícola de um nicho específico de produtos, essa característica tende a especializá-lo frente aos demais (produtores especializados em olerícolas herbáceas: coentro, alface, cebolinha, hortelã), elevando-os a um patamar de profissionalização que inclusive os remeta a condição de especialista naquele determinado mix de produtos. Isso gera um valor agregado bastante oportuno na criação de canais de comercialização em circuitos curtos, discussão que merece um aprofundamento ideológico que o faremos mais adiante.

## 4. OLERICULTURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

### 4.1 . Olericultura e produção familiar: conceitos e aproximações

Segundo Filgueira (2003), o termo olericultura é um termo técnico-científico utilizado no meio agrônômico que deriva da junção de dois termos em latim (*oleris*, hortaliça e *coleris*, cultivar) que significa na tradução para a língua portuguesa, o cultivo de hortaliças. Já o termo hortaliça, amplamente disseminado na cultura brasileira para designar os alimentos cultivados em horta, não deve se confundir com denominações como “verduras” ou “legumes” erroneamente colocadas como sinônimos entre si.

Filgueira (2003, p.15) faz referência ao termo hortaliça trazendo algumas características a serem observadas, em sua maioria, como sendo um tipo de alimento com “ [...] consistência tenra, não-lenhosa; ciclo biológico curto; exigência de tratos culturais intensivos; cultivo em áreas menores, em relação as grandes culturas; e utilização na alimentação humana, sem exigir prévio preparo industrial”.

É importante salientar, que olericultura é o termo técnico utilizado para designar o cultivo de hortaliças, porém, o termo hortaliças não deve se confundir com as expressões “verduras” e “legumes”, também não se confunde com a horticultura, que apesar da grafia semelhante, tem um significado muito mais abrangente em relação ao primeiro, contemplando uma produção de vegetais muito mais diversificada.

Assim, a olericultura é um subgrupo da horticultura que designa o estudo das culturas oleráceas e que abrange uma série de vegetais utilizados como alimentos na cultura ocidental, dentre elas a batata, o morango, a melancia, o milho, o melão e a batata doce além das demais já conhecidas popularmente como “legumes”.

Acrescente-se a isto que apesar de imbricados os conceitos, nenhum deles se confunde, e mais além, dentro do universo da olericultura ainda existem outros subgrupos, que neste estudo, para efeitos didáticos foi colocado por Bevilacqua (2008), utilizando-se da adaptação das Centrais de Abastecimento (CEASA), segundo o critério das partes comercializáveis e utilizáveis na alimentação humana, classificando-as em três grandes grupos:



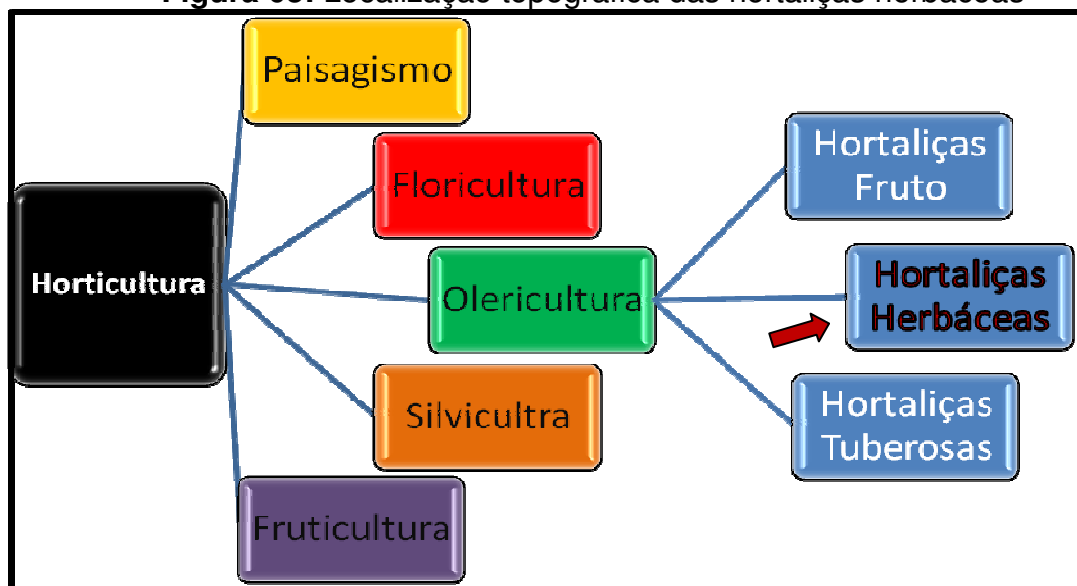
Hortalças-fruto - utiliza-se o fruto, verde ou maduro, todo ou em parte: melancia, pimentão, quiabo, ervilha, tomate, jiló, berinjela, abóbora.

Hortalças herbáceas – aquelas cujas partes aproveitáveis situam-se acima do solo, sendo tenras e suculentas: folhas (alface, taioba, repolho, espinafre), talos e hastes (aspargo, funcho, aipo), flores e inflorescências (couve-flor, brócolis, alcachofra).

Hortalças tuberosas – são aquelas cujas partes utilizáveis desenvolvem-se dentro do solo, compreendendo: tubérculos (batatinha, cará), rizomas (inhame), bulbos (cebola, alho) e raízes tuberosas (cenoura, beterraba, batata-doce, mandioquinha-salsa). (BEVILACQUA, 2008, p.4, grifo nosso)

De fato, a olericultura que é um ramo específico da horticultura, possui em seu interior outras ramificações com características próprias que não as permite generalizá-las. As herbáceas, que são um tipo de hortalça que tem como parte comercializável as folhas, é o recorte no universo da olericultura que se buscou aprofundar . A figura 03 demonstra o recorte conceitual apropriado neste estudo.

**Figura 03:** Localização topográfica das hortalças herbáceas



Fonte: Elaboração do autor

A olericultura por ser uma atividade agroeconômica deveras intensiva se comparada a produção extensiva (de grãos por exemplo), requer do agricultor uma presença recorrente na terra para dar ao plantio o trato intensivo que este demanda. Filgueira (2003) menciona que o cultivo de hortalças são realizados nas quatro estações do ano e desta forma o “ano agrícola” de culturas intensivistas (alface, por exemplo), em olericultura, se confunde com o calendário civil e já é comum dizer,

neste sentido, que o produtor não tira férias, não tem feriado tampouco sossego. Por outro lado, tem produção o ano todo, e, conseqüentemente trabalho e renda.

#### **4.2 – Agricultura familiar e olericultura - diversificação ou especialização?**

A produção de hortaliças nos diversos municípios brasileiros, assim como dos demais produtos da agricultura familiar, possuem duas tendências bem particulares: a da diversificação da produção defendida pela visão clássica da agricultura familiar ou a tendência da especialização em segmentos específicos de produtos agrícolas, defendidas nos estudos mais recentes acerca da profissionalização da agricultura familiar.

Filgueira (2003) menciona que em olericultura a produção dos chamados “cinturões verdes” tende a se concentrar no entorno dos grandes centros urbanos, primeiro pela característica desses espaços, cuja configuração acaba por não comportar os espaços rurais de produção de hortaliças, e, segundo por ser no meio urbano os locais em que se encontram os pontos de comercialização em potencial.

Ademais, este tipo de cultivo tende a se afastar, cada vez mais, das áreas urbanas em função da valorização dos terrenos próximos aos centros, apesar de que isso não se configura como um problema desde que se disponha de estradas em boas condições de tráfego e o transporte não seja demasiadamente oneroso, consoante menciona Filgueira (2003). Seguindo essa visão do autor, a interiorização dos estabelecimentos rurais têm sido uma realidade na agricultura familiar que faz com que os produtores estejam em constante busca por melhorias nas condições das rotas de escoamento (estradas vicinais).

Essa interiorização que tende a refletir em custos de transporte e dependência da qualidade das vias de escoamento, ainda assim, não são empecilhos à produção de hortaliças, uma vez que, segundo menciona Filgueira:

O custo de utilização da gleba, da água necessária e da energia elétrica torna-se menor; a mão-de-obra rural é mais abundante e melhor qualificada [...] e tudo contribui para redução no custo de produção, por hectare explorado e por tonelada produzida (FILGUEIRA, *op. cit.*, p.18)

Assim, a distância dos centros de comercialização mesmo tendo reflexos em custos de logística é compensado pelo baixo custo de insumos na produção, que na

relação custo-benefício, o produtor ainda tende a ganhar em alguns casos, pela qualidade da água em áreas rurais e pela qualificação e acesso à mão-de-obra nestas áreas, o que tende a refletir conseqüentemente na qualidade dos produtos ofertados ao consumidor.

Na outra via da exploração de oleráceas, Filgueira (2003) destaca a tendência da especialização da produção presente nas regiões mais desenvolvidas do Brasil e nas nações de Primeiro Mundo, abordagem aqui defendida. Conforme explica o autor, a quantidade de espécies oleráceas neste tipo de exploração é bem menor, sendo comum o cultivo de uma ou duas variações na região sul do país, por exemplo. Ademais, o olericultor especializado tende a utilizar tecnologias mais sofisticada, possibilitando inclusive a utilização de máquinas e implementos com maior frequência.

Nesse tipo de cultivo extensivo, concentrado em poucas variedades de hortaliças, o olericultor tende a se concentrar na complexidade da produção e no campo, não direcionando esforços diretamente à comercialização, aliás, este é um aspecto que merece um olhar mais crítico no processo de formação dos circuitos de proximidade em olericultura. De fato, tanto a produção diversificada quanto a produção especializada apresentam grandes desafios na sua produção, mas que se vencida as barreiras pode trazer grandes possibilidades de melhorias na atividade produtiva, e, como consequência na vida do agricultor familiar.

A especialização produtiva em nichos de produtos, mais uma vez, não deve se confundir com a monocultura. Ao tratar da especialização, deve ser levado em consideração que o termo está ligado a profissionalização da agricultura familiar, na qual a redução da variedade de produtos possibilita que o agricultor familiar cultive produtos qualificados (integração do binômio: qualidade e produtividade) e isso tende a favorecer a criação de uma identidade regional capaz de proporcionar ao *locus* o devido reconhecimento que o remeta a formação de circuitos curtos. Daí o porque que alguns municípios recebem o status de especialista em determinado cultivo.

Destarte a defesa da especialização produtiva, cumpre salientar também que a segmentação da produção (especialização) não impede que o agricultor familiar continue produzindo culturas alheias ao nicho, ou seja, é válido que o agricultor

especialista em olericultura herbácea continue produzindo o milho, a mandioca, o feijão, etc. Não há uma proposição de ruptura da sua característica produtiva subsistencial, a ideologia aqui defendida diz respeito a profissionalização desse agricultor como forma de subsidiar a criação de uma identidade produtiva regional que o remeta a construção de canais de comercialização em circuitos curtos.

A literatura brasileira na defesa da diversificação produtiva (policultura) como a forma mais vantajosa para reprodução socioeconômica do produtor e de sua família, preocupou-se em nortear o agricultor familiar quanto a um de seus maiores problemas, as pragas e doenças que afetam as plantações, e para além disso a garantia da própria subsistência. Na outra via dessa discussão, está a monocultura, comum aos grandes latifúndios que produzem para fins de exportação, como por exemplo a soja. Nesse tipo de produção especializada há um ganho de escala superior ao de uma produção diversificada, uma vez que a qualidade do produto tende a ser melhorada a cada plantio, os problemas são tratados com maior bagagem e a produtividade também se mostra superior, contudo, as realidades da policultura da agricultura familiar e da monocultura dos grandes latifundiários no Brasil são muito diferentes.

O termo que melhor se apropria da ideologia defendida neste trabalho, fazendo os diálogos entre as duas formas de produção (mono e policultura), seria uma terceira nomenclatura, a "**oligocultura**", ou seja, a especialização da produção adstrita a poucos produtos. O termo oligocultura absorve características das duas formas de produção, de um lado protege o produtor quanto aos riscos da monocultura em que as pragas podem vir a devastar toda a produção, e de outro lado quando se tem um nicho específicos de produtos o agricultor acaba se especializando no nicho o que cria uma identidade regional favorável a formação dos circuitos curtos.

Oligocultura, seria o termo híbrido apropriado derivado de dois elementos, do grego *olígos* que exprime a ideia de pouco, pequena quantidade e, do latim *culturae* que quer dizer cultivar. Obtém-se a partir do uso dessa nova expressão aquilo que caracteriza a ideologia aqui defendida, uma aproximação com a diversificação (mais benéfica à agricultura familiar) onde a produção da agrícola é reduzida a um nicho menor de produtos e não a monocultura, conservando inclusive as demais culturas

sazonais e voltadas a subsistência da família, ou seja, o milho a mandioca continuam sendo produzidas juntamente com o nicho que representa a identidade regional, a olericultura por exemplo.

Ao mesmo tempo, congrega de algumas das benéficas da monocultura, com a formação de uma identidade regional produtiva, os esforços são concentrados em torno da resolução de problemas que possam vir a ocorrer, o poder público pode direcionar melhor os esforços e subsídios, a assistência técnica tende a ser mais concentrada e, principalmente, os circuitos curtos de comercialização ocorrem com mais facilidade, uma vez que tendo o município uma identidade regional na produção de determinado nicho de produtos (alface, coentro, cebolinha, hortelã) há conjuntamente com esses elementos um valor agregado e uma confiabilidade maior do mercado consumidor quanto a qualidade dos produtos, com reflexos a reprodução socioeconômica do agricultor familiar e de sua família.

Sempre haverão vantagens e desvantagens nas duas formas de produzir, mesmo para a agricultura familiar. Se por um lado a policultura (diversificação) garante à agricultura familiar maior estabilidade econômica, melhor conservação do solo e menor vulnerabilidade ao acometimento de pragas, por outro lado a assistência técnica torna-se menos eficiente pela quantidade de especificidades de cada cultivo, a aplicação de técnicas que melhorem a qualidade e competitividade também ficam comprometidas.

Da mesma forma que a monocultura, que pauperiza o solo pela não a rotação de culturas, fica vulnerável a instabilidade da economia e conseqüentemente dependente do mercado consumidor. Por outro lado a monocultura tende a facilitar a padronização e comercialização do produto, um aperfeiçoamento constante das técnicas de cultivo, além de possibilitar a instauração de processos uniformes de produção que garantem a qualificação do produto (qualidade/produtividade). A oligocultura mescla características das duas formas de produzir, agregando as vantagens de ambos e absorvendo as desvantagens em menor escala, com maior sustentabilidade para a agricultura familiar dos locais em que operem.

Abramovay; Magalhães (2007) já citam casos em que a agricultura familiar tem sido pouco a pouco agregada a produção de biodiesel como forma de incrementar a renda das famílias rurais. Segundo os autores, o "Estado intervém no

formato organizacional e nos incentivos a partir dos quais se constitui um determinado mercado, mas não o faz a partir de uma injeção própria de recursos públicos" (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 3) e, desta forma, estimula a participação da agricultura familiar, dando-lhes novas condições de fortalecer a sua capacidade de geração de renda. Há também nesse sentido movimentos contrários, que vêem essa integração da produção de Biodiesel com a agricultura familiar como uma ameaça à segurança alimentar mundial. Com todos os prós e contras possíveis, sempre haverá desafios e possibilidades a serem encarados pela agricultura familiar no seu processo de crescimento e consolidação tanto para o mercado quanto do autoconsumo.

#### **4.3 – Desafios e possibilidades da agricultura familiar no cenário da olericultura**

Um dos grandes desafios da olericultura está no alto investimento por área plantada, tanto em termos físicos (necessidade de pessoal intensivo no cultivo), quanto em termos financeiros, mas que em contrapartida traz ao produtor um rápido retorno de produção (já que possui ciclos curtos) e alta rentabilidade financeira, configurando-se como uma atividade bastante lucrativa sob o aspecto de custo-benefício. Outra característica atraente no cultivo de hortaliças está no tamanho da área física plantada, que tende a não demandar do produtor grandes faixas de terra para o plantio, e, ainda assim garantem lucratividade tanto para o pequeno agricultor familiar quanto para os médios e grandes produtores de escala.

Depreende-se nesse primeiro aspecto que o cultivo olerícola é uma atividade atraente tanto no quesito econômico quanto na rotatividade de ciclos de produção, mas que demanda um investimento alto no manejo e no custeio, a partir daí surge uma questão relevante a observar: como o agricultor familiar pode custear o alto investimento financeiro, se boa parte deles só dispõe do capital humano (a própria família)?

As dificuldades são muitas, principalmente em se tratando de capital para investir na produção, mas também são diversas as alternativas com potencial para diminuir custos, de modo que o agricultor familiar possa competir no mercado

olerícola. Uma alternativa viável tem sede no associativismo/cooperativismo, que permite, por meio da união de agricultores com objetivos comuns, que estes possam diminuir seus custos de produção e beneficiamento do produto.

Ademais, é também no associativismo/cooperativismo que as perdas ocasionadas pelas incertezas de mercado podem ser minimizadas, otimizando a distribuição no centro consumidor, fazendo com que a troca de saberes entre eles fortaleçam a atividade e continuem a qualificar (qualidade/produktividade) o produto cada vez mais, minimizando assim as disparidades de competir no mercado com produtores de maior escala e aporte financeiro para o desenvolvimento da atividade.

Filgueira (2003) destaca inclusive que a olericultura brasileira tem sido marcada pelo individualismo e isolacionismo, que possivelmente por razões culturais, estes ainda resistam a esta prática. A segunda alternativa, dentre outras, encontra guarita nas políticas públicas. Políticas de crédito rural como o PRONAF, por exemplo, podem superar barreiras que pareciam intransponíveis ao produtor num dado momento anterior e que hoje podem ser o suporte inicial da atividade, gerando trabalho e renda para famílias antes sem perspectiva.

Outra alternativa ainda com vistas a reduzir o problema do alto custo de ingresso no mercado de produção olerícola para o agricultor familiar descansa nas demais políticas públicas existentes para agricultura familiar. A política de assistência técnica, por exemplo, pode minimizar indiretamente o custo de produção, melhorando o produto, otimizando o uso de insumos ou na redução de perdas ocasionadas pelo manejo incorreto.

Seja qual for a alternativa a ser utilizada para subsidiar o produtor familiar no ingresso ao mercado olerícola, vale frisar que o retorno para os municípios que tem sua atividade agrícola consolidada não é só do ponto de vista econômico, mas também social já que “é notória a utilização intensiva de mão-de-obra rural em olericultura, certamente acarretando significativos benefícios do ponto de vista social, contribuindo para diminuir o desemprego” (FILGUEIRA, *op. cit.*, p.17), e este é um ponto relevante que reforça a ideia, já posta, de que a criação de circuitos curtos de cultivos segmentados (olericultura) podem ser alternativas bastante eficientes no fortalecimento do produtor familiar com reflexos sociais importantes na valorização das tendências produtivas locais.

Pensar em olericultura associada à criação de circuitos curtos com segmentação e escala para consumo externo além do da própria subsistência, configura-se como um desafio ao pesquisador e requer que este possua uma visão holística do tema, já que a produção especializada/segmentada ainda é uma abordagem recente no país no que diz respeito à agricultura familiar.

A segmentação da produção olerícola num nicho específico de produtos, tuberosas ou herbáceas, por exemplo, pode ser pensada como forma de empoderar o agricultor familiar no cenário econômico local/regional, haja vista que a especialização da produção em um determinado segmento agrícola tende a gerar um valor agregado, além do reconhecimento do mercado a que se pretende (como referência na produção de determinado tipo de produto agrícola), além de facilitar que o poder público possa intervir, subsidiando na capacitação o produtor através de cursos e palestras direcionadas ao segmento e que possam melhorar a vida do produtor.

Uma das características marcantes da agricultura familiar tradicional é a diversificação da produção como forma de possibilitar ao produtor atingir o maior número de clientes possível. Mas ao contrário do que prega a doutrina clássica (FILGUEIRA, 2003; MALUF, 2004; SCHNEIDER, 2005), especializar o agricultor familiar em um nicho específico de produtos agrícolas não o desenquadra desta condição, já que as características que configuram o agricultor como familiar, pela Lei 11.326, perpassam por critérios de tamanho da propriedade, uso de mão-de-obra da família, ter a atividade como fonte de renda de maior receita na família.

Entender que a segmentação da produção naquilo que a localidade produz com maior afinco não descaracteriza a noção de agricultura, mas representa uma alternativa viável para o fortalecimento da agricultura familiar e o primeiro passo para uma nova forma de se conceber e incentivar a agricultura familiar nos pequenos municípios do país.

Extrapolando-se a visão subsistencial sobre a agricultura familiar e passa-se então a uma visão de inserção no mercado formal, o que não exclui, efetivamente, o consumo, tornando a atividade uma fonte sustentável de renda para as famílias rurais, tanto para o abastecimento local e do próprio consumo, quanto o do entorno por meio dos circuitos curtos. Adotando essa visão holística de pensar, já é possível



se falar em “profissionalização da agricultura familiar”, no momento em que se admite e concebe uma produção agrícola com um mínimo de padronização e especialização de produtos com vistas a torná-los mais aceitáveis no mercado tradicional (supermercado).

A concentração da produção num nicho mais específico de produtos agrícola funcionaria, a cada plantio e colheita, como um mecanismo de aperfeiçoamento da expertise desse produtor tornando-o gradualmente num agricultor familiar profissional. Se por um lado a doutrina majoritária segue o rumo da diversificação produtiva como forma de garantir maior segurança econômica (PERONDI, 2007; BUAINAIN, 2003; SCHNEIDER, 2010), experiências com a especialização produtiva da agricultura familiar já tem sido objeto de novos debates no ambiente acadêmico ruralista (CARNEIRO, 1999; FILGUEIRA, 2003) como forma de tornar o produtor mais competitivo no mercado, principalmente em se tratando de exportação.

O incentivo à produção especializada considera que “ [...] somente os produtos de relevância econômica, de alta qualidade e capazes de ser transportados até mercados distantes devem ser considerados” (FILGUEIRA, 2003, p. 122). Incentivar a produção segmentada de escala de oleráceas sem as características apontadas pelo autor, certamente estariam fadadas ao fracasso. Ocorre que a produção especializada com finalidade de exportação e a produção especializada com a finalidade de abastecimento de circuitos curtos se transfiguram em processos bifurcados. De um lado se exige, dentre outras características, a resistência do produto para atingir mercados mais longíquos e, do outro, a proximidade entre os canais de comercialização do entorno, mesmo que fora do local de produção e com produtos altamente perecíveis como as hortaliças herbáceas sejam possíveis de serem segmentados.

Sobre este aspecto, Fontes (2005) inclusive afirma que as hortaliças produzidas com objetivo comercial buscam atingir ora os mercados organizados como os centros de abastecimento, redes de supermercados e atacadistas; ora os mercados informais como as feiras, quitandas e atravessadores, sendo que no primeiro exige-se uma padronização, classificação, seleção e embalagem, importantes na formação de circuitos curtos, enquanto que no segundo o consumidor “aceita comprar” o produto apenas selecionado. Atingidos estes critérios

é mais fácil ao produtor, ainda que familiar, chegue aos mercados organizados de aparente maior rentabilidade ao agricultor e um diferencial para fidelizar clientes no mercado local.

Ainda segundo Fontes (2005) o mercado olerícola no Brasil é o que maior concentra o trabalho familiar, embora ainda se absorva em empreendimentos mais organizados e de maior porte mão-de-obra fora desse contexto nuclear de família.

O poder público percebendo a geração de emprego e renda que o subsídio à construção de um circuito curto de comercialização olerícola pode proporcionar, pode dirimir ações que possam influir na minimização dos entraves desta cultura, que além dos já mencionados ainda contam com a ausência de preço mínimo (presente no agronegócio de grãos), impossibilidade de estocagem devido à alta perecibilidade dos produtos e principalmente a necessidade de o produto colhido ser comercializado imediatamente após a colheita que nem sempre se alinha com a necessidade do cliente ao demandar o produto, exigindo do agricultor familiar que além de eficiente na arte de produzir, este também prescindia de estar sempre bem informado sobre as inclinações do mercado.

Destaca-se ainda que os entraves citados em relação a atividade olerícola não devem ser vistos como limitantes à atividade e nem funcionar como empecilho à especialização da agricultura familiar. Entraves como estes podem ser superados ou minimizados estabelecendo relações de confiança entre produtor e fornecedor, atribuindo aos produtos sobrenomes que os diferencie no mercado e consequentemente fidelizem clientes, como os de alto valor agregado: “orgânicos”, “hidropônico”, “sem agrotóxicos” bem como a antecipação quanto às tendências de mercado. Além destes, cabe ressaltar a necessidade do produtor ter uma visão ampliada no sentido de que a redução do número de intermediários pode aproximá-lo cada vez mais do consumidor final, reduzindo assim as perdas no custo de venda do produto e maximizando assim seu lucro.

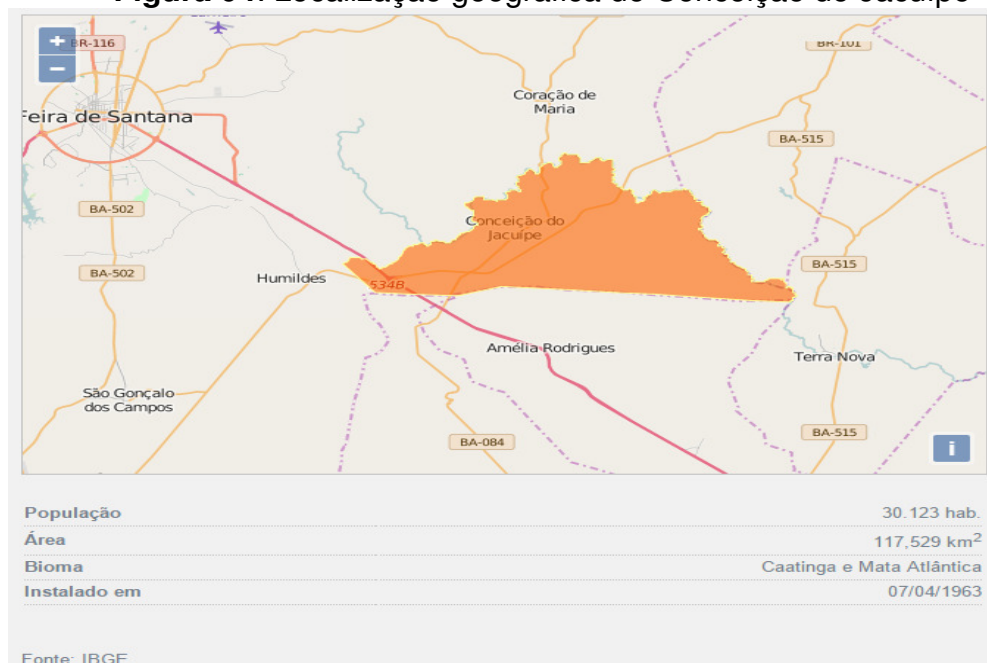
Em se tratando de agricultura familiar e com o aperfeiçoamento desta temática proporcionado pelos debates políticos na década de 1990 em torno do PRONAF, foi possível perceber que o segmento é responsável por boa parte da produção de alimentos agrícolas que são consumido no país, passando o produtor familiar a ser objeto de políticas públicas.

O agricultor familiar detém o conhecimento necessário para produzir, mas, muitas vezes, não é tão eficiente na hora de vender seus produtos e competir no mercado formal, prescindindo quase sempre de intermediários (atravessadores) que se encarregam de fazer chegar ao consumidor final tais produtos. Assim, estabelece-se uma relação desarmoniosa de quanto maior o número de atravessadores presentes nesse processo, mais caro o produto ao consumidor e menos lucrativo a quem realmente deveria sair ganhando com a produção, o próprio agricultor.

## 5 - METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado no município de Conceição do Jacuípe (Fig. 4) situado no centro norte baiano, distante 96 km da capital Salvador e 25 km de Feira de Santana que é a segunda maior cidade da Bahia. Berimbau, como também é conhecido o município, apresenta característica logística favorável ao escoamento da produção, que se explica por este ser cortado por duas importantes rodovias que são as BR 101 e 324 e está próximo 26,7 km da BR116, constituindo-se como ponto estratégico de produção e escoamento da região.

**Figura 04:** Localização geográfica de Conceição do Jacuípe



O município possui uma característica produtiva expressiva que é a produção de olerícolas herbáceas como a alface, o coentro, a cebolinha e a hortelã, prescindindo de uma investigação científica mais aprofundada e lastreada sobre o tema com vistas ao desenvolvimento econômico local e da própria agricultura familiar em Conceição do Jacuípe.

Existem hoje no município 659 estabelecimentos agropecuários em funcionamento, perfazendo uma área total de 8.405 hectares para o cultivo (IBGE, 2006). Do total de estabelecimentos agropecuários, 56 estabelecimentos rurais se dedicam ao cultivo de alface, coentro, cebolinha e hortelã e, estão concentradas nos

povoados de Oitizeiro, Bessa, Lajes, Nova Brasília e Eucalipto, todos pertencentes ao município.

O recorte deste estudo se deu nas comunidades do Bessa e do Oitizeiro, que são os locais em que estão situados o maior número de estabelecimentos rurais cultivando hortaliças, 12 e 35 propriedades respectivamente, dando maior consistência ao estudo e justificando assim a relevância do recorte.

O critério de inclusão da pesquisa foram os agricultores cujas propriedades se encontravam localizadas nos povoados do Oitizeiro e Bessa e que após terem sido esclarecidos sobre a pesquisa decidiram voluntariamente contribuir com suas respostas ao roteiro proposto. Outro critério foi que estes possuíssem como cultivo predominante em sua propriedade uma das quatro oleráceas que balizam este estudo (alface, coentro, cebolinha, hortelã). Além do quantitativo de produtores entrevistados, 21 no total distribuídos 15 na comunidade do Oitizeiro e 6 na comunidade do Bessa, foi incluído também na pesquisa o Secretário de Agricultura do município que prestou informações de sua competência.

Quanto à abordagem, este trabalho é, segundo Goldenberg (1997), de natureza qualitativa já que não está preocupada com a representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão de um segmento produtivo local. O tipo de pesquisa utilizado foi o da pesquisa de campo, que partindo da ótica de Fonseca (2002), permitiu uma investigação mais detalhada junto às pessoas que vivenciam o objeto estudado.

Quanto aos objetivos, este estudo mescla características de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque busca se familiarizar com o problema estudado, explorando, dentre outros, as experiências de pessoas que vivenciam a realidade pesquisada, conforme afirma Gil (2007, p.27)

Pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”

Descritiva uma vez que se realiza sob a forma de pesquisa de campo, e esta por sua vez exige do investigador uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos pesquisados. Nesta esteira Trivinos (1987, p.110) salienta que “A pesquisa

descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.” Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade sob a forma de estudo de caso, análise documental ou pesquisa de campo.

O instrumental utilizado para a coleta dos dados se deu sob a forma de entrevista semiestruturada, tanto para os agricultores (APENDICE A) como para o gestor da Secretaria de Agricultura do município (APENDICE B). Posteriormente as entrevistas foram transcritas e analisada à luz da teoria. Anterior a esta etapa, foi realizado ainda um levantamento de dados junto a Secretaria de Agricultura (SEAGRI) do município para que fossem coletados os dados preliminares importantes ao direcionamento deste estudo.

Partindo dessa premissa, a metodologia adotada para esta investigação materializa-se seguindo uma linha tênue e crescente de pesquisa composta de três etapas distintas. A primeira etapa da pesquisa buscou traçar o perfil socioeconômico dos produtores de hortaliças a partir da qual foi possível delinear o panorama inicial de como o produtor enxerga sua atividade no contexto local e regional de comercialização necessários ao diagnóstico inicial aos desafios da comercialização em circuitos curtos no município.

A segunda etapa complementa a primeira, pois partiu da investigação de quais ações o poder público local tem implementado para disseminar as políticas no município e o engajamento da secretaria de agricultura quanto à possibilidade desta em dar subsídios aos produtores de hortaliças de Conceição do Jacuípe, partindo do pressuposto de que o município já fora considerado o “cinturão-verde” do estado pelo grande volume de produção do cultivo ora apontado.

Com esta etapa pode-se contrapor a visão dos produtores em face da ótica do gestor local para que se possa alcançar parte do objetivo deste estudo que foi o de analisar quais os fatores que dificultam a formação de um circuito curto de comercialização olerícola no município de Conceição do Jacuípe.

A terceira etapa se materializa também no estudo em campo, a partir do momento em que, por meio das entrevistas com os agricultores da amostra escolhida para estudo, foi possível definir se o incremento de políticas públicas na

atividade olerícola no município contribuiu para alavancar a produtividade em prol da formação de um circuito curto de comercialização. Nesta etapa foi verificado ainda a qualidade das estradas vicinais que são utilizadas para o escoamento da produção, qual o volume de produção, quem são os principais clientes atendidos e onde eles estão localizados.

Assim, em atendimento ao objetivo geral proposto, esta etapa buscou identificar os possíveis gargalos, dentre eles o de logística, que pode se constituir como um fator que afeta negativamente o abastecimento do cliente final, seja pelas perdas significativas da produção nos trajetos, seja pela alta perecibilidade dos produtos agrícolas que demandam uma logística ainda mais eficiente

Esta terceira etapa difere da primeira, pois o que se pretendeu conhecer foram os fatores extrínsecos da produção e comercialização olerícola, ainda que levando em consideração a visão dos próprios agricultores, em detrimento dos fatores intrínsecos da etapa anterior correspondentes às suas características sociais e de sua própria vivência.

A técnica utilizada para descrever os dados coletados a partir das entrevistas foi o da análise de conteúdo. Este método, segundo Bardin, consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Em resumo, esta técnica busca a partir das falas, destacar presença ou frequência significativa que permita compreender aspectos dos discursos. Segundo o autor é necessária à organização sistemática dos dados agrupando-os seguindo três etapas: a pré-análise, a exploração do material, e, o tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

### **5.1 – Aspectos éticos da pesquisa**

A pesquisa foi pautada nas diretrizes estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que regulamenta estudos envolvendo seres humanos, incorporando sob a ética do indivíduo e da coletividade, autonomia, não

maleficência, beneficência e justiça, com vista a assegurar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa.

Fizeram parte da pesquisa os indivíduos que consentiram a sua participação através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) (APENDICE C), no qual foi deixado claro que os entrevistados poderiam a qualquer tempo desistir de participar da pesquisa. Foi garantido o anonimato dos sujeitos da pesquisa durante todo o andamento da mesma e foi colocado ainda que não haveria qualquer tipo de benefício financeiro, gratificações ou premiações para os sujeitos envolvidos na pesquisa.



## 6 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados e as discussões dos dados coletados em campo, e, analisados à luz da teoria.

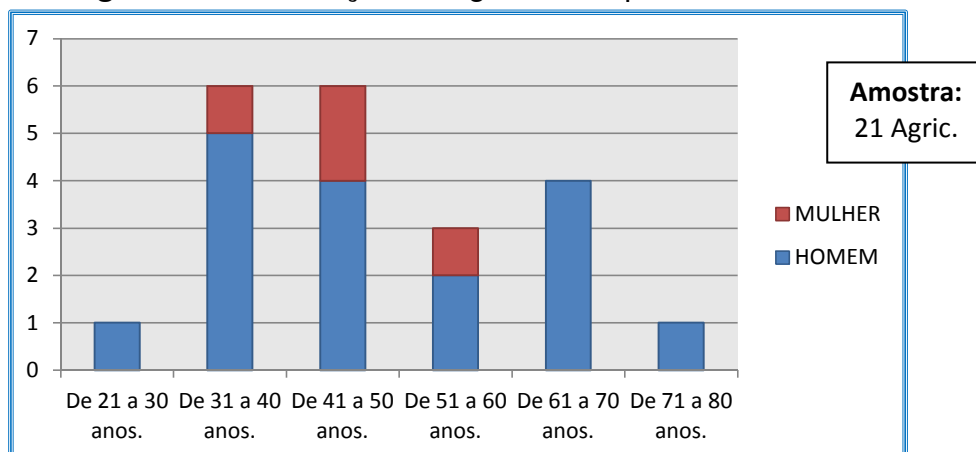
### 6.1 - Perfil sociocultural e econômico dos agricultores familiares

Após as visitas realizadas nas comunidades apontadas como ambiente de estudo e do levantamento de dados obtidos através das respostas dos agricultores entrevistados, foi possível traçar o perfil sociocultural destes, levando em consideração suas características pessoais, vivências e experiências percebidas no dia-a-dia do campo.

#### a) Faixa etária, gênero e escolaridade dos agricultores

Com relação à faixa etária dos entrevistados, conforme figura 05, foi constatado um aparente envelhecimento da população agrícola, no qual 14 (66,6%) dos 21 agricultores revelaram ter idade acima dos 40 anos, o que demonstra a baixa incidência da população jovem dirigindo estabelecimentos rurais. Mas, por outro lado, aponta para a população economicamente ativa do local. Outro aspecto relevante que merece destaque é a tímida participação de mulheres dirigindo estabelecimentos rurais, com ocorrência de apenas 4 (19,05%) agricultores entrevistados deste gênero, contra os 17 (80,95%) homens que chefiam seus estabelecimentos agrícolas.

**Figura 05:** Distribuição de agricultores por faixa etária e sexo.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

As mulheres entrevistadas, detentoras da titularidade do estabelecimento rural, deixaram transparecer em diversas respostas que estavam na condição de titular por ter herdado do pai a atividade, ou seja, estavam apenas dando continuidade ao que os pais haviam deixado pra elas. Nesse aspecto, uma das mulheres entrevistadas destacou que havia comprado a parte que cabia aos irmãos na divisão da herança da terra o pai, outra afirmou ter herdado a atividade do pai que faleceu num acidente de carro, a terceira mulher entrevistada disse ser proprietária do estabelecimento, porém o marido é quem "toma conta de tudo".

Este fato pode sinalizar que a participação feminina na atividade rural, ora esteve condicionada a herança do pai, ora condicionada a participação do homem no desenvolvimento da atividade, ou seja, não houveram ocorrências de mulheres que por iniciativa própria deram início à atividade agrícola.

A explicação para o fenômeno do "envelhecimento" da população rural dirigindo os estabelecimentos produtivos está presente em algumas das falas dos agricultores entrevistados quando questionados, por exemplo, sobre o desejo destes em ver seus filhos dando continuidade à atividade por ele desenvolvida, sendo que 13 (61,9%) deles responderam não querer vê-los na "vida sofrida", "sem futuro" ou "isso aqui é só pra quem não tem outra coisa melhor pra fazer" como alguns assim a adjetivaram.

Estes dados traduzem o problema da sucessão observado anteriormente, quando se percebe que pelo desejo dos pais de verem seus filhos em outra atividade que não a agrícola, este fato tende a refletir o porque a maioria dos agricultores tem idade acima de 40 anos.

A masculinização da população rural, inclusive, já era objeto de estudo de pesquisadores Europeus desde a década de 1960. Esta não é uma realidade adstrita apenas ao Brasil, do Nordeste tampouco da Bahia. Em diversos outros espaços de produção agrícola, há um descompasso de gênero que abala o equilíbrio da sustentabilidade social, passando a ser objeto de políticas públicas específicas do gênero (PRONAF Mulher). DA COSTA (2011), demonstrou que a dinâmica da população rural foi diminuída drasticamente por conta de fatores (envelhecimento e masculinização), para ele, o processo de industrialização demandante de mão de obra barata, "expulsa" os mais jovens do campo em busca

de melhores condições de sobrevivência, restando nesses espaços apenas os mais velhos, que se ocupam do trabalho laboral dos estabelecimentos rurais. Ainda segundo DA COSTA (2011):

Nas últimas décadas, essa realidade do êxodo rural familiar modificou-se substancialmente e políticas públicas, como a aposentadoria rural, aumentaram a possibilidade de permanência das pessoas mais idosas no espaço rural. Entretanto, para boa parte da população jovem, que cresceu em meio às dificuldades encontradas para a reprodução socioeconômica das unidades produtivas e com maior acesso à escolaridade com viés urbano, a cidade ainda é visualizada como futuro promissor. (DA COSTA, 2011, p.2)

A visão do autor associada à forma como alguns agricultores adjetivaram a própria atividade e o não desejo de ter seus filhos dando continuidade a elas, revela em parte, o porque de a atividade olerícola do município se constituir predominantemente por uma faixa etária com reduzido número de jovens. Na entrevista de um dos agricultores, foi ressaltado o desejo de que o filho "procure uma coisa melhor pra fazer". Esta afirmação do agricultor, e que ele próprio afirma o desejo dos filhos terem outra opção, pode ter reflexo direto na escolha dos próprios filhos em buscar uma atividade considerada "melhor" do que a de seus pais.

A soma dos filhos de todos os agricultores entrevistados apontou para um total de 82 filhos em uma média de 3,9 filhos por agricultor. Quando perguntados sobre o quanto os filhos ajudavam no desenvolvimento das tarefas do campo, concluiu-se que somente 20 filhos (24,39%) participava de alguma forma com os pais no cultivo de hortaliças.

Alguns produtores no decorrer de suas respostas ao roteiro proposto acerca da participação dos filhos na atividade olerícola, revelaram que boa parte dos seus filhos já eram maior de idade, com famílias próprias e outros tantos, dentre os 62 restantes, ainda estavam em idade escolar e por esse motivo não estavam desenvolvendo a atividade no campo.

Aliás, a questão do estudo foi bastante retratada pelos agricultores entrevistados nas questões que envolveram os filhos, merecendo destaque para exemplificar esta questão a resposta do Produtor 11 quando relata que o filho queria ser advogado, quando quase emocionado ele disse: "[...] eu já falei pra ele que eu

vou arrastar a minha barriga no chão [...] e vou colocar ele no curso [...] meu maior sonho é ver meus filho que estude e se forme pra ser o que eles quiser" [sic].

A tabela 01 descreve a quantidade de filhos por agricultor versus a ocorrência destes auxiliando nas atividades agrícolas.

**Tabela01:** Número de filhos e participação destes nas atividades do campo

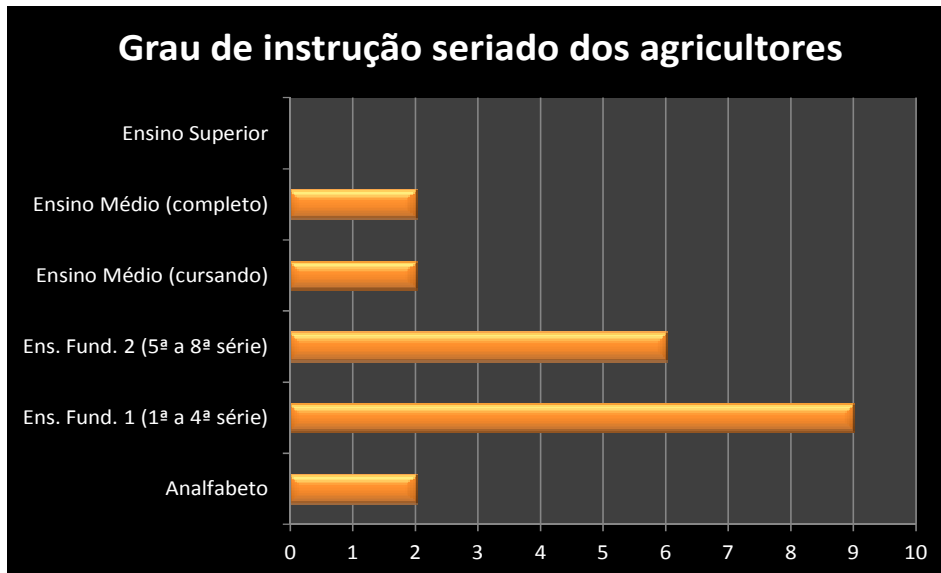
Identificação	Nº de Filhos	Ocorrência no campo
Produtor 01	4 filhos	1 filho
Produtor 02	3 filhos	1 filho
Produtor 03	9 filhos	0 filho
Produtor 04	14 filhos	3 filhos
Produtor 05	6 filhos	4 filhos
Produtor 06	5 filhos	0 filho
Produtor 07	3 filhos	3 filhos
Produtor 08	2 filhos	0 filho
Produtor 09	2 filhos	0 filho
Produtor 10	2 filhos	0 filho
Produtor 11	8 filhos	2 filhos
Produtor 12	2 filhos	1 filho
Produtor 13	5 filhos	2 filhos
Produtor 14	1 filho	0 filho
Produtor 15	4 filhos	0 filho
Produtor 16	2 filhos	0 filho
Produtor 17	5 filhos	0 filho
Produtor 18	2 filhos	1 filho
Produtor 19	1 filho	0 filho
Produtor 20	0 filho	0 filho
Produtor 21	2 filhos	2 filhos
<b>Total</b>	<b>82 Filhos</b>	<b>20 Filhos</b>

**Fonte:** Trabalho de campo, 2016.

Fazendo uma analogia de causa e efeito, percebe-se que o desejo da maioria dos agricultores entrevistados em "ver os filhos numa situação melhor" e a incidência de filhos permanecendo no campo dando continuidade ao cultivo de hortaliças, reflete a realidade dos fatos sendo concretizada com a diminuição cada vez maior de estabelecimentos rurais ativos produzindo, e isto, para o contexto desta dissertação tende a refletir quanto a formação dos circuitos curtos de comercialização. Primeiro porque a população jovem tem uma tendência menos conservadora que a mais velha sobrepujante neste estudo, segundo que sem os

jovens para dar continuidade ao cultivo olerícola a atividade perde, pouco a pouco, a força e expressividade que necessitam para conformação de tal circuito.

**Figura 06:** Escolaridade dos entrevistados



**Fonte:** Trabalho de campo, 2016

Acerca do nível de escolaridade dos agricultores (Figura 06), verificou-se que apenas 4 (19%) dos entrevistados tinham escolaridade situadas no ensino médio, 2 (9,5%) eram analfabetos funcionais e os outros 15 (71,5%) se declararam ter cursado apenas séries do ensino fundamental, sendo que nenhum dos agricultores entrevistados estava cursando ou completou o ensino superior. Nesse contexto, pode-se inferir que o baixo nível de escolaridade dos produtores entrevistados, pode se constituir num fator limitador do conhecimento destes acerca das políticas existentes para o segmento produtivo que desenvolvem, não obstante este não seja um impeditivo para que os agricultores tenham acesso a tais políticas.

Se por um lado o nível de escolaridade dos agricultores entrevistados é baixo, o desejo de alguns dos entrevistados reflete a preocupação para com os filhos, em relação aos estudos, como por exemplo, o Produtor 3 quando diz “ [...] eu peço a Deus que sempre eles estudem pra conseguir uma coisa melhor que eu nunca tive [...]”, de cujo desejo se materializa no nível de escolaridade dos filhos. Neste aspecto, a pesquisa de campo apontou que o nível de escolaridade dos filhos dos

agricultores é relativamente maior que o dos pais. O quantitativo de filhos com o ensino médio completo salta de 4 para 7 e cursando o ensino superior 1. Os demais filhos em idade estudantil estão frequentando a escola regularmente, com ocorrências isoladas de filhos em idade escolar que abandonaram os estudos e filhos maiores de idade que não concluíram o ensino médio.

Em resumo, Anjos (2005), discute que o êxodo generalizado veio sendo convertido num processo um pouco mais seletivo, onde demanda-se a população jovem e altamente produtiva, deixando nos espaços rurais apenas os mais velhos de cujo potencial produtivo tende a ser menor. Dialogando os dados da pesquisa de Anjos(2005) com a realidade encontrada no campo, o que se percebe é que há uma convergência de fatores, pelas respostas dos agricultores entrevistados quando dizem que "tem que trabalhar aqui mesmo, qual é a fábrica que vai pegar nós pra trabalhar mais?" [sic], caracterizando o esvaziamento sistemático da população jovem do campo.

O investimento em infraestrutura, como sugerido pelo Produtor 5, configura-se como um dos mecanismos de enfrentamento frente a estes dois processos que acometem o meio rural, o processo de masculinização em menor grau e mais diretamente na mitigação dos efeitos do envelhecimento da população rural. A conclusão obtida é a de que desde os estudos de Anjos (2005) até o presente ano (2016) pouco mudou desta realidade, o fruto do trabalho de Anjos intitulado *O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização* ainda se mostram bastante pertinentes mais de uma década depois, ou seja, pouco foi feito para reverter tal situação.

#### **b) nível de conhecimento e integração com as políticas públicas**

Quanto ao conhecimento acerca das políticas públicas, foram selecionadas para esta pesquisa 8 dentre as 12 políticas existentes para o segmento agricultura familiar, segundo o portfólio do MDA que até então era a pasta ministerial que se encarregava das ações desse âmbito, para que fossem sugeridas aos entrevistados.

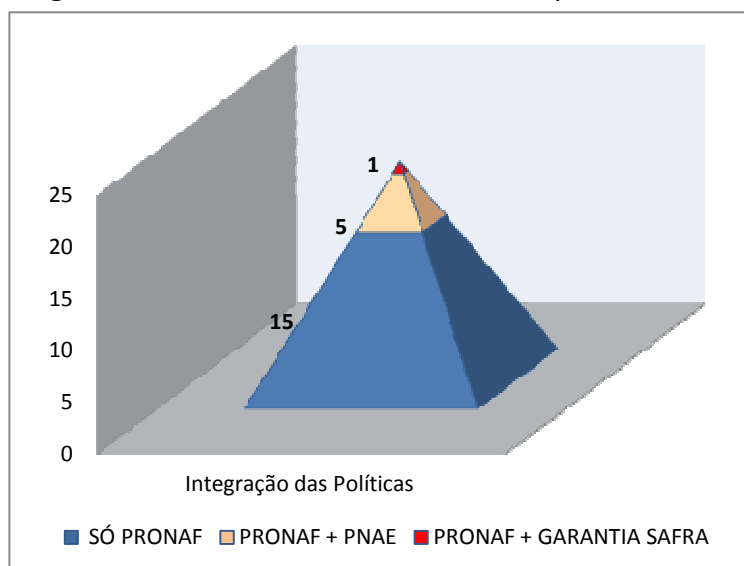
As primeiras quatro políticas sugeridas foram propositadamente colocadas pela possibilidade de aplicação direta na atividade olerícola, que são o PRONAF, PNAE, ATER e PAA. As quatro demais políticas sugeridas foram selecionadas pelo

pesquisador pela aproximação destas com a mídia televisiva, o que possibilitaria ao entrevistado a familiaridade com a sigla da política pública mesmo que este não tivesse o conhecimento sobre sua concepção e realidade prática.

Nesta linha, foi perguntado aos agricultores familiares se os mesmos conheciam ou teria de alguma forma ouvido falar das políticas sugeridas no roteiro de entrevista. Do universo da amostra, composta por 21 agricultores, 20 deles (95,2%) disseram conhecer ou ter ouvido falar de pelo menos uma das políticas mencionadas durante a entrevista, enquanto que somente 1 (4,8%) agricultor entrevistado não tinha conhecimento algum sobre as políticas mencionadas pelo entrevistador.

Deste universo de entrevistados que disseram conhecer ou ter ouvido falar das políticas sugeridas (Figura 07), foi constatado que todos os 20 (100%) entrevistados tinham como referência de política pública o PRONAF, sendo 15 (75%) deles adstritos apenas a esta e 5 (25%) que responderam conhecer uma segunda política pública além do PRONAF. Dentre os entrevistados que disseram conhecer outra política diferente do PRONAF, houve ocorrência da política do Garantia Safra e do PNAE, esta inclusive foi citada de outra forma pelo Produtor7, que ao responder em campo afirmou: "Dessas aí eu conheço o PRONAF e esse outro aí das merenda das escola [PNAE]"

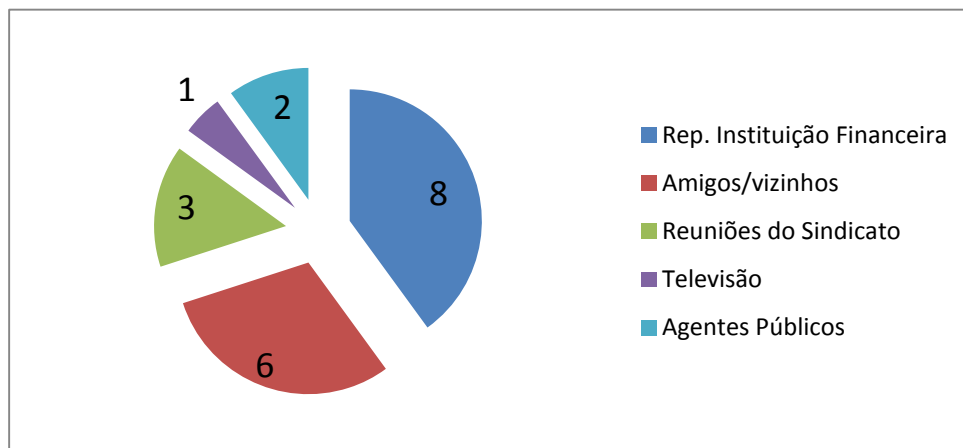
**Figura 07:** Política Pública conhecida pelos entrevistados



**Fonte:** Trabalho de campo, 2016

Ao serem questionados em seguida de como haviam obtido tal conhecimento, ficou evidenciado que as informações acerca PRONAF, por exemplo, se disseminaram em ambas as comunidades devido a representantes de instituições bancárias como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil que procuraram os agricultores, 08 (40%) deles, para oferecer-lhes o crédito que o programa dispõe. Os demais agricultores declararam conhecer a política por outros meios de informação, tais como: amigos/vizinhos produtores com 6 (30%) ocorrências, via televisão com 1 (5%) ocorrência, através das informações passadas pelo sindicato com 3 (15%) ocorrências e através de agentes públicos (prefeitura) com 2 (10%) ocorrências, conforme demonstrado na figura 08.

**Figura 08:** Forma de conhecimento sobre políticas públicas



Fonte: Trabalho de campo, 2016

Neste cerne, foi possível inferir que o nível de conhecimento dos agricultores entrevistados sobre o programa se deu, em boa parte, por conta da presença de agentes da instituição financeira no campo captando-os para aderir à política de crédito do PRONAF. Este resultado aponta para a ausência ou ineficiência de ATER para estes agricultores, especificamente.

Concluiu-se, nesse sentido, que a presença do agente disseminador de informação no campo, mesmo que não o tenha feito com esta finalidade, constituiu-se como fator preponderante no conhecimento dos agricultores acerca das políticas públicas para o segmento agricultura familiar. De fato, ainda que nem todos os entrevistados que afirmaram conhecer o PRONAF tenham utilizado o programa, a presença da instituição financeira e os amigos/vizinhos produtores que ao obterem



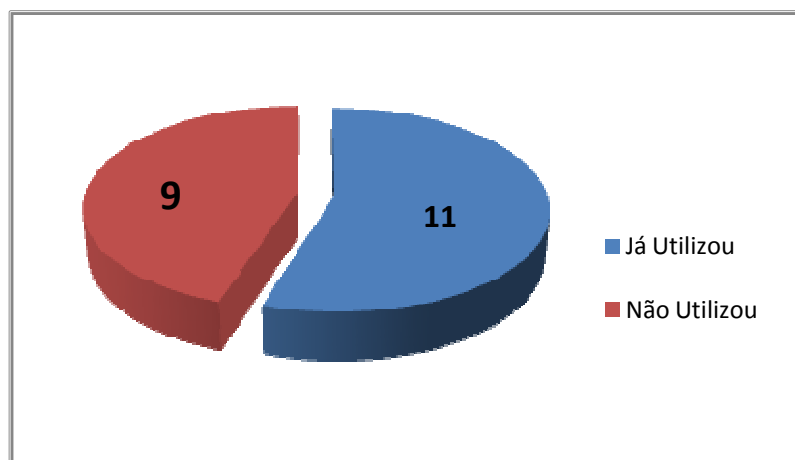
conhecimento da mesma as repassou aos demais, demonstram que a informação é um condicionante importante para que haja uma efetividade das políticas públicas nas comunidades de produtores rurais.

O depoimento do produtor 17, inclusive, reflete a importância da informação como forma de divulgar a políticas públicas para o campo no momento em que ele menciona que: “Eu sei que você toma um dinheiro no banco pra investir na roça e depois vai pagando todo mês, assim o pessoal aqui fala [...]”, fazendo uma referência sobre como funciona o programa PRONAF e como ele obteve a informação.

Quando perguntados sobre a utilização das políticas no desenvolvimento da atividade agrícola, o resultado obtido demonstrou que 11 (55%) agricultores já haviam utilizado o crédito do PRONAF para a compra de insumos, sobretudo, sementes, para a manutenção da área de plantio, a modernização do sistema de irrigação, a manutenção de cisterna, dentre outros.

Com relação ao quantitativo de produtores que tinham conhecimento acerca de algumas das políticas destacadas (Figura 09) e ainda assim não haviam utilizado nenhuma delas no desenvolvimento de suas atividades, 7 (35%) deles afirmaram não precisar ou não ter interesse em utilizar nenhuma das políticas citadas, sendo esta a maior justificativa.

. **Figura 09:** Agricultores e acesso às políticas públicas



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Houveram ainda ocorrências isoladas do Produtor 21 que afirmou ter desistido de aderir a política por conta de o processo de adesão ser, na visão dele, muito burocrático e do Produtor 3 que disse:

Rapaz num é dizer que eu num tenho interesse, mas a gente tem interesse daquilo que a gente vê que dizer é isso e isso, porque negócio de ajuda que sempre fala que não sei o que, que é pra ajudar hortaliça, e a gente nunca achou pessoas nenhuma aqui indicando que fosse ajudar a gente num grão de caroço de coentro. A gente trabalha aqui com o suor e os esforço da gente mesmo, mas ajuda de... sobre esses negócio nós num tem aqui [sic]

A resposta deste produtor revela que o mesmo não detinha o conhecimento suficiente capaz de fazê-lo aderir as políticas públicas, demonstrando inclusive que o mesmo possuía interesse nos programas para a agricultura familiar que lhes são disponíveis, sendo o empecilho aparente, somente o não conhecimento aprofundado sobre o funcionamento da mesma.

Percebe-se da fala do Produtor 3 que existe uma sensível diferença entre conhecer a política pública e apenas ter ouvido falar sobre ela (saber que existe), demonstrando a importância que a divulgação de políticas públicas têm como forma de garantir maiores índices de efetividade destas nos contextos locais de operação, principalmente em se tratando de áreas rurais, que infelizmente tem sua população com níveis de escolaridade mais baixos que a dos centros urbanos.

Neste contexto, ressalta-se que de nada servem políticas concebidas em prol de um determinado segmento da sociedade se os destinatários destas sequer as conhecem, mesmo que o ônus da procura seja da parte interessada, que neste caso específico é o agricultor. É importante destacar ainda que o acesso às políticas públicas prescinde de um documento que habilita o agricultor como familiar que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, é por meio dessa declaração que o produtor tem acesso às políticas públicas como por exemplo o PRONAF, que é o programa responsável por dar crédito a estes agricultores para que eles possam investir em sua atividade

Sobre esse aspecto da DAP, segundo dados oficiais do governo, no Brasil existem mais de 5,1 milhões de DAP's ativas, sendo a Bahia o estado com maior número de adesões, cerca de 700 mil DAP's cadastradas. O que se percebe tomando por base a amostra estudada é que o estado mesmo sendo o maior em

termos de agricultores cadastrados como familiares ainda traz em seu bojo uma distorção aparente entre a sua gênese e o que realmente é operacionalizado.

Na prática, as cerca de 700 mil inscrições não se revertem em acesso à políticas públicas no estado. O número revela que das DAP's cadastradas na Bahia, o nível de efetividade no acesso a políticas públicas básica como o crédito do PRONAF é muito baixo, isso repercute também no *locus* da pesquisa, quando as expressões que imperam nas respostas dos agricultores são: a falta de informação, políticas que eles sabem existir mas que não chegam, desconhecimento dos mercados institucionais como importante política de compra de produtos da agricultura familiar.

## **6.2 - Produtividade, associativismo e políticas públicas em olericultura**

O desejo desta pesquisa em compreender o universo da agricultura familiar no município de Conceição do Jacuípe, teve um propósito inicial que basicamente se deu pela inquietude de, entender por que em tempos atrás, frequentemente se ouvia o nome do município elevado ao patamar de referência no cultivo de hortaliças da região, mas que, atualmente não mais comporta tal expressividade no segmento. Partindo desse pressuposto buscou-se aprofundar-se nas seguintes questões:

### **a) Produção agrícola da região do Oitizeiro e Bessa**

Antes de ir à campo coletar dados, foi feita uma consulta preliminar na secretaria de agricultura do município para saber quais eram os principais produtos agrícolas produzidos no município de Berimbau, como é popularmente conhecido, e o que se obteve como retorno foi de que os principais cultivos eram o alface e coentro como de maior relevância na produção local, seguidos da cebolinha e hortelã.

Basicamente a maioria dos agricultores das comunidades Bessa e Oitizeiro entrevistados relatou que sobrevivem com a renda obtida da atividade agrícola que desenvolvem, 14 (66,7%) dos agricultores afirmaram ter o cultivo de hortaliças como única fonte de renda para o sustento da família. No entanto, os 7 (33,3%) produtores restantes que disseram possuir uma segunda fonte de renda para

complementar o sustento da família, relataram possuir atividades diversas, dentre elas, 2 produtores afirmaram ter como segunda fonte de renda a aposentadoria, seguidos de 1 produtor que desenvolvia a atividade de tratorista na própria comunidade, outro agricultor que possuía um bar no próprio estabelecimento rural, uma agricultora ainda que afirmou conciliar a atividade agrícola com a revenda de produtos Avon e Natura na própria comunidade, outro ainda que disse ser pastor e a última agricultora que disse trabalhar em supermercado.

Com relação ao volume de produção, quesito relevante para o diagnóstico acerca das dificuldades para a formação dos circuitos curtos de comercialização, as respostas fornecidas pelos agricultores entrevistados contrariaram a todas as expectativas que se poderia ter de mensurar ou fazer análise precisa sobre esse aspecto. Quando questionados sobre o volume mensal de produção olerícola em termos de unidades vendidas por tipo de produção, os resultados apontaram que existem nas comunidades investigadas pelo menos quatro formas de contabilizar a produtividade nos estabelecimentos rurais.

A primeira forma de contabilizar a produção é por meio da noção de leira, onde cada uma tem em torno de 25 a 30 metros quadrados (Figura 10), e pode ser encontrada também sob a denominação de canteiro, conforme colocada pelo Produtor 10.

**Figura 10:** Extensão da leira em produção olerícola



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.



A segunda forma de contabilização foi identificada na resposta do Produtor 3 ao responder que "Aqui a gente num trata como unidade não, aqui nós trata como mólho" [sic], sendo que desta nomenclatura ainda se desdobram dois outros conceitos, o de "móião" [sic] que é a unidade de colheita e o "mólho de feira" [sic] que é a unidade comercializável ao consumidor final, conforme pode ser visualizado na figura a seguir.

**Figura 11:** Diferença entre "mólho de feira" e "móião"



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Essa sensível diferença entre "mólho de feira" e "móião" fica suficientemente clara na fala do Produtor 11 ao responder que" [...] uma leira de 30 metro você ranca uma média de móião de [...] móião que é diferente de mólho de feira, porque lá eles divide e faz três ou quatro" [sic], fazendo referência ao "mólho de feira" como a terça ou quarta parte da unidade de colheita denominada "móião". A quarta forma de contabilizar a produtividade do olericultor é através da área de plantio (Figura 12), que consiste no cultivar em todo o terreno disponível do agricultor no qual este já tem a média mensal de ganho em reais.

**Figura 12:** Contabilização por área disponível para plantio

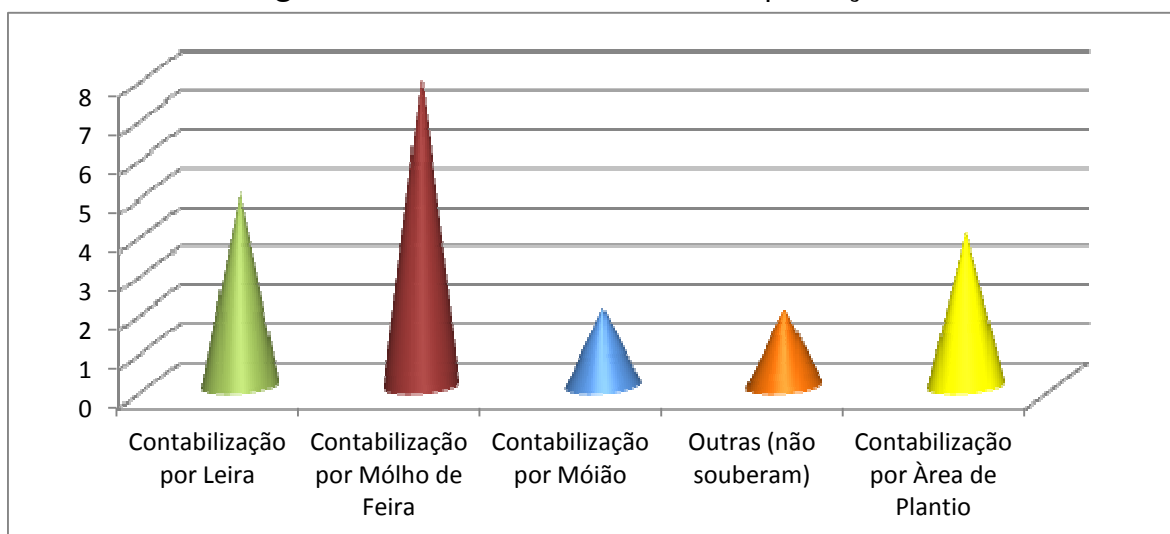


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Concluiu-se nesse sentido que a quase totalidade dos produtores entrevistados sequer tem noção do quanto produzem mensalmente em termos de unidades de plantio, para que se pudesse mensurar de forma homogênea a produtividade neste estudo.

A figura 13 retrata a maneira como os produtores contabilizam sua produção de hortaliças, evidenciando, no entanto, que mesmo por meios imprecisos de mensuração, ainda assim, existem mecanismos próprios de gestão de produtividade para orientá-lo, por exemplo, quanto ao seu ganho mensal em termos monetários.

**Figura 13:** Formas de contabilizar a produção olerícola



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

As incidências observadas foram de 5 (23,8%) produtores que contabilizam a produção por quantidade de leiras plantadas, como na resposta do Produtor 9:

[...] eu mesmo aqui não faço conta disso assim não, aqui a gente conta as leira, eu sei quanto a gente tira mais ou menos numa leira dessa de 30 metro aí [...] na faixa de uns 150/200 reais, então eu planto aqui numa base, vamos dizer assim, de 20 leira, então a média é de 3/4 mil reais por mês aqui.

Houveram outros 8 (38,1%) produtores que contabilizam a produção por unidades comercializáveis, os chamados "mólhos de feira", que segundo o Produtor 5 são unidades menores que as do plantio. Ainda neste segmento, 2 (9,5%) produtores contabilizam por "móião" (unidade de plantio) e 2 (9,5%) não tinham ideia alguma de qual era o seu volume de produção, ou seja, plantavam "a migué" como destacado pelo Produtor 10. Os demais produtores da amostra responderam estar condicionados a área disponível para plantio, perfazendo um total de 4 (19,1%) agricultores nesta circunstância.

Neste cerne, concluiu-se ser imprecisa qualquer forma de análise acerca do nível de produção (compreendido pelo volume total produzido) de hortaliças nessas comunidades, tampouco o quantitativo de unidades produzidas por linha de produção, que seria outro critério importante de análise em circuitos curtos de comercialização.

O que se obteve como resultado sob esse aspecto (produtividade por linha de produção) nas entrevistas, pode ser resumida pelo Produtor 9 ao mencionar que "[...] pelo menos o **coentro** que é o carro-chefe da linha de produção de hortaliça aqui do Oitizeiro" [sic], demonstrando o coentro como o produto agrícola com maior destaque na comunidade do Oitizeiro, ainda que não tenha ficado claro se a expressividade do coentro era em termos de retorno financeiro ou quantidade mensal produzida.

Outro resultado não previsto no roteiro de entrevista, mas que foi citado por 5 dos 21 agricultores da amostra, foi sobre o ganho mensal em reais do cultivo de hortaliças. Fazendo uma média dos valores que estes produtores disseram receber mensalmente no desenvolvimento da atividade olerácea, concluiu-se que nas mesmas condições de espaço e produção, o valor médio obtido pelos produtores



está situado em torno de 3 a 5 mil reais mensais. Um ganho relativamente grande se levado em consideração o valor do salário mínimo vigente, por exemplo.

Sobre o desejo dos agricultores em ver ampliada a sua produção, a maioria dos entrevistados se posicionou favorável à ampliação da produção, representado por 13 (61,9%) produtores que afirmaram ter vontade de ver ampliada a sua produção. Os demais produtores, 8 (38,1%), disseram não ter interesse algum em ver a produção de hortaliças no seu estabelecimento rural ampliada. As razões explicitadas pelos produtores podem ser observadas na tabela 02.

**Tabela 02:** Razões para ampliação ou não da produção por ocorrência

IDENTIFICAÇÃO	DESEJA AMPLIAR?	OCORRÊNCIA
Produtor 01	Sim	Só se tivesse destino certo
Produtor 02	Sim	Só se tivesse destino certo
Produtor 03	Não	Já planta todo o terreno
Produtor 04	Não	Não quer mais nada
Produtor 05	Sim	Tem vontade mas falta ajuda
Produtor 06	Sim	Só se tivesse associação pra vender
Produtor 07	Sim	Tem terra parada mas falta dinheiro
Produtor 08	Sim	Tem vontade, falta o capital
Produtor 09	Não	Usa toda a terra, está satisfeita
Produtor 10	Sim	Teria o prazer de ver crescer
Produtor 11	Sim	O sonho é crescer
Produtor 12	Não sabe	Depende do marido que administra
Produtor 13	Não	Já usa todo o terreno
Produtor 14	Sim	Precisa de ajuda do governo
Produtor 15	Não	Não tem mais pra onde crescer
Produtor 16	Sim	Tem vontade mas não tem condições
Produtor 17	Não	Sofre de coluna e já é aposentado
Produtor 18	Sim	Tem vontade mas precisa do governo
Produtor 19	Não	Está bom como está
Produtor 20	Sim	Já está construindo estufa nova
Produtor 21	Sim	Precisa ter freguesia certa

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Neste cenário em que a motivação para ampliação do negócio é tão diversificada entre os agricultores parceiros, o que se pode concluir sobre essa temática é a aproximação entre as razões de cada um deles. Do total de agricultores que desejavam ampliar sua produção, 4 condicionaram a ampliação do negócio a



destinação certa dos produtos, ou seja, ao mercado, critério evidenciado na fala do Produtor 21: "Vontade de crescer todo mundo tem, mas não adianta plantar mais se você já tem uma freguesia certa e uma quantidade certa. Aí tinha que arrumar mais freguês pra vender, pra eu poder plantar mais" [sic].

Outra motivação que se repetiu entre os agricultores que desejavam ampliar o negócio foi o condicionamento à ajuda do governo, com 3 ocorrências. Outros 3 agricultores alegaram ter vontade de ver o negócio crescer mas para isso precisava de um recurso que eles não dispunham naquele momento, dinheiro! Estes resultados sugerem que mesmo com o desejo dos produtores de ampliar a sua produção, ainda é preciso a ajuda governamental, seja no acesso ao crédito, assistência técnica ou a informação.

Dentre os agricultores que demonstraram não ter interesse em ampliar a produção olerícola a maior ocorrência foi de 4 agricultores que afirmaram não ter vontade de ampliar mais a produção porque já utilizava toda a área de terra que lhes era possível para o plantio de hortaliças, essa questão inclusive fica claro na fala do Produtor 13 ao responder "Eu tô satisfeito aqui viu, porque eu planto meu terreno todo, não tem como eu ampliar mais se eu não tenho mais terra" [sic].

Ainda no grupo dos que não desejavam ampliar o volume de produção e de agricultores que disseram não mais ter interesse em modificar nada na atividade, o destaque para esse grupo é que ele é composto pelos 3 agricultores mais velhos da amostra, com 67, 70 e 76 anos, fato este que pode sugerir como elemento decisivo para a não ampliação o peso da idade e o do cansaço da atividade olerícola por estes desenvolvida.

Outro diagnóstico importante na consecução dos objetivos dessa pesquisa diz respeito à visão que os agricultores tinham acerca da perda de visibilidade do município no cenário produtivo regional e consequente redução dos índices de produtividade que faziam com que a imagem de Conceição do Jacuípe fosse associada ao cultivo de alface. A esse respeito foi questionado aos agricultores parceiros qual era o diagnóstico sob seu ponto de vista para o cenário em que a olericultura no município se encontrava, o resultado obtido da análise do conteúdo das respostas dadas por eles foi que, com exceção do Produtor 12 que não emitiu nenhum diagnóstico a respeito da atividade, a maior ocorrência foi de falta de

rentabilidade da produção agrícola capaz de manter o produtor trabalhando no campo 7 (33%). Dentre as mais variadas formas que os agricultores utilizaram pra expressar este aspecto, destaca-se a fala do Produtor 2 que relatou que:

Rapaz eu acho que é porque roça não tá dando mais dinheiro viu, você vê que ninguém mais quer trabalhar com roça, só ficou quem não tem outra coisa melhor pra fazer [...] você vê que aqui no Bessa tinha mais de 30 plantador, hoje não sei se tem 10 mais, você vai ver aí quando você for descendo quantos sobrou, só os mais velho mesmo que não tem outro canto pra tirar o pão de cada dia. [sic]

A análise que pode ser feita a partir dessa fala é de que a rentabilidade do negócio agrícola, fez com que muitos estabelecimentos rurais da região do Bessa fossem fechados restando apenas os agricultores mais velhos, que provavelmente teriam menos chance de ingressar no mercado de trabalho, e, isso explica inclusive parte do porque a faixa etária dos produtores entrevistados é tão elevada. Inclusive, a falta de rentabilidade não se resume somente a comunidade do Bessa, o Produtor 15 da comunidade do Oitizeiro respondeu de forma semelhante quando mencionou: "Eu acho que é porque a roça não tá dando mais lucro, não tá dando mais resultado, aí tá diminuindo a quantidade de roça, muita roça aqui já fechou por causa disso, só ficou a gente aqui mesmo que é teimoso." [sic]

A segunda ocorrência apontada como causa para a perda de visibilidade da atividade foi a falta de ajuda do poder público 5 (23,8%); e a escassez de mão de obra para o campo 5 (23,8%), que ao contrário do que prega a literatura de mão de obra farta e abundante no campo, em ambas as comunidades foi citado a falta de trabalhador como a causa provável para o que fora questionado. Dentre os produtores que mencionaram a mão de obra como causa, destaca-se a resposta do Produtor 9 que relatou que:

Um grande problema que tem aqui na roça também é a falta de mão de obra, ninguém mais quer trabalhar em roça, você, no caso não acha mais trabalhador pra roça porque tudo agora é um salário mínimo, o custo muito alto e o preço das mercadoria não acompanha a inflação [sic]

Neste cenário, a questão salarial têm impedido os agricultores de manterem as pessoas que antes limpavam as leiras e colhiam a mercadoria, muitas vezes a preços bem abaixo do salário mínimo, e, pela fala do produtor 13, a provável justificativa para que os trabalhadores não queiram mais se submeter ao "salário"

pago na roça é porque " [...] também hoje em dia ninguém mais quer trabalhar em roça eles quer mais empresa né, fábrica, essas coisa" [sic]. É possível concluir nesse aspecto que a opção dos jovens em trabalhar nas fábricas instaladas no município e a impossibilidade de acompanhar o aumento real do salário aos trabalhadores do campo sejam as causas prováveis para esta ocorrência, segundo essa agricultora.

Outra ocorrência observada foi a falta de água para irrigação da produção com 3 (14,28%) produtores que citaram essa como a causa da perda de visibilidade do município no mercado regional olerícola, seguidos de falta de clientes 1 (4,76%) para quem vender os produtos, verduras vindo de fora 1 (4,76%) que na visão deste agricultor está repaginando o mercado de hortaliças e falta de associação 1(4,76%) pra regular o processo e manter o município forte no quesito hortaliças.

Questionados em seguida sobre o que poderia ser feito para que o município retomasse o potencial que tinha na produção de hortaliças e conseqüente retomada de visibilidade no cenário regional, o diagnóstico feito pela maioria dos entrevistados foi de que a atividade só voltaria a ser forte no município se houvesse ajuda do poder público com 10 (47,61%) ocorrências. Ainda que a forma como foi colocada pelos agricultores parceiros em suas respostas fosse diferente, a fala do Produtor 5 retrata uma das formas de incentivo que o poder público poderia dar à agricultura familiar do município quando ele menciona que:

[...] mesmo porque a cidade tá ficando sem dar recurso a zona rural, como...investir os jovens a trabalhar na lavoura e ter lazer no mesmo campo, na mesma comunidade, então por falta de oportunidade os jovens não quer ficar mais na roça tá indo é pro mundo das drogas e isso tá acabando a lavoura. Então os jovens tão indo embora e os que fica não tão achando um incentivo de lazer pra trabalhar, pra ficar trabalhando e chegar num dia de hoje (domingo) e ir se divertir, alguma coisa pra fazer. Então isso é o que? Falta de governo [sic]

Infere-se, utilizando a resposta do Produtor 5 como destaque frente as demais, que os investimentos básicos em lazer e infraestrutura na zona rural no município, inexistem ou são insuficientes para manter os jovens no campo nas mesmas condições dos que vivem na zona urbana. Percebe-se ainda, pela fala do Produtor 5, que os jovens estão deixando a zona rural em busca de lazer, outras atividades mais atrativas que o campo e, esta resposta reflete também no porque a

zona rural está sendo esvaziada, permanecendo nela apenas os mais velhos. Os demais agricultores que citaram a falta de ajuda do poder público deixaram transparecer que a ajuda necessária era financeira, através de subsídio de semente e máquinas como forma de alavancar novamente a atividade na municipalidade.

Além desta, houveram outras ocorrências como a resolução do problema da falta de água para irrigação 2 (9,52%) como mecanismo para retomada de produção agrícola, a criação de associações/cooperativas 3 (14,28%) para ajudar no processo de produção e venda e, a formação de uma nova clientela 2 (9,52%) como forma de aumentar a produtividade da olericultura no município.

A análise destas ocorrências, em especial a da água, justificam a relação entre as respostas de 3 produtores que citaram a falta de água como problema da perda de visibilidade no mercado olerícola, com os 2 que citaram a existência dela como provável solução para essa retomada. Além destas, a fala do Produtor 8 que mencionou que se o governo ajudasse a cavar poços na comunidade ajudaria a fazer com que a agricultura no município voltasse a ter a força que já teve na década de 1990 e conseqüentemente retomasse a visibilidade no cenário regional que tinha, propiciando inclusive a formação dos circuitos regionais de comercialização sob a perspectiva de Maluf (2004), ao possibilitar o abastecimento do entorno com as hortaliças conjacuienses como já vem, inclusive, ocorrendo em Berimbau.

### **b) Incidência de políticas públicas na olericultura**

A hipótese levantada pelo pesquisador diz respeito à forma como a adesão às políticas públicas impactaria, positivamente ou não, a atividade desenvolvida pelos agricultores das comunidades Bessa e Oitizeiro. Assim sendo, foi perguntado aos agricultores da amostra que haviam utilizado alguma das políticas públicas sugeridas no roteiro de entrevista, quais tinham sido os resultados obtidos após ter aderido a política por ele citada. O resultado obtido permitiu concluir que 8 (72,7%) dos 11 produtores que utilizaram as benéficas das políticas declararam ter tido um incremento positivo na produção de hortaliças. As ocorrências de qual forma as políticas públicas impactaram a atividade olerícola nas comunidades estão dispostas na tabela 03.

**Tabela 03:** Uso de políticas públicas em olericultura por frequência.

FORMA DE INCIDÊNCIA DE PP's	FREQUÊNCIA
Não tinha recurso financeiro para investir antes	3 produtores
Implantação de sistema de irrigação mais moderno	1 produtor
Fazer reparos na própria roça, cisterna e outros	3 produtores
Possibilitou diversificar investimento (vaca de leite)	1 produtor
Não melhorou	3 produtores
<b>Total</b>	<b>11 produtores</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

O nível de satisfação dos produtores que utilizaram alguma das linhas de crédito do PRONAF demonstra que a utilização de políticas públicas para subsidiar as atividades no campo, apesar de neste estudo estar restrita a um só programa, trazem um resultado bastante positivo para a formação de circuitos curtos de comercialização, ao possibilitar que os produtores sem capital de giro para investir na produção olerícola, por exemplo, possam ter o aporte inicial necessário para dar esse salto.

Nas ocorrências de agricultores que afirmaram não ter sentido melhora significativa no uso das políticas no cultivo, as justificativas foram: "[...] melhorou um tempo, mas já voltou ao que era antes[...]" [sic], "[...] não mudou em nada, porque o dinheiro é muito pouco, só dá pra semente[...]" [sic] e "[...] melhorou em partes [...]" [sic].

Ressaltando a importância que a disseminação da informação sobre políticas teve nas comunidades do Bessa e Oitizeiro, destaca-se o papel que o poder público pode exercer para garantir a efetividade dessas políticas públicas no contexto local de operação. Em se tratando de agricultor familiar, que nesta pesquisa é caracterizado por uma população de faixa etária mais elevada e nível de escolaridade baixo, a presença de agentes públicos fazendo o papel de propagador de informação sobre PP's, se mostrou importante para o acesso destes aos programas de governo que lhes são possíveis.

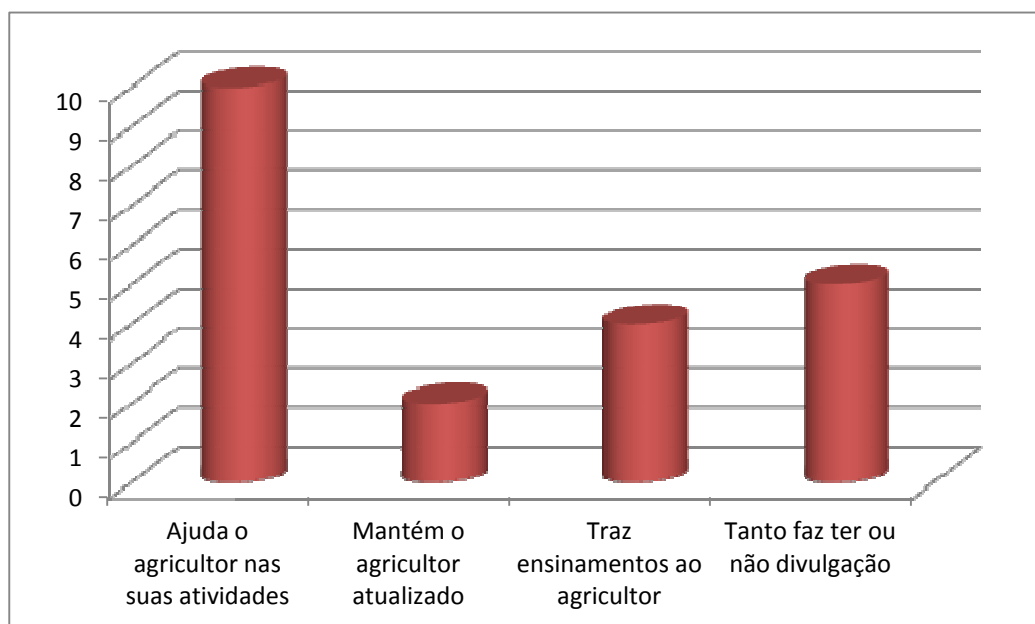
Na busca por entender se as políticas públicas existentes estavam chegando aos seus destinatários, foi perguntado aos agricultores se o poder público, através de seus representantes, tinham realizado algum tipo de divulgação como feiras,

palestras, encontros, workshop's, na comunidade ou na sede do município, com o intuito de divulgar as políticas públicas entre os mesmos. O resultado obtido foi de que 16 (76,2%) dos entrevistados afirmaram não ter havido nenhum tipo de divulgação na comunidade.

Já quando questionados sobre terem sido convidados a participar de eventos dessa natureza na sede do município, a quantidade de ocorrências caiu de 16 para 14 entrevistados, pois, justamente os dois produtores mais velhos da amostra afirmaram que mesmo tendo sido convidados não compareceram às "reuniões" promovidas pela prefeitura do município.

Ainda sobre esse aspecto, outra questão levantada pelo entrevistador foi sobre a importância desse tipo de evento para a agricultura familiar, onde ficou demonstrado que 16 (76,2%) produtores acreditavam na importância desses eventos para o segmento, enquanto que os outros 5 (23,8%) restantes se mostraram indiferentes sobre tal importância. A justificativa dos agricultores sobre o trabalho de divulgação está evidenciada na figura 14, na qual 9 deles afirmaram ser importantes para ajudar o agricultor no desenvolvimento da atividade, seguido de 1 que disse ser importantes o papel de divulgação para mantê-lo atualizado, outros 5 que afirmaram ser importantes por trazerem ensinamentos ao agricultor e 6 que se mostraram indiferentes sobre o município divulgar ou não as políticas públicas para o setor.

**Figura 14:** Visão dos agricultores sobre a importância da divulgação de PP's



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

### **c) Participação em associações e cooperativas de produtores rurais**

Com relação a participação em associações ou em cooperativas a maioria dos produtores de hortaliças que foram entrevistados na pesquisa, 17 (81%) deles, não estavam ligados a nenhum tipo de sociedade civil organizada. Apenas 4 (19%) produtores faziam parte de organizações associativas/cooperativas, sendo que duas destas associações já estavam inclusive desativadas como fora relatado. De fato, a participação em associações ou cooperativas tem grande relevância na conformação dos circuitos curtos de comercialização, já que produtores organizados têm maior força política, têm também mais voz para buscar recursos para o segmento, partilham das mesmas dificuldades e com isso podem encontrar soluções com maior eficácia e agilidade que sejam comuns a todos os associados.

O trabalho isolado pode, inclusive, contribuir para que os produtores tornem-se menos eficientes e competitivos frente aos canais de comercialização cada vez mais exigentes e dinâmicos. Por meio das associações e, sobretudo, das cooperativas, todos os custos de produção e de insumos podem ser fatiados entre seus membros, permitindo que investimentos que antes isolados seriam impossíveis a estes agricultores individualmente, sejam perfeitamente cabíveis a eles congregando seus esforços. Um equipamento com um custo elevado como um trator, por exemplo, para ser adquirido por um produtor isolado seria muito mais difícil, já por meio das associações ou cooperativas podem ser mais viáveis, e este é um dos pontos que merecem destaque em associativismo e cooperativismo.

Diante disso, foi questionado a estes agricultores parceiros sobre a opinião deles acerca destas instituições da sociedade civil organizada. O resultado obtido revelou que os agricultores estavam basicamente divididos em torno de duas vertentes de opiniões. O Produtor 10 exemplifica a primeira vertente quando diz: "Não participo porque não vai pra frente aqui. Começa só o comentário e num anda [...]" [sic], ou seja, este e vários outros agricultores que já tiveram contato com essas instituições se mostraram desacreditados com a possibilidade de melhoria que estas organizações poderiam trazer efetivamente, às suas atividades.

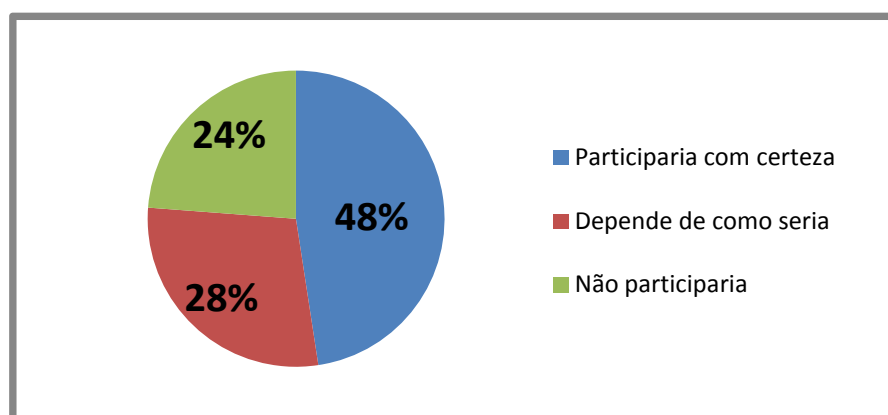
Houveram produtores que inclusive citaram as associações/cooperativas como instrumento para "fazer política", associação muito comum em cidades do interior. A outra vertente pode ser resumida na resposta do Produtor 8 que ao falar

sobre o assunto, mencionou que "A gente não participa porque aqui não tem nenhuma [...] ", em que evidenciou-se pelo confronto entre as duas vertentes de opiniões que as poucas associações que surgiram nas comunidades, foram subsidiadas como instrumento para "fazer política", e que logo após foram desativadas, conforme pode ser presumida na fala da Produtora 5:

Eles vieram aí no tempo da política encher o povo aqui de esperança, que ia fazer e acontecer, pra gente se juntar que eles ia mandar umas pessoas pra fazer um cadastro da associação, que vinha izec do governo do estado, pronto (...) só foi passar a política pra tudo se desfazer, só fez abrir a cooperativa mesmo no papel m fio, porque na prática mesmo eu num vi foi nada.

A figura 15 retrata a intenção dos agricultores em associarem-se a uma cooperativa (galpão de beneficiamento) criada a partir da iniciativa local como forma de subsidiar o agricultor familiar no desenvolvimento da atividade olerícola no município, desta forma, os agricultores pelas suas respostas puderam ser divididos em três grupos. O primeiro composto por agricultores que participariam de imediato conjugados pelas expressões na resposta como: "claro que sim", "na hora!", "com certeza". O segundo grupo composto pelos agricultores que atribuíram algum condicionante para associar-se do tipo: "sim e não", "depende do que ia ter lá", e, o terceiro grupo formado por agricultores que sinalizaram não ter interesse algum.

**Figura 15:** Intenção dos agricultores em associar-se a uma cooperativa



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Dentre os motivos que fariam com que o produtor participasse de organização criada pelo poder público para subsidiar a produção olerícola no município, destacou-se a resposta do Produtor 13 que sinalizou uma característica importante



na formação dos circuitos curtos de comercialização, ao afirmar que se associaria pois " [...] a gente já ia sair daqui com destino certo! " [sic], revelando a necessidade de consolidar mercados para que haja garantias de escoamento da produção olerícola do município, principalmente em se tratando de folhosas que tem um alto grau de perecibilidade.

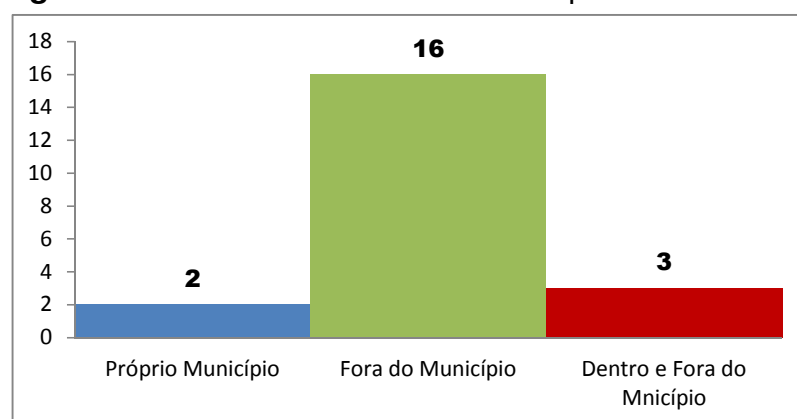
### 6.3 - Comercialização e logística em olericultura

A formação de circuitos curtos de comercialização prescindem de uma série de fatores que necessitam estar harmonizados entre si, e, ainda que não haja uma escala de importância entre eles, para a conformação de circuitos curtos que sejam duradouros, é imprescindível também que se realize um diagnóstico preciso de aspectos relevantes, como: a logística e a clientela.

#### a) A clientela

Perguntados sobre a destinação das hortaliças produzidas nos estabelecimentos produtivos, verificou-se que a grande maioria dos produtores entrevistados tinham como local de abastecimento outros municípios. A figura 16 demonstra que 16 (76,2%) agricultores abasteciam exclusivamente mercados fora das limitrofes territoriais da sua zona de produção, enquanto que apenas 2 (9,5%) produtores estavam adstritos somente ao abastecimento local. Do total da amostra, ainda houveram 3 (14,3%) agricultores abasteciam tanto o comércio local quanto outro município.

**Figura 16:** Local de abastecimento dos produtos: dentro ou fora



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Somados aos 16 agricultores que abasteciam município fora da sua zona de produção aos 3 que forneciam tanto no comércio local quanto fora dele, o que se observa é que mais de 90% dos agricultores familiares das comunidades do Bessa e Oitizeiro desenvolvem suas atividades em prol de mercados do entorno. Pensando nos circuitos curtos de comercialização, onde estes se realizam quando a relação produtor x consumidor final se dá por via de um único intermediário, e, na perspectiva adotada de abastecimento do entorno, em razão da proximidade entre estes agentes, de fato, há uma proximidade da teoria aplicada e a prática percebida no campo sobre este aspecto.

Os circuitos curtos sob a perspectiva francesa reforçam a autonomia dos produtores oriundos da agricultura familiar conferindo-lhes melhor incremento de renda, se levado em consideração à comercialização por mais de um atravessador como já constatado em campo.

Os produtores que abasteciam a outros municípios que não o do próprio local de produção, ficou constatado que as duas principais cidades citadas pelos mesmos foram Salvador e Feira de Santana, seguidas de Candeias, Lauro de Freitas e Simões Filho com uma ocorrência em cada uma. O nome do município de Salvador foi citado 18 vezes pelos entrevistados como sendo o destino final das hortaliças produzidas, já Feira de Santana foi citado 13 vezes, Simões Filho, Candeias e Lauro de Freitas foi citado 1 vez cada. O quadro 2 demonstra a incidência por local de abastecimento.

**Quadro 02:** Incidência de municípios abastecidos por frequência.

<b>CIDADES QUE ABASTECEM</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>Conceição do Jacuípe</b>	<b>2 produtores</b>
<b>Salvador</b>	<b>4 produtores</b>
<b>Feira de Santana</b>	<b>2 produtores</b>
<b>Salvador / Feira de Santana</b>	<b>10 produtores</b>
<b>Feira de Santana / Candeias</b>	<b>1 produtor</b>
<b>Salvador / Lauro de Freitas</b>	<b>1 produtor</b>
<b>Salvador / Simões Filho / Lauro de Freitas</b>	<b>1 produtor</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Identificado o perfil de distribuição da produção olerícola nas comunidades do Bessa e Oitizeiro e os mercados que abastecem buscou-se identificar quais eram os principais clientes atendidos pelos agricultores familiares. O resultado obtido foi que boa parte dos entrevistados tinham como cliente o atravessador, que é a figura responsável por fazer chegar o alimento até o consumidor final. Uma parcela muito pequena da amostra fornecia diretamente a mercados formais como as redes de supermercados, a terceira ocorrência foi de produtores que vendiam seus produtos diretamente ao consumidor final.

Sobre esse aspecto, a figura do atravessador se mostrou o meio pelo qual 14 (66,6%) dos produtores fazem escoar sua produção, sendo que para alguns deles mostrou-se como indispensável no processo de comercialização, o Produtor 18 relatou o seguinte:

Aqui a gente vende pro atravessador mesmo, eu nem faço base de quanto eles tira aqui [...] no caso eles vêm com o pessoal dele ranca tudo, leva pra vender e depois traz o dinheiro, as vez a gente recebe todo, as vez perde, as vez a gente num recebe nem nada, tudo depende mesmo das vendagem deles lá, se der certo pra eles lá tem dinheiro pra plantar de novo, se der ruim ou ficar muito pro outro dia, perde a maioria porque a hortaliça num gūenta muito tempo [sic]

Essa fala do produtor revela o que de fato a literatura anteriormente posta já vem sinalizando a algum tempo, boa parte dos agricultores familiares se mostram como bons produtores desde o plantio até a colheita, mas na hora de comercializar seus produtos têm recorrido com frequência aos intermediários, atravessadores estes que acabam ficando com grande parte da fatia que seria destinada ao lucro do produtor. Essa constatação sugere a necessidade de estratégias mais eficazes seja através da organização interna, da decisão individual ou de políticas públicas, em que a comercialização dos produtos não seja um peso para os produtores, mas o resultado normal com garantia de renda da sua atividade.

No caso concreto, conclui-se pelo relato do Produtor 18 que não só a comercialização tem dependido do atravessador, mas também o custeio do próximo cultivo está condicionado ao sucesso dele nas vendas. O ônus de toda perda que ocorrer fica por conta do produtor e este não é um caso isolado porque outros dois produtores relataram a mesma forma de se relacionar comercialmente com o atravessador. Ainda sob este mesmo aspecto, alguns dos produtores que afirmaram fazer chegar o produto ao consumidor por meio do atravessador, disseram distribuir

seus produtos nas Centrais de Abastecimento (CEASAS) de Feira de Santana e Salvador aos feirantes que ali comercializavam, com ocorrência de 6 produtores com essas características.

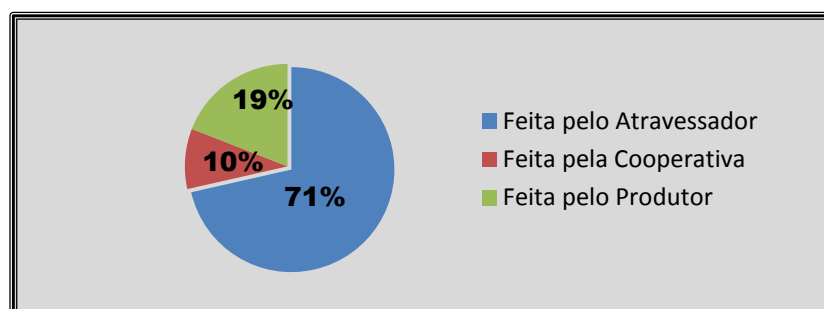
Outra forma observada nos relatos dos produtores entrevistados foi a venda direta, ou seja, produtores que tinham como clientes o próprio consumidor final. Nesta abordagem, 4 dos agricultores entrevistados se enquadraram nessa categorização de domínio de todo o processo, desde o plantio até a chegada do produto ao consumidor final. Neste grupo de agricultores foi observado ainda, que mesmo com a venda direta eles mantinham relações comerciais com o atravessador, observado no relato do Produtor 10 que disse: "Hoje não tem cliente certo, é avulso! ranca aqui e vai pra feira livre vender, lá na sete portas [Bairro de Salvador] e pro atravessador o que sobra" [sic].

Outros 2 produtores entrevistados declararam que vendiam para mercados formais, um que fazia entregas em pequenos mercados de Salvador e para feirantes (atravessador) e outro que abastecia a rede de supermercados Extra das cidades de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas.

### **b) Logística e distribuição**

Com relação à forma pela qual é escoada a produção olerícola até o consumidor final, foi questionado aos produtores rurais como era feita a logística de distribuição em cada estabelecimento rural pesquisado. A figura 17 demonstra que 15 produtores têm o atravessador como operador logístico, 2 deles responderam que escoam a produção por meio de cooperativas, não citadas durante a entrevista, e, 4 produtores que afirmaram levar pessoalmente o produto até o atravessador e/ou consumidor no local em que se encontram, como feiras livre e CEASAS.

**Figura 17:** Modal logístico de escoamento da produção olerícola



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Os agricultores entrevistados que faziam a logística por intermédio do atravessador disseram não ter custo direto com transporte, pois o ônus logístico cabia ao próprio atravessador que ia buscar os produtos no próprio estabelecimento rural. Sob esse aspecto foi observado como funcionava essa forma logística de escoamento na resposta do Produtor 3 quando ele relata que: " [...] eles vêm no carro deles, panha a mercadoria aqui e leva. Passou daqui da cerca aí eu já não tenho responsabilidade mais nenhuma, é eles lá que se vira." [sic], e o Produtor 2 que reforça ao mencionar que: "[...] minha forma de trabalhar é eles vindo buscar, que aí já é uma preocupação a menos pra mim".

Por todo o relatado, concluiu-se que a grande maioria dos produtores de hortaliças que adotam esse modal logístico de escoamento da produção não quer se envolver com as questões "pós cerca" de comercialização, julgando ser trabalhosa essa etapa da cadeia de produção olerícola, ou como mesmo disse o Produtor 8 "...a parte da gente é plantar e cuidar".

Nas ocorrências de produtores que entregavam seus produtos para as cooperativas que se encarregavam da logística e distribuição, o que chamou a atenção foi que no caso do Produtor 5 o funcionário da cooperativa que buscava a mercadoria era filho deste produtor e no caso do Produtor 20 o "proprietário" da cooperativa, como colocado por ele, era o próprio pai. Desta ocorrência pode-se concluir que os únicos produtores que mantinham relações comerciais com cooperativas foram aqueles que tinham vínculo familiar com as pessoas que faziam parte dessas instituições. O descrédito dos agricultores quanto às associações e cooperativas anteriormente analisado, produz reflexos no quesito sobre logística aqui analisado.

Dos 4 últimos produtores que afirmaram se encarregar pessoalmente da logística e distribuição do que era produzido no estabelecimento rural, apenas um dispunha de transporte próprio para fazer o transporte das hortaliças, enquanto que os outros três utilizavam carro de terceiros. Sobre esse aspecto foi possível inferir ainda que a condição do produtor em relação à do atravessador é, em muitos casos, inferior, numa relação inversa na qual aquele que produz é economicamente inferior àquele que vende.

Esta observação foi reforçada, dentre outras respostas, pela fala do Produtor 18 que disse:

"[...] na realidade quem ganha mesmo é eles e a gente não tem muito o que fazer, porque são eles que tem o carro, eles que sabe onde é que vende e o preço que vende, então [...] tanto que o carro que eles vem buscar aqui é S-10, é carro novo e a gente aqui não tem nem como manter a horta[...]" [sic]

O Relato deste agricultor faz menção ao tipo de veículo que o atravessador utilizava pra fazer o transporte da mercadoria, deixando transparecer inclusive que os mesmos acreditavam de que boa parte dos seus lucros acabavam nas mãos do atravessador.

Com relação aos veículos que faziam o transporte da mercadoria, ficou evidenciado que a grande maioria dos produtores se absteve em responder se os veículos utilizados no transporte tinham ou não refrigeração, uns foram taxativos em dizer que os veículos utilizados no transporte não tinha refrigeração alguma para condicionar os alimentos até o destino final, outros fizeram isso apenas omitindo-se nas respostas. Apenas os produtores que escoavam a produção por meio de cooperativas avulsas, tinham veículos refrigerados para condicionar as mercadorias até o destino final.

Em se tratando de alimentos com alto grau de perecibilidade como as hortaliças folhosas, o condicionamento adequado pode minimizar as perdas ocorridas durante o deslocamento da mercadoria, assim fez-se necessário realizar esse diagnóstico a partir da vivência dos próprios produtores. Percebe-se ainda pelos relatos de inferioridade econômica em relação aos demais agentes da cadeia produtiva de hortaliças que as entidades associativas poderiam de certa forma minimizar as perdas ocorridas durante esse processo, reunindo esforços dentre os produtores para que estes tivessem condições de transportar os alimentos com a qualidade devida.

### **c) Qualidade das vias de escoamento: possíveis gargalos**

A preocupação da pesquisa em identificar os possíveis gargalos com relação à qualidade das estradas vicinais e demais estradas pelas quais o produto passaria, se fizeram presentes no roteiro de entrevista. A esse respeito o resultado obtido foi

de que 15 dos 21 produtores deram respostas semelhantes a do Produtor 9: "Com relação a estrada aqui tá tudo boa, não tenho do que reclamar aqui". A fala desse e de outros produtores que seguiram a mesma linha em suas respostas, reflete que boa parte dos produtores que realizavam a logística por intermédio do atravessador estavam satisfeitos com a condição das estradas vicinais, nada tendo a reclamar a esse título.

Dois produtores da comunidade Bessa, ainda nesse grupo, afirmaram que o trecho de estrada sem pavimentação era irrelevante para gerar custo de manutenção de veículo, uma vez que a localidade estava situada às margens da BR 324, que é a principal via de escoamento da produção olerícola daquela comunidade. Ademais, foi relatado por 5 entrevistados ainda deste grupo de produtores, que o governo local tem realizado ações paliativas para melhorar a qualidade das estradas vicinais, onde segundo estes produtores a máquina passa regularmente tanto na comunidade do Bessa quanto do Oitizeiro.

Já os produtores que afirmaram haver problemas logístico por conta da qualidade das estradas vicinais, foi observado que dos 6 produtores que disseram que a condição das estradas da comunidade era ruim ou péssima, apenas 1 fazia o transporte com o próprio carro. Os outros 3 produtores que faziam pessoalmente, contrariando a tendência de acusarem as estradas de ser um custo logístico, afirmaram que a qualidade das estradas eram satisfatórias e sem custos aparentes com manutenção de veículos.

O que se pode concluir é que houve uma contradição por parte de alguns dos agricultores entrevistados, no sentido de que, a maioria dos agricultores que realizavam a logística às suas próprias custas alegaram não ter tido custos de manutenção por causa da qualidade das estradas. Cinco produtores que mencionaram estar ruim a condição das estradas vicinais, escoavam a produção por via do atravessador que se encarregava que ir até a propriedade rural buscar os produtos agrícolas, fato que chamou atenção pela relação de inversão.

#### **d) Desafios e potencialidades da atividade olerícola**

Com relação ao diagnóstico que os produtores faziam da sua própria atividade, foi questionado quais eram os principais problemas enfrentados por eles

enquanto produtores de hortaliças e quais eram as principais potencialidades ou vantagens que os motivavam a continuar na roça produzindo. Dentre as respostas dos produtores acerca dos principais problemas enfrentados por eles, foi observado na comunidade do Bessa como os principais problemas vivenciados: "a falta de água para irrigação" (4), "o custo da mão de obra" (2), "a falta de ajuda" (1), "o baixo preço da mercadoria" (1) e, outro agricultor que afirmou não ter "dificuldade nenhuma" (1).

Dentre os agricultores da comunidade do Bessa que citaram a questão da água como problema, destaca-se a resposta do Produtor 1 que disse "[...] agora mesmo tá sem água, a cisterna baixou muito que eu tive que colocar um caminhão de água pra interar"[sic]. Com relação ao custo da mão de obra, a resposta do Produtor 3 reflete bem essa questão: "[...] fora que não se acha mais trabalhador pra limpar leira, tudo agora é salário mínimo e eu não tenho condições meu fio." [sic]. As demais ocorrências não se estenderam a mais de um agricultor o que dificulta qualquer forma de generalização e portanto não foram destacadas no resultado.

O agricultor que cita como problema a falta de ajuda do governo é o Produtor 1 que diz: "A dificuldade é que falta ajuda mesmo pro agricultor[...]". Já o entrevistado que coloca o preço da mercadoria como seu maior problema é o Produtor 21 quando ele menciona que: "Desvantagem tem muita, principalmente os preço, é muito caro pra você plantar uma horta e o dinheiro as vez nem compensa o que você gasta[...] " [sic]. Por outro lado, o produtor que alegou não vislumbrar nenhum problema é o Produtor 19 que relatou: "Desvantagem eu não vejo nenhuma não, o pouco que eu trabalho eu ganho, já tem as entrega certa mesmo [...]" [sic].

Nessa mesma comunidade as principais vantagens ou potencialidades da atividade apontadas pelos agricultores da amostra foram: "[...]único meio de sobrevivência que nós tem aqui." (1), "[...] só tem isso pra fazer." (1), "[...]não me vejo fazendo outra coisa a num ser isso." (1), "[...]foi o que Deus deu.", (1) "[...]é o sustento.". Pode-se inferir das respostas dos agricultores da comunidade do Bessa, que estas se aproximam da ideia de que a agricultura era o único meio de vida possível para as pessoas entrevistadas daquela comunidade, que não aparece necessariamente como uma vantagem, tampouco uma potencialidade, mas sim a inexistência de alternativas para estes produtores, pois, pelas respostas ofertadas a



este quesito do roteiro, eles demonstram não vislumbrar nem vantagem nem potencialidade em suas atividades. No entanto, cabe ressaltar que, a expressão colocada por um dos entrevistados de que ele: “não se vê fazendo outra coisa”, pode sugerir o afeto que este tem pela terra e pela atividade nela desenvolvida.

Dentre os agricultores da comunidade do Oitizeiro, quando questionados sobre quais eram os principais problemas por ele enfrentados, foi possível fazer o seguinte recorte dos problemas: praga na terra que estava afetando a produção (4 produtores), falta de uma associação pra ajudar o agricultor (2 produtores), alto custo da energia elétrica (2 produtores), falta d'água (1 produtor), falta de incentivo do governo (1 produtor), baixo preço da hortaliça (2 produtores), falta de recurso (4 produtores), falta de clientes para vender a mercadoria (3 produtores), alto custo dos insumos - adubo, semente, exerceo (2 produtores) e o alto custo da mão de obra (2 produtores).

Deste recorte dos problemas apontados pelos agricultores da comunidade do Oitizeiro, depreende-se que as respostas que se destacaram entre os entrevistados foram, à dificuldade no controle de pragas no plantio com quatro ocorrências, seguidos da falta de recurso para investimento ou custeio, citado por quatro agricultores, e, a falta de clientes para vender a mercadoria, com três ocorrências, sendo que este problema, especificamente, foi citado pelo Produtor 11 da seguinte forma: “A dificuldade tá até no vender, como eu acabei de lhe explicar aqui, as vez o pessoal chega aqui e só quer levar 100 mólho e você tá com 500 mólho pra tirar, tá capaz dessa outra mercadoria ser perdida toda dentro da roça[...]”. [sic]

Tomando como referência estes resultados, é possível concluir que a falta de efetividade das políticas públicas no município é um vetor favorável a todas as ocorrências sinalizadas pelos produtores deste recorte da amostra, senão vejamos: um dos problemas de maior ocorrência citado pelos agricultores é uma praga/fungo no coentro que tem impossibilitado a venda deste tipo de produto agrícola, ou seja, a política de ATER no município certamente teria os mecanismos para resolver a esta questão, mas há nesse sentido uma interferência na realização dos objetivos da política, seja nos produtores que não estão demandando da política ou pela inobservância pelo poder públicos das demandas locais.

Portanto aponta para a inexistência ou ineficiência da política pública de ATER tão importante para os agricultores, conquanto para a formação de circuitos curtos de comercialização olerícola no município, reforçando inclusive a ideia de ter novamente o município como grande produtor de hortaliças nos mercados que abastecem.

Por outro lado, a falta de recursos para investimento e custeio poderia ser minimizada se houvesse um trabalho de divulgação da política pública de crédito - PRONAF na região, com possibilidade de acesso, mas, que ainda quando conhecida pelos agricultores, não é acessível a todos eles, inclusive por falta de entendimento sobre seu funcionamento. Portanto a informação precisa chegar aos agricultores.

O terceiro problema de maior ocorrência corresponde à falta de clientes para vender a mercadoria, também poderia ser minimizado, por exemplo, se os mercados institucionais - PAA e PNAE chegassem a esses produtores, com garantias de vendas para as hortaliças impedindo-as que se perdessem na roça por não ter a quem vender. No entanto, cabe destacar que a viabilização dos mercados institucionais para a agricultura familiar, como é o caso do PAA e PNAE, também enfrentam problemas para seu pleno funcionamento.

Outra alternativa para os agricultores poderia ser uma política pública local, como por exemplo a criação de um galpão de beneficiamento de hortaliças no município que poderia minimizar diversos outros problemas ora apontados pelos agricultores desta e de outras comunidades de produtores de hortaliças, como por exemplo, o armazenamento e, sobretudo, o acondicionamento da produção e a agregação de valor.

Na outra via desta temática, os 16 produtores do recorte Oitizeiro apontaram as principais vantagens ou potencialidades da atividade sob sua ótica. Ainda que sob formas diferentes de expressar, foram sintetizadas por aproximação as seguintes ocorrências: amor pelo que faz / gosta da roça (4), satisfação em dar emprego (1), é o meio de sobrevivência / o que Deus deu (7), não tem vantagem nenhuma (2), ter uma atividade / não ficar parado (1), custear os estudos da filha na faculdade (1), está dando certo até agora (1).

O que se pode concluir de todo o exposto pelos produtores dessa comunidade, excetuando a agricultora que identificou como vantagem a possibilidade de custear os estudos da filha na faculdade, é que as suas vivências no campo foram demonstradas sob duas perspectivas, a primeira delas formada por produtores que demonstram como vantagem ou potencialidade o gosto e o amor pelo que fazem, ou seja, a atividade na terra, acompanhados da satisfação em dar emprego e por estar dando certo a atividade até o momento, enquanto que a segunda perspectiva compreende os agricultores que visualizavam sua atividade como único meio de sobrevivência possível, a atividade que Deus os deu para não ficar parado, ou pior, que não tem vantagem alguma.

A análise a ser feita acerca do resultado desta categoria são de dois grupos antagônicos, em que parte visualiza como motivação para continuar o que faz vinculada também às questões subjetivas e as questões emocionais, como amor e satisfação, numa perspectiva otimista da atividade, enquanto que a outra parte não vê nenhuma vantagem na atividade que desenvolve ou simplesmente não tem como optar por outro meio de vida e sustento, que a nosso ver, pode ser sintetizado todos com os que disseram não vislumbrar nenhuma vantagem, conforme se observa nas falas de dois produtores de cada forma de ocorrência.

[...] só tô aqui mesmo porque o que Deus quis que eu fizesse foi isso e eu tenho que seguir com o que Deus me deu, porque se tivesse uma coisa melhor eu já tinha feito (Produtor 10, 2016) [sic]

Vantagem que eu vejo mesmo aqui não tem nenhuma, mas a gente não pode parar de trabalhar (Produtor 13, 2016) [sic]

Ainda que citada de forma diferente, ambas as perspectivas de ser a atividade que Deus deu ou não ter nenhuma vantagem explicitamente colocada, pela forma como foram apresentadas deixam transparecer em ambas que não há vantagem a ser visualizada, mesmo colocadas de formas diferentes, não há alternativas.

As aproximações que podem ser feitas entre as duas comunidades, convergem no quesito vantagem, com os agricultores que fizeram uma análise pessimista da atividade tanto na comunidade do Bessa quanto do Oitizeiro, já com o quesito problemas ou desvantagens como colocadas por alguns, convergem em aspectos como a falta d'água, custo dos fatores de produção - adubo, mão de obra,

energia elétrica e o baixo preço da mercadoria, tendo ainda alguns problemas isolados apontados em uma e na outra comunidades.

#### **6.4 - Olericultura e políticas públicas sob a ótica do gestor local**

Para que se faça um diagnóstico preciso sobre quais são os reais ou potenciais desafios existentes para a formação de um circuito curto de comercialização no município, é preciso conhecer essencialmente dois atores, a saber: o agricultor familiar juntamente com as características da atividade que este desenvolve, como já observado, e, o governo que por intermédio das ações de seus agentes tem o condão de auxiliá-los nessa caminhada, através do fomento às políticas públicas e os diversos mecanismos que subsidiam os agricultores no seu labor, dia após dia.

##### **a) Políticas Públicas implementadas no município**

As políticas públicas como fator positivo para a formação de circuitos curtos de comercialização é uma hipótese levantada neste trabalho e, nesse sentido, é necessário que se faça um levantamento de quais políticas estão implementadas no município e quais efetivamente estão disponíveis aos seus destinatários. Sob este aspecto em específico, foi questionado ao Secretário de Agricultura do município, quais as políticas públicas, dentre as mesmas apresentadas aos agricultores, estavam implementadas no município e aptas a serem acessadas pelos agricultores familiares.

O retorno dado pelo Secretário a este questionamento foi de que a política pública que efetivamente estava em funcionamento era o PNAE. Segundo o gestor, a secretaria havia intermediado na criação da associação que já fornecia alimentos para o PNAE no próprio município e no município vizinho Amélia Rodrigues. O gestor destacou ainda que havia também uma perspectiva de fornecer para o município de Salvador ainda por este mesmo programa.

Outra questão levantada sobre esse aspecto pelo secretário é de que a maior dificuldade encontrada pela prefeitura em tornar efetivas as políticas públicas no

município é o próprio agricultor, segundo o entrevistado, "[...] o agricultor é quem deveria ser o maior interessado e a gente que tem que ficar correndo atrás do agricultor". O que se pode concluir dessa questão é a falta de aproximação do governo local com os agricultores das comunidades do Bessa e Oitizeiro, de cuja política pública dita em funcionamento no município, não os alcança.

Ademais, nenhuma outra política foi citada pelo gestor público como implementada no município além do PNAE, o que pode ser justificado, em parte, porque os agricultores da amostra estudados tinham como referência básica apenas o PRONAF, que apesar de não ser operacionalizada pelo município, poderia ser alvo de ações da prefeitura com o intuito de divulgá-las a estes agricultores, que como já visto anteriormente, possuem escolaridade baixa e faixa etária elevada.

Sobre o fluxo de políticas públicas no município, o gestor afirmou que os agentes públicos pertencentes ao quadro funcional da prefeitura, 1 engenheiro agrônomo e 2 técnicos agrícolas, faziam visitas regulares nas comunidades pertencentes ao município, porém, deixou claro que a iniciativa deve partir do agricultor, conforme é possível inferir de sua resposta quando diz que "[...] o agricultor quando tá doente vai procurar o médico né?! então da mesma forma [...] ele tem que vir procurar ajuda" [sic] Foi afirmado ainda que a prefeitura dispõe de um engenheiro agrônomo e dois técnicos agrícolas, aptos a prestar as informações necessárias que ficam disponíveis na sede da prefeitura.

Confrontando a informação prestada pelo gestor com os relatos dos produtores, conclui-se que há um distanciamento entre produtor e poder público, seja pela falta de interesse do agricultor ou ineficiência da gestão, pois de um lado existem produtores que descreveram como problema a existência de uma praga que contaminava o coentro e do outro lado uma secretaria equipada com funcionários capacitados para atender às demandas dos agricultores do município. Não há o que falar em culpa, o diagnóstico acerca dessa questão é mais uma vez a falta de efetividade que pode ser resolvida com a informação, seja o poder público fazendo chegar até o agricultor ou o próprio agricultor indo buscá-la.

Com relação ao associativismo e o cooperativismo no município enquanto política pública local, foi questionado ao Secretário de Agricultura qual a sua visão sobre estas organizações e sua opinião sobre o subsídio do poder público à sua

formação e acompanhamento. Os resultados evidenciaram que para o secretário de Agricultura, que também é agricultor, com a associação todos saem ganhando porque juntos os agricultores eram mais fortes. Mas é necessário que o agricultor seja a parte mais interessada nesse processo, mencionou o gestor.

Ainda sobre o associativismo/cooperativismo, Silvia; Barone (2009) menciona que estas duas formas de organização constituem-se como estratégia de sobrevivência dos agricultores familiares, segundo os autores a "sua reprodução socioeconômica, muitas vezes, é inviabilizada devido às dificuldades desses pequenos produtores sozinhos se posicionarem no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar". Para Silvia e Barone (2009), em alguns assentamentos da reforma agrária, o associativismo é uma ferramenta de organização e gestão da produção, que inclusive melhoram os relacionamentos dos agricultores com o mercado e juntos partilham dos problemas e das respectivas soluções.

Um trecho que merece destaque na resposta do secretário em relação ao agricultor é a seguinte:

“[...]o agricultor a gente marca a reunião ele vem e fica na porta, se ele viu que tá dando entrada ele pula e diz assim: Eu vim porque eu sabia que ia dar certo. Mas se der qualquer problemzinho errado ele fala logo, eu nem entrei porque sabia que ia dar tudo errado. Então o agricultor tem que acreditar, tem que vim”[sic].

Deste trecho de uma realidade vivenciada pelo secretário em uma de suas reuniões, resta claro a compatibilidade entre a situação por ele relatada e o descrédito do produtor com relação às associações e cooperativas no município. Conclui-se nesse cerne que é preciso implementar ações que revertam esse quadro de modo a aprimorar a relação do produtor com as entidades da sociedade civil organizada, como mecanismo favorável aos circuitos curtos.

### **b) Indicadores, gestão de dados e diagnóstico**

Antes de discutir este aspecto da entrevista, é relevante citar o pensamento de Deming (1962, p.102) que diz: "Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerencia". Tendo como importante ferramenta da gestão pública para

tomada de decisões e implementação de política pública, os dados e as estatísticas, estes são dois elementos indispensáveis para nortear gestores públicos sobre que direção seguir e que decisões são melhores frente a determinadas demandas sociais, ou seja, é preciso conhecer o cenário e as deficiências que os dados mostram para a partir daí traçar as estratégias mais eficientes.

Com relação aos indicadores, foi questionado ao gestor do município se a secretaria de agricultura do município fazia a gestão de qual era o número ou percentual de agricultores familiares assistidos pelas políticas implementadas pelo município. Nesse aspecto, pela omissão na resposta do gestor, os resultados apontaram que a secretaria não fazia a gestão de dados sobre política pública no município, no entanto afirmou que o município tem uma política própria de distribuição de sementes para mais de 150 agricultores cadastrados, além da disponibilização de três tratores aos agricultores cadastrados para prestação de serviços gratuitos de gradiação, roçagem e aração, onde segundo o gestor existem mais de 200 agricultores cadastrados.

Conclui-se acerca deste tópico da entrevista que falta efetividade para as políticas públicas implementadas no município, tanto das políticas públicas de âmbito nacional quanto as políticas locais de iniciativa do poder público local. Tomando como verdade a fala do gestor da SEAGRI do município sobre as políticas locais existentes, fica claro que não basta tão somente a existência da política, é preciso torná-las efetivas aos seus destinatários. Isso fica mais evidente se for confrontado a fala dos produtores que mencionaram como problema da atividade olerícola a falta de recursos para adquirir as sementes e o alto custo do trator para preparar a terra para o plantio, restando claro o abismo entre implementação e efetividade.

Outro aspecto importante da entrevista diz respeito a gestão de dados acerca do volume de produção dos produtos que, segundo levantamento preliminar, eram os de maior volume de produção no município. A esse respeito foi perguntado ao gestor da pasta, se a Secretaria de Agricultura tinha conhecimento do número de famílias que possuíam Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP e qual era o volume mensal produzido no município de alface, coentro, cebolinha e hortelã.

Segundo o gestor, no município existem cerca de 200 agricultores cadastrados com DAP, apesar que, ainda segundo ele, o número de DAP ativas era bem menor a este quantitativo por ele apontado. Quando questionado sobre o volume de produção de hortaliça o secretário foi omissivo ao responder. Com esta resposta fica evidenciado que na secretaria do município não há gestão de dados sobre o volume de produção de hortaliça, assim como, também não possui indicadores para nortear suas atividades. A secretaria de agricultura pode ser um aliado imprescindível na conformação de circuitos curtos, dirigindo esforços para subsidiar o olericultor a fortalecer sua atividade, mas para isso é necessários traçar estratégias que precisam de um diagnóstico preciso da situação em que a atividade se encontra e que só os indicadores podem mostrar.

### **c) Informação e divulgação**

Até aqui já foi evidenciado a importância que tem a informação para a concretização de diversos aspectos abordados nesta pesquisa. A informação se mostrou eficiente no processo de conhecimento dos produtores acerca da política do PRONAF, e, é através da informação que as demais políticas públicas podem se tornar mais efetivas no município e a informação pode também ser o elemento que falta para que os circuitos curtos de comercialização no município se desenvolvam.

Com relação as ações de divulgação sobre políticas públicas e ações que orientem os produtores de como realizar corretamente suas atividades, como a correta utilização dos defensivos químicos, por exemplo, foi informado que este ano (2016) realizou-se a terceira feira da agricultura familiar, e que os agricultores do município de maneira geral foram convidados a participar, inclusive os produtores de hortaliças. O gestor sinalizou ainda já possuir novas ideias para atrair cada vez mais agricultores no próximo evento, salientando que nesta edição da feira compareceram agricultores de vários municípios vizinhos e o agricultor de Conceição do Jacuípe, maior interessado sob sua ótica, não apareceu.

Confrontando as informações passadas pelo gestor do município sobre as ações de divulgação e o depoimento dos produtores das comunidades da amostra, pôde-se verificar que alguns produtores afirmaram que já foram convidados a participar de eventos promovidos pelo poder público local apesar de que os próprios



produtores afirmaram não ter ido a estes encontros. O diagnóstico sobre esse aspecto já foi colocado pelo próprio gestor num trecho de sua fala que diz: "[...] em 2017 a gente vai incentivar eles até mesmo pra quando ele trazer o produto pra feira ele já tá vendido", ou seja, é preciso propor ações para tornar eficientes as políticas públicas no município, ainda que o ônus da procura seja da parte interessada é preciso levar em consideração suas características culturais, que necessitam de um olhar mais paternal por parte do município para que possa funcionar.

Nesse sentido, acredita-se que o poder público local possa funcionar como parceiro do agricultor familiar na formação dos circuitos curtos de comercialização em olericultura, é necessário diagnosticar a qual a visão do gestor em ter o município novamente reconhecido popularmente como um forte produtor de hortaliças da região, pois é justamente o direcionamento que o gestor dá aos esforços a serem empreendidos que determinam o atual cenário e aonde se deseja chegar.

Questionado sobre qual a visão que o secretário tinha enquanto gestor de ter o município reconhecido como um grande produtor de hortaliças, obteve-se como resposta que a secretaria tem empreendido esforços para que isso aconteça, com a previsão de perfuração de poços artesianos para irrigação em algumas regiões. A constatação é de que se esta ação do poder público se concretizar na comunidade do Bessa, por exemplo, o problema relatado pelos agricultores estará minimizado ou resolvido, subsidiando o agricultor a produzir com maior vigor. Esta declaração também deixa evidente que o gestor, embora sem ações efetivas, conhecem os problemas enfrentados pelos agricultores na sua atividade.

Quanto ao aspecto da qualidade das estradas vicinais, tópico considerado importante para identificar possíveis gargalos no escoamento da produção olerícola no município, observou-se que como a maioria dos produtores não tem custos diretos com logística, este critério acabou se tornando irrelevante pra pesquisa. Quando perguntado sobre as ações da prefeitura com relação a conservação das estradas vicinais do município, o gestor da pasta informou que o município nunca foi tão atendido desde a época que ele havia assumido a secretaria em 2013 tendo

realizado regularmente em todas as regiões ações de manutenção das estradas com a patrol que o município dispõe atualmente.

Em contraposição ao que fora questionado aos agricultores entrevistados da pesquisa, foi pedido ao gestor da SEAGRI que fizesse o mesmo diagnóstico, sob sua ótica, do porque que o município perdeu a força e visibilidade no cenário regional olerícola. A resposta emitida pelo gestor demonstrou que a industrialização do município foi a principal causa de a "[...]agricultura familiar estar morrendo [...]", a ausência de ajuda do próprio município em gestões passadas e do estado desestimularam a atividade entre os jovens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção até o produto final deste trabalho, foram feitas algumas constatações que puderam diagnosticar quais eram os fatores que dificultavam a formação de circuitos curtos de comercialização olerícola no município de Conceição do Jacuípe. A partir do diálogo entre os resultados obtidos nas entrevistas com os agricultores e com o gestor da Secretaria de Agricultura, algumas observações puderam ser feitas no sentido de identificar quais eram os principais gargalos da agricultura familiar no município, no que tange a produção olerícola. As constatações foram apresentadas neste capítulo como considerações finais, uma vez que o universo da comercialização olerícola em circuitos curtos no município surpreendeu a todas as expectativas desta pesquisa e ainda prescinde de estudos posteriores e novas abordagens, deste modo acredita-se ser pretensioso tecer qualquer conclusão acerca da atemática

Inicialmente acerca do perfil sociocultural dos agricultores das comunidades Bessa e Oitizeiro, mais precisamente com relação a faixa etária, pôde ser observado um percentual de agricultores bem acima dos 40 anos, agricultores inclusive que demonstraram não ter interesse em modificar nada na forma como desenvolviam suas atividades. Sobre esse aspecto, percebe-se que permeia certo conservadorismo entre este público, que por muitas vezes deixou claro a não intenção em sair da sua "zona de conforto", já que muitos vendiam seus produtos no próprio estabelecimento.

A participação das mulheres na produção de hortaliças foi outro aspecto observado, apesar de que sobre esse aspecto não há como fazer inferências precisas se a questão de gênero tende a influenciar ou não na comercialização em circuitos curtos. De certo, a escolaridade sim, foi um elemento importante ao delinear o perfil sociocultural dos agricultores das comunidades escolhidas para a amostra. A educação torna os cidadãos menos frágeis as intempéries da vida, e, os aproxima do conhecimento que, em se tratando de agricultura, os atualiza frente aos melhoramentos das técnicas e processos produtivos para o segmento.

O conhecimento adquirido através da educação formal é importante para aproximar o agricultor dos programas para a agricultura familiar, todavia, não foi

fator limitador nesta pesquisa quando se tratou do conhecimento sobre políticas públicas, destacando nesse quesito que a presença de agentes de instituições financeiras foi o aspecto mais relevante no processo de divulgação.

Destarte, a relação entre o número de agricultores que conheciam as políticas públicas para a agricultura familiar e o número de agricultores que utilizavam das políticas para o desenvolvimento da atividade, demonstraram que a ausência de conhecimento mais aprofundado sobre o programa, aliado a baixa escolaridade e o aparente conservadorismo da população agrícola mais velha, estes sim, foram fatores limitadores na utilização de políticas públicas na atividade agrícola, importantes para a agregação de valor dos produtos e dos processos, e, conseqüentemente, na comercialização em circuitos curtos.

Outro fator observado foi à forma como os agricultores entrevistados viam a própria atividade, em que a visão pessimista atrelada ao desejo de ter os próprios filhos desenvolvendo outras atividades que não aquela que eles próprios desenvolviam, demonstraram o porque que a maioria dos filhos dos agricultores não estavam auxiliando na produção, tampouco dando continuidade a mesma, produzindo reflexos com relação a expressividade de Conceição do Jacuípe no cenário produtivo do entorno, e, conseqüentemente, na formação de circuitos curtos.

Aliás, a informação foi um fator determinante no diagnóstico realizado sobre a comercialização em circuitos curtos, principalmente no desenvolvimento da hipótese considerada no decorrer do trabalho acerca do uso de políticas públicas como subsídio à atividade. A falta de efetividade das políticas públicas para o segmento emerge no distanciamento dos agricultores com os programas que lhes são possíveis, prescindindo de informações precisas sobre o funcionamento das mesmas.

A política de assistência técnica, por exemplo, está presente no município, todavia o serviço não tem chegado aos agricultores, inclusive o próprio gestor da secretaria de agricultura sequer a reconheceu como sendo uma política que estava em pleno funcionamento, sendo a referência para o gestor de política pública o PNAE, que na entrevista, fora a única citada pelo mesmo.

Dentre os problemas citados pelos agricultores, um deles diz respeito a uma doença ou praga agrícola no coentro que poderia ser resolvida com a presença do engenheiro agrônomo ou dos técnicos agrícolas que o gestor afirmou estarem disponíveis na prefeitura. Questões como esta prejudicam a formação de circuitos curtos de confiabilidade entre os produtores de hortaliças e o mercado do entorno que estes abastecem. Este é um fator que mereceu destaque nas análises, pois circuitos curtos de comercialização dependem de relações de confiabilidade e sobretudo continuidade no abastecimento em prol de manter relações estáveis e duradouras.

A política PNAE citada pelo gestor como a mais atuante no município e pelos agricultores entrevistados nem tanto assim, são juntamente com o PAA, exemplos de mercados institucionais que poderiam minimizar as questões citadas pelos entrevistados como a falta de clientes para a produção de hortaliças no município. A compra institucional de alimentos da agricultura familiar é a forma mais explícita de demonstrar a comercialização em circuitos curtos utilizando-se das políticas públicas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao acesso ao crédito como forma de aperfeiçoar a produção e a logística no processo de abastecimento dos mercados. Foi perceptível que muitos agricultores entrevistados diagnosticaram como problema da atividade a falta de recurso para investimento, sendo que uma política pública como o PRONAF poderia ser o remédio agrícola para a falta de recurso para investimento.

Considerando que a informação fora um elemento faltante no processo de aproximação dos agricultores com o poder público local e as políticas públicas que lhes são correlatas, o diagnóstico apontou para a necessidade de canais de comunicação mais eficientes, com vistas à criação de uma ferramenta de informação para os agricultores, propiciando que o mercado olerícola se desenvolva e a partir daí os produtos sejam escoados para o entorno com um valor agregado que permita atribuir um diferencial à olericultura no município, fidelizando clientes e conseqüentemente fortalecendo a comercialização em circuitos curtos que é o objetivo principal neste trabalho.

Outrossim, uma inferência importante acerca dos resultados, está na gestão da produção de hortaliças. Neste cerne, foi constatado que nenhum dos agentes envolvidos tinha precisão quanto aos dados de produção. A maioria dos agricultores não tinha ideia de qual era o seu volume de produção - apesar de terem noção dos seus ganhos médios em reais -, assim como o gestor não possuía dados sobre o volume de produção de hortaliças no município.

Acredita-se que para se fazer qualquer análise ou diagnóstico preciso sobre determinado assunto, se prescindia de dados que demonstrem o atual cenário daquilo que se pretenda analisar, ou seja, não há gerenciamento no que não se conhece nem mensura. Este aspecto impactou nas análises dos circuitos, pois a pretensão da pesquisa era também de diagnosticar o quão o mercado olerícola de Conceição do Jacuípe era forte no mercado do entorno para que se fizessem inferências importantes sobre o cenário da comercialização em circuitos curtos inclusive.

O associativismo e cooperativismo foram questões colocadas como aliadas do agricultor familiar na busca pelos mercados formais do entorno. Se por um lado o gestor afirmara haver subsidiado a criação de uma associação de produtores de hortifrúti orgânicos no município, do outro, a falta de organizações sérias dessa natureza fizeram com que os agricultores dessas comunidades tivessem certo receio quanto as benéfices que estas poderiam lhes dar nesse contexto. As associações ou cooperativas seriam os intermediários ideais na relação entre os produtores e o mercado do entorno comercializando em circuitos curtos.

Por fim, insta frisar que em se tratando de comercialização em circuitos curtos duas variáveis devem ser observadas: a venda direta de produtos e a venda indireta por via de apenas um intermediário. No diagnóstico específico acerca da formação de tais circuitos no município de Conceição do Jacuípe, conclui-se que a comercialização já ocorre, em partes, por via de circuitos curtos naquela localidade. Parte dos agricultores vende diretamente ao consumidor final não havendo intermediários nesse processo, na venda direta o retorno econômico aos produtores é ainda maior. Outra parcela de produtores entregam diretamente seus produtos aos feirantes nas centrais de abastecimento (CEASA's) e estes funcionam como únicos

intermediários até o consumidor final, sendo esta a perpetuação da venda indireta defendida no modelo francês de circuito curto.

Destarte o principal gargalo identificado na formação dos circuitos curtos, diz respeito à presença do atravessador nessas comunidades como operador logístico no processo de intermediação entre a produção e o consumidor final. Conforme constatado no decorrer da pesquisa de campo, os preços pagos aos agricultores pelas hortaliças produzidas não dão o retorno financeiro esperado pelos mesmos, que são as figuras que deveriam, seguramente, ser beneficiadas pela produção.

O atravessador tende a lucrar muito mais no processo de comercialização, e, os produtores, por sua vez, ficam a mercê destes intermediários. No entanto, este foi apontado como necessário pelos produtores, uma vez que a comodidade de poder vender os produtos sem sair do estabelecimento rural pareceu se sobressair em detrimento dos aspectos negativos apontados. Nesta intempérie, faz-se relevante retomar a fala de um dos produtores entrevistados que afirmou: " [...] cê vê aí que o atravessador vem buscar as mercadoria aqui de hillux, enquanto nós agricultor aqui tem malmente uma moto véa pra andar" [sic]

Finalmente, pode-se afirmar que o principal problema da produção olerícola enfrentado pela agricultura familiar no município de Conceição do Jacuípe, não descansa na ausência ou insuficiência da comercialização em circuitos curtos, mas sim na presença do atravessador intermediando a logística de produção daquelas comunidades, de cujos agricultores ficam fragilizados e dependentes desses intermediários para vender sua produção, tendo inclusive perdas do que é produzido por justamente não conhecer o mercado que abastecem.

A necessidade de utilizar-se das políticas públicas para fortalecer os circuitos curtos de comercialização que já existem no município, prescindem de um canal de divulgação a ser operacionalizado pelo poder público local, dando-lhes principalmente a assistência técnica e, aproximando-s aquilo que o município dispõe, pois como já citado, além de existirem, as ações públicas como um todo precisam ser efetivas ao público a que se destinam, que pelas suas características socioculturais tendem a ser destinatários fragilizados por todos os aspectos outrora mencionados.

O poder público deve promover, neste sentido, ações que visem informar estes agricultores, e este é o primeiro passo para retomar o município como um grande produtor de hortaliças, beneficiando os agricultores familiares da cidade ao invés dos intermediários. Vale ressaltar que as ações já implementadas no município são de grande relevância para o aprimoramento da agricultura familiar, todavia estas só precisam da aproximação entre os agentes, que só terá início a partir da informação. Quando todos estes elementos estiverem imbricados entre si; poder público, organizações sociais, políticas públicas e a comercialização em circuitos curtos consolidados que beneficie quem de direito (o agricultor), finalmente estes circuitos funcionará como fortes aliados na produção olerícola do município.

A perspectiva propositiva da pesquisa, em termos de diagnóstico frente a comercialização em circuitos curtos, fora apresentada no APÊNDICE A, e diz respeito à contribuição do pesquisador frente aos resultados obtidos que foi justamente o que motivou a pesquisa, primeiro pela inquietude e pelo desejo de ver o município novamente como um município com forte produção olerícola capaz de retomá-lo pelo menos aos seus munícipes.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. **Project Proposal to Regoverning Markets Component**, v. 2, 2007.

AMARO, Geovani Bernardo *et. al.* **Recomendações técnicas para o cultivo de hortaliças em agricultura familiar**. In: Circular Técnica EMBRAPA Hortaliças. Brasília – DF, 2007

ALMEIDA, Regis Rodrigues. Agricultura Familiar no Brasil, **Rev. Geografias**, Rio de Janeiro, 2010, p.04.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. 1995. ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

AGUILAR VILLANUEVA, Luís F. **La hechura de las políticas**. México: Porrúa, 1992, p.8.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BAVA, Sílvio Caccio. Circuitos curtos de produção e consumo. In: **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung(Org). 2012, 230p.

BEVILACQUA, Helen Elisa CR. **Classificação das hortaliças**. Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/02manualhorta\\_1253891788.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/02manualhorta_1253891788.pdf)> Acesso em 02/05/2016, v. 20, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 25 jul. 2006.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. Porto Alegre: [Revista] **Sociologias**, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, 312-347 p.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.: **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230 p.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**. Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, p. 323-344, 1999.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. **Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities***. In: HOCHMAN G; ARRETCHE M; MARQUES E (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 125-143, 2007.

DA COSTA, José Marcos Froehlich Cassiane; TOEBEIII, Rauberl Ricardo Howes CarpesII Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, 2011.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: [Revista] ADRS, v.2, n.3, jul/set 2001, 57-62p.

DOS ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis. **Novo manual de olericultura: Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**, 2ª. edição revista e ampliada. Viçosa: UFV, 2003, 412p

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTES, Paulo Cezar Rezende. A produção de hortaliças - Olericultura In: **Olericultura: teoria e prática**. Viçosa, MG: UFV, p. 3-13, 2005.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1991. \_\_\_\_\_ . **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisas qualitativas em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 8. ed. 110 p.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? In: **Segurança alimentar e nutricional**: Campinas. 2014, 417-421p.

HIRATA, Francini. "Minha casa minha vida": política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? In: [Revista] **Aurora**. São Paulo, ano III, v. 2, nº 2, julho de 2009. 11 p.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Michael Howlett; M. RAMESH; PERL, Antony(org). 3. ed Rio de Janeiro: Elsevier: 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. p.63

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; DE LIMA, Jandir Ferrera. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Semina: **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul/dez 2008.

LASCOURMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública**. Tradução e estudo introdutório George Sacramento – Maceió: EDUFAL, 2012. 244p.

LAMINE, C et al. Changer de système: Uma análise da transição para a agricultura biológica na escala de sistemas agroalimentares territoriais. São Paulo v. 20, p. 139-156, 2012.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 15, n. 1(57), p. 134-140, jan./mar.1995.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 1-09, 2014.

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. Bolsa Família: Programa social ou marketing político? In: Ensaio críticos. Florianópolis: [Revista] **Katál**, v. 10, nº 01, jan/jun 2007, 115-122 p.

MULLER, Ana Luiza; **"A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos."** Dissertação de Mestrado, UFRGS (2007).

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; BECKER, Cláudio. Agricultura familiar e mercados institucionais: O desenvolvimento como liberdade. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 107-117, out./dez., 2014

SANTOS, A. V. X. **Chapada se destaca na produção de hortaliças**. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2014/09/29/chapada-se-destaca-na-producao-de-hortaliças>>, acesso em 02/05/2016.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (orgs.) **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: contribuições ao debate**. Flávio Borges Botelho (org). Brasília: Universidade de Brasília, centro de estudos avançados multidisciplinares, v.5, n.17, 2005, 168p.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões Sobre Diversidade e Diversificação Agricultura, Formas Familiares e Desenvolvimento Rural. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 4, n. 1, 2010.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. **Revista katálysis**, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.

SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luis Antônio. Associativismo e organização produtiva em assentamentos rurais: resistência social e políticas públicas na reforma agrária. **Revista Eletrônica Retratos de Assentamentos**, v. 12, n. 1, p. 349-368, 2009.

SOARES, Sergei et al. **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e pobreza**. Bolsa família, v. 2010, p. 27-529, 2003

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: [Revista] **Sociologias**, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p.20.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – PRODUTO DA DISSERTAÇÃO

Depois de conhecidos os fatores que dificultam a formação de um circuito curto de comercialização olerícola no município de Conceição do Jacuípe, e entendido que o problema que a agricultura familiar vem enfrentando no município não está tão somente na ausência de tais circuitos, faz-se necessário ponderar aquele que poderia ser o caminho para minimizar as incertezas desse segmento, e, talvez recolocar o município novamente cenário econômico do mercado formal, criando inclusive uma identidade regional produtiva.

- Promover ações que levem a estes produtores cursos e palestras que os informe sobre a forma correta no uso de defensivos agrícola, além de alternativas no controle de pragas. É preciso que a gestão tenha em mente que a identidade produtiva regional é construída por um processo longo e árduo de confiabilidade e credibilidade que prescinde de um longo período de tempo. Ao mesmo tempo, a desconstrução ou ruína da imagem leva um tempo infinitamente menor. Por isso, questões como a praga no coentro que levou o atravessador a adquirir coentro na cidade de Santo Estevão, trouxe um reflexo direto e negativo ao circuito olerícola do município. Levar a orientação necessária ao agricultor familiar é a forma mais fácil de mitigar problemas desta natureza, que além de não ser um problema isolado a capacitação contínua do produtor qualifica os produtos.
- Uma proposição de visão estratégica da atividade seria na realização de um levantamento, leia-se censo agrícola municipal, para que se possa ter os dados básicos necessários à tomada de decisão, levantando as informações pertinentes acerca desta e de outras atividades agrícolas do município, como por exemplo, o volume de produção e o faturamento deste com relação a receita do município. Para fazer gestão de política pública é preciso conhecer a realidade que os dados oferecem para que se tenha condições de planejar as estratégias futuras.
- Criar roteiros de visitas *in loco* para aproximar os agricultores das políticas públicas, esclarecendo-os sobre os pontos controvertidos e todo o mais necessário para que estes possam avaliar e tomar a decisão do momento correto para aderir aos programas destinados ao segmento. A retirada dos funcionários ocupantes de cargo técnico (engenheiro agrônomo e técnico agrícola) deslocando-os até os locais de produção para realizar diagnóstico e aproximação junto aos agricultores familiares do município é oportuno para

aproximar aqueles que ainda tem receio de que a prefeitura (governo) é destinada somente aos que votaram na gestão ali representada.

- Subsidiar a criação de associações e cooperativas nas comunidades, com o intuito de centralizar as demandas dos agricultores e ser o canal de comercialização ideal que faça com que a reprodução socioeconômica das famílias rurais seja melhorada, principalmente em se tratando de sua relação com a comercialização. Além disso, integrar a associação fomentada pelo poder pública como política local para que esta chegue a mais produtores rurais.
- Uma importante política pública local estaria na implantação de galpões de beneficiamento dos produtos e centralização da produção, em que se pudesse ser feito todo o processo de beneficiamento dos produtos, fazendo com que se houvesse um mínimo de padronização possível e que já revela um ganho de escala à olericultura de Conceição do Jacuípe.
- Promover a criação do PMA - Plano Municipal de Agricultura que trace diretrizes para pelo menos 10 anos, garantindo que todo o trabalho a ser executado não seja perdido com as trocas de gestão, tampouco seja sensível as vontades do gestor que porventura venha assumir a gestão municipal. Assim como acontece com os setores de educação e saúde, a agricultura familiar precisa ter a solidez necessária para que qualquer modificação de médio e longo prazo não se perca nas transições de governo.

## APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA AGRICULTORES FAMILIARES

01 - Você conhece ou já ouviu falar de alguma dessas políticas públicas (programa de governo) para agricultura familiar?

( ) **PRONAF** (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)

( ) **PNCF** (Programa Nacional de Crédito Fundiário)

( ) **PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

( ) **PAC2** (Programa de Aceleração do Crescimento)

( ) **PAA** (Programa de Aquisição de Alimentos)

( ) **SUASA** (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal)

( ) **ATER** (Assistência Técnica e Extensão Rural)

( ) **GARANTIA SAFRA** (Programa de Garantia Contra Perdas do Plantio)

Como teve conhecimento? Este fato alterou em sua atividade de trabalho? De que forma?

---



---



---



---

02 - Você tem utilizado alguma dessas políticas citadas no desenvolvimento da sua atividade?

( ) **PRONAF** (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)

( ) **PNCF** (Programa Nacional de Crédito Fundiário)

( ) **PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

( ) **PAC2** (Programa de Aceleração do Crescimento)

( ) **PAA** (Programa de Aquisição de Alimentos)

( ) **SUASA** (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal)

( ) **ATER** (Assistência Técnica e Extensão Rural)

( ) **GARANTIA SAFRA** (Programa de Garantia Contra Perdas do Plantio)

Quais os resultados obtidos, levando em consideração a sua produção antes e depois de ter utilizado a política pública?

---



---



---

03 - Se conhece as políticas públicas para a agricultura familiar citadas anteriormente e mesmo assim não tem acesso a alguma delas, qual o motivo que o fez não aderir a tais políticas?

---

---

04 – Quantos filhos o (a) senhor (a) tem? Quantos deles trabalham ou ajudam no cultivo das hortaliças em sua propriedade? Você desenvolve outra atividade?

---

---

---

05 – Qual a sua formação educacional? E dos seus familiares que trabalham com você na produção de hortaliças? Você gostaria que eles permanecessem no campo? Por quê?

---

---

---

06 – O poder público (prefeitura) tem realizado algum tipo de divulgação ou palestras aqui na sua área acerca de alguma política pública? Ou o senhor (a) já foi convidado a participar de algum fórum ou conferência municipal (encontro de agricultores) realizado pela secretaria de agricultura do município acerca desse tema? Se sim, quais? Estas são importantes e por quê?

---

---

07 – Conceição do Jacuípe já foi considerado o “cinturão verde” do estado, figurando como o maior produtor de hortaliças da Bahia tendo perdido esse status de grande produtor ao longo do tempo. Na sua opinião, o que levou Berimbau a esse declive de produtividade e visibilidade no cenário produtivo de hortaliças? Há algo que possa fazer para mudar? O Quê?

---

---

---

08 – Você participa direta ou indiretamente de alguma associação ou cooperativa? Qual a sua opinião sobre a formação de associações ou cooperativas de produtores de hortaliças no município?



---

---

---

09 – Qual a destinação dos produtos que você cultiva nesta propriedade? O senhor (a) vende as hortaliças no comércio local (Conceição do Jacuípe) ou fornece para alguma outra cidade da região que não seja o próprio município?

---

---

---

10 – Se o senhor (a) fornece hortaliças para outras cidades que não seja o próprio município, quais são seus principais clientes?

---

---

---

11 – Qual o volume de produção mensal de cada tipo de hortaliça que o senhor (a) produz aqui (alface, coentro, cebolinha e hortelã)? Qual o tamanho da sua propriedade?

---

---

---

12 – Você tem pretensão de ampliar seu volume de produção? O que seria levado em consideração para sua tomada de decisão?:

---

---

---

13 – Se uma associação/cooperativa fosse criada, como uma iniciativa do governo, com o intuito de centralizar a produção/logística de hortaliças do município para atender a região você se associaria? Porque?

---

---

---

14 – Como é feita a distribuição do que é produzido na sua propriedade? Existe algum carro refrigerado que faz o transporte? A produção é escoada por meio de associação/cooperativa que se encarrega da logística? Como é feito aqui na sua propriedade?

---

---

---

15 – Quais as principais dificuldades em escoar a sua produção de hortaliças atualmente e o que poderia ser feito para ajudar a melhorar os problemas de logística na sua opinião?

---

---

---

16 – Quais são os principais problemas e quais as principais potencialidades da sua atividade enquanto produtor?

---

---

---

## APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTORES

01 – Quais dessas políticas estão implementadas hoje no município, e quais estão sendo operacionalizadas?

( ) **PRONAF** (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)

( ) **PNCF** (Programa Nacional de Crédito Fundiário)

( ) **PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

( ) **PAC2** (Programa de Aceleração do Crescimento)

( ) **PAA** (Programa de Aquisição de Alimentos)

( ) **SUASA** (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal)

( ) **ATER** (Assistência Técnica e Extensão Rural)

( ) **GARANTIA SAFRA** (Programa de Garantia Contra Perdas do Plantio)

Como se deu o processo de implantação no município? De que forma estas são operacionalizadas atualmente?

---



---



---

02 – Qual o volume (em números e/ou estatísticas) de agricultores assistidos pelas políticas públicas implementadas no município? A secretaria faz esse tipo de gestão de dados e/ou controle de quais produtores estão acessando as políticas públicas? Quais? Como é feito?

---



---



---

03 – A Secretaria de Agricultura possui indicadores acerca do número de famílias cadastradas com DAP, volume de produção de cada cultivo mensal/anual (alface, coentro, cebolinha, hortelã) e faturamento total em relação a receita agrícola do município? Quais são estes indicadores?

---



---



---



---



---

04 – O município de Conceição do Jacuípe já foi considerado o “cinturão verde” da Bahia, respondendo por boa parte de toda produção de hortaliças do estado. Na sua

opinião como gestor, quais fatores concorrem para esta diminuição na produção de hortaliças herbáceas (alface, coentro, cebolinha, hortelã) que fizeram o município perder esse “status”? O que pode ser feito para reverter esta situação e colocar o município de volta no circuito regional?

---

---

---

05 – O PNAE e PAA são exemplos de política pública para agricultura familiar, na forma de mercado institucional, que possibilitam ao produtor escoar parte do que é por ele produzido. Quem fornece para o município via PNAE/PAA é produtor do município ou outros municípios vizinhos tem atendido a esta demanda?

---

---

---

06 – Qual a sua opinião, enquanto gestor, de ter o município novamente reconhecido como referência na produção de hortaliças no cenário regional?

---

---

---

07 – Como funciona o fluxo das políticas públicas no município? A assistência técnica (ATER), por exemplo, vai até o produtor ou este precisa procurar a Secretaria? E as demais?

---

---

---

08 – A secretaria de agricultura do município tem promovido ações de divulgação das políticas como fóruns, workshops, feiras ou qualquer outro tipo com o cunho de fazer as políticas públicas chegarem as famílias que produzem hortaliças? Como são estas ações e quais os resultados? E sobre o manejo correto de defensivos, quais as ações realizadas para orientar?

---

---

---

09 – As rotas de escoamento (estradas vicinais) da produção de hortaliças recebem manutenção regular? Quais as ações do município acerca do escoamento da produção e logística para apoio aos produtores?

---

---

---

---

10 – Quem presta assistência técnica no município hoje aos agricultores? Onde está localizado fisicamente este serviço? Que tipo de assistência é prestada aos agricultores?

---

---

---

---

11 - Qual a sua opinião acerca das associações e cooperativas de produtores no município? E qual a sua visão sobre a sua criação a partir da iniciativa do governo local como forma de subsidiar o agricultor familiar a continuar produzindo, ou seja, uma política pública municipal?

---

---

---

---

12 - Quais são os principais problemas e quais as principais potencialidades da atividade olerícola neste município?

---

---

---

---

**APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

<b>Código do Pesquisador:</b>  _ _ _
--

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo que pretende identificar e analisar quais os fatores que dificultam a formação de um circuito curto de comercialização olerícola no município de Conceição do Jacuípe. Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB pelo discente Bruno Leonardo da Silva Dias sob orientação da docente Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia da Silva Sodré.

Com esse estudo, o (a) senhor (a) poderá refletir sobre o porquê que o seu município perdeu ao longo do tempo a expressividade que tinha na produção de hortaliças na região e quais são os fatores que dificultam a formação de um circuito curto de comercialização olerícola, auxiliando-o inclusive na prospecção de novas ideias para seu empreendimento com vistas a retomar a expressividade que o município teve na década passada. É importante o conhecimento sobre esses aspectos, pois deste modo ficará mais fácil nortear quem de direito, possíveis formas de adequar-se à realidade de quem precisa das políticas para melhorar a vida no campo, que neste caso é você, produtor de hortaliças. O nosso desejo é descobrir se o senhor(a) foi suficientemente informado sobre as políticas públicas existentes, conhecer as suas dificuldades na produção e logística, as suas perspectivas em relação ao cenário econômico regional olerícola e, para isto, precisamos de sua colaboração para conhecer, estudar e lidar melhor com esta situação. Se você resolver assinar este documento, você irá responder a uma série de perguntas e que não irão lhe causar nenhum mal.

Todas as despesas com a pesquisa, bem como o ressarcimento de gastos decorrentes dos riscos advindos da coleta dos dados da entrevista serão de total responsabilidade do pesquisador. O desconforto que poderá sentir durante a entrevista decorre da possibilidade de compartilhar um pouco das suas informações pessoais ou confidenciais. Contudo, não precisará responder qualquer pergunta na entrevista se você sentir que ela é muito pessoal ou se sentir incômodo ao falar. Antes de decidir em participar do estudo, poderá fazer as perguntas que desejar para o pesquisador, da maneira mais franca possível, para que possa conhecer os benefícios e os riscos a que estará exposto(a).

Qualquer dúvida ou problema que venha ocorrer durante a pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pela pesquisa através do telefone 75-99223-8182 ou 75 98215-9337.

**Consentimento pós esclarecido**

Após ter sido esclarecido (a) sobre objetivos e conteúdo da pesquisa, estou ciente sobre os riscos a que serei submetido (a) e dos benefícios que poderão proporcionar na minha propriedade, que minha identidade será mantida em sigilo, minha privacidade será respeitada e que os dados da pesquisa poderão ser divulgados em eventos científicos e revistas nacionais e internacionais. Sei que não receberei benefícios financeiros participando desta pesquisa. Todas as despesas do projeto, até mesmo de ressarcimento, estão a cargo do pesquisador. Os dados obtidos serão armazenados por um período de 5 anos. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado por mim em duas vias, com o compromisso de o pesquisador me proporcionar uma cópia do mesmo para meu controle.

Afirmo que a minha participação é voluntária, o meu consentimento para participar da pesquisa foi de livre decisão, não tendo sofrido nenhuma interferência do pesquisador. Estou ciente de que não serei remunerado (a) por este ato, de que poderei solicitar ao pesquisador para rever as informações que forneci na entrevista, estando livre para corrigir parte do que foi dito por mim, além de me recusar a continuar participando do estudo a qualquer momento sem causar nenhum prejuízo a minha pessoa.

Conceição do Jacuípe, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Assinatura do(a) participante

---

Assinatura do pesquisador

